

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

EVOLUÇÃO DO PADRÃO DE CONSUMO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS NO
PERÍODO 2003-2009 E RELAÇÕES COM A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

ROSA MARINA SOARES DÓRIA

RIO DE JANEIRO

2013

EVOLUÇÃO DO PADRÃO DE CONSUMO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS NO
PERÍODO 2003-2009 E RELAÇÕES COM A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

ROSA MARINA SOARES DÓRIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia,
PPGE, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Economia.

Examinada por:

Prof. Dr. Carlos Aguiar de Medeiros . (IE/UFRJ) –
Orientador

Prof. Dr. Ricardo Bielschowsky (IE/UFRJ)

Prof. Dra. Carmem Feijó (UFF)

RIO DE JANEIRO
DEZEMBRO DE 2013

FICHA CATALOGRÁFICA

D696 Dória, Rosa Marina Soares.

Evolução do padrão de consumo das famílias brasileiras no período 2003-2009 e relações

com a distribuição de renda / Rosa Marina Soares Dória. -- 2013.

134 f. ; 31 cm.

Orientador: Carlos Aguiar de Medeiros.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia,

Programa de Pós-Graduação em Economia, 2013.

RESUMO

DÓRIA, Rosa Marina Soares. Evolução dos Padrões de Consumo das Famílias Brasileiras no Período 2003-2009 e Relações com a Distribuição de Renda. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós Graduação em Economia, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

O trabalho se propõe a investigar que transformações no padrão de consumo das famílias brasileiras ocorreram durante o processo de redistribuição de renda em favor das famílias mais pobres na última década. Comparando as duas últimas edições da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF IBGE), que ocorreram em 2002/2003 e em 2008/2009, foram observadas a evolução das diferenças entre faixas de renda e regiões na distribuição das despesas em categorias, participação nos mercados e algumas características qualitativas. O objetivo é relacionar as transformações ocorridas com a atual discussão acerca da viabilidade da estratégia de crescimento por consumo de massas no Brasil e com o debate realizado anteriormente sobre as relações entre padrões de consumo e distribuição de renda no país.

ABSTRACT

DÓRIA, Rosa Marina Soares. Evolução dos Padrões de Consumo das Famílias Brasileiras no Período 2003-2009 e Relações com a Distribuição de Renda. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós Graduação em Economia, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

This work intends to investigate which changes in the consumption pattern of Brazilian families did occur during the income distribution process in benefit of the poorest families in the last decade. Comparing the two last editions of the national Research of the Families Budgets (POF- IBGE),which occurred in 2002/2003 and 2008/2009, it was shown the evolution of the differences among income brackets and regions in the distribution of spendings, share in markets and some qualitative characteristics of consumption . The main purpose is to relate these changes to the present discussion over the mass consumption growth strategy in course in Brazil and to the previous debate about the relations between our consumption patterns and income distribution.

RIO DE JANEIRO
DEZEMBRO DE 2013

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por terem, desde muito cedo, estimulado meus questionamentos e acreditado nos meus sonhos. Pelo apoio emocional e pelo auxílio financeiro durante todo o curso de mestrado; e especialmente à minha mãe pela imensa ajuda na organização e revisão da dissertação.

Ao meu orientador, professor Carlos Medeiros, pelas aulas inspiradoras, pelas conversas esclarecedoras e pela oportunidade de participação em suas pesquisas.

Aos professores do IE-UFRJ pelas inúmeras sugestões e contribuições à pesquisa, sobretudo a Fábio Freitas, Lia Hasenclever e Ricardo Bielschowsky; e também aos funcionários do Instituto e da cantina do Seu Antônio.

A Fernando Gaiger e ao professor Waldir Quadros pelo auxílio na escolha da metodologia e no tratamento de dados.

Aos amigos que fiz na pós-graduação - e aqui não teria como não ser injusta se citasse nomes - pelas discussões, sugestões, pela torcida e pelos não menos importantes momentos de descontração.

E por fim, a minha avó, tios, primas e aos meus grandes amigos, pelo carinho mesmo que à distância e pela compreensão das minhas ausências.

RIO DE JANEIRO
DEZEMBRO DE 2013

“Seu Presidente
Sua Excelência mostrou que é de fato
Agora tudo vai ficar barato
Agora o pobre já pode comer
(Pra você ver)
Seu Presidente
Pois era isso que o povo queria
O Ministério da Economia
Parece que vai resolver
Seu Presidente
Graças a Deus não vou comer mais gato
Carne de vaca no açougue é mato
Com meu amor eu já posso viver”

(Arnaldo Passos e Geraldo Pereira - Ministério da Economia)

ÍNDICE

1.Introdução: A Década de Valorização do Salário Mínimo e Expansão do Consumo	13
2.Distribuição de Renda e Padrões de Consumo no Brasil: revisão da literatura	19
2.1 A Discussão Sobre Distribuição de Renda no Brasil	19
2.2 O Consumo de Massas	25
2.3 A distribuição de renda e o mercado consumidor brasileiro	26
2.4 Evolução do Consumo: tendências recentes	39
2.5 O Consumo de Massas no Brasil	41
2.6 Uma Nova Classe Média?	44
2.7 Considerações Finais	49
3 – Análise das Pesquisas de Orçamentos Familiares de 2002-2003 e 2008-2009: Exposição dos Dados de Padrão de Consumo	50
3.1 A Pesquisa de Orçamentos Familiares	50
3.2 Tendências demográficas e Condições de Vida	59
3.3 Evolução dos padrões de consumo das famílias brasileiras – Características Gerais	64
3.4 As Elasticidades-Renda das Categorias de Despesas	74
3.5 Padrões de Consumo Regionais	77
3.6 Evolução da Participação no Mercado	80
3.7 Considerações Finais	84
4. Análise das Pesquisas de Orçamentos Familiares de 2002/2003 e 2008/2009: Mudanças Qualitativas no Padrão de Consumo	86
4.1 A evolução no padrão de consumo em alimentação no domicílio	87
4.2 A aquisição de bens duráveis e imóveis	90
4.3 Serviços e Taxas	99
4.4 Considerações Finais	104
5. Conclusão	107
6.Bibliografia	111
7- Anexo de Tabelas	115

Índice de Gráficos e Tabelas

Gráfico 1.1 - Evolução do Coeficiente de Gini (*).....	13
Gráfico 1.2 - Evolução da Participação no Total dos Rendimentos (*)	13
Gráfico 1.3 – Evolução do Grau de Informalidade (*).....	14
Gráfico 1.4 – Evolução do Salário Mínimo e do Câmbio (base 2001 = 100)	15
Gráfico 1.5 – Participação do Crédito à Pessoa Física no total de Crédito Privado	15
Gráfico 1.6 – Crescimento do PIB e do Consumo das Famílias	16
Gráfico 1.7 – Evolução da Participação em Valor no Total das Importações	17
Gráfico 2.1 – Evolução do Índice de Gini no Brasil – 1976 - 2009 (*).....	23
Tabela 3.1 – Registros de Microdados da POF utilizados na pesquisa (*).....	57
Tabela 3.2.1.1– Crescimento Populacional por faixas de renda 2003-2009 (*)	59
Tabela 3.2.1.2 – Crescimento Populacional 2003-2009 por Região Geográfica (*)	59
Tabela 3.2.1.3 – Crescimento Populacional 2003-2009 por Divisão Regional (*).....	60
Tabela 3.2.1.4 - Evolução da Participação das Regiões no total (*)	60
Tabela 3.2.1.5 - Evolução da Participação dos Domicílios Rurais e Urbanos no Total (*).....	60
Tabela 3.2.1.6 – Evolução da Participação dos Domicílios em Regiões Metropolitanas (*) ..60	
Tabela 3.2.2.1 – Evolução da renda média e da renda real per capita – faixas de renda (*) ...61	
Tabela 3.2.2.2 - Valorização Real da Renda – faixas de renda (*).....	61
Tabela 3.2.2.3 Anos de Estudo do Chefe da Família – média por faixas de renda (*)	62
Tabela 3.2.2.4 – Acesso a água encanada por faixa de renda (*).....	63
Tabela 3.2.2.5 – Acesso a esgoto por faixa de renda (*).....	63
Tabela 3.2.3.1 - Acesso da população a planos de saúde – por faixa de renda (*)	64
Tabela 3.2.3.2 – Porcentagem da população adulta com acesso a cartões de crédito por faixa de renda (*).....	64
Tabela 3.3.1 – Evolução da participação das despesas totais e de consumo na renda(*)	65
Tabela 3.3.2 – Participação nas Despesas Totais (*)	65
Tabela 3.3.3 – Participação nas Despesas Totais por Faixa de Renda (*).....	66
Tabela 3.3.2a – Participação nas Despesas com Alimentação (*)	67
Tabela 3.3.3a – Participação nas Despesas com Alimentação por Faixa de Renda (*).....	68
Tabela 3.3.2b – Participação nas Despesas com Habitação (*)	69
Tabela 3.3.3b – Participação nas Despesas com Habitação por Faixa de Renda (*).....	69
Tabela 3.3.2d – Participação nas Despesas com Transporte (*)	69
Tabela 3.3.3 d – Participação nas Despesas com Transporte por Faixa de Renda (*).....	70
Tabela 3.3.2e – Participação nas Despesas com Saúde (*)	70
Tabela 3.3.3e – Participação nas Despesas com Saúde por Faixa de Renda(*).....	71
Tabela 3.3.2f – Participação nas Despesas com Educação (*).....	71

Tabela 3.3.3f – Participação nas Despesas com Educação por Faixas de Renda (*)	71
Tabela 3.3.2h – Aumento do Ativo e Redução do passivo (*)	72
Tabela 3.3.3h – Aumento do Ativo e Redução do passivo por faixas de renda (*)	73
Tabela 3.4.1 – Elasticidade-Renda das Despesas por Categoria – Agregado (*)	74
Tabela 3.4.2 – Elasticidade-renda das Categorias de Despesas por Faixas de Renda(*)	76
Tabela 3.5.1 – Participação das despesas na renda e propensão a consumir, por divisão regional (*)	78
Tabela 3.5.2 – Evolução da Participação nas Despesas por Região Geográfica (*)	79
Tabela 3.5.3 – Evolução da Participação nas Despesas por Divisão Regional(*)	79
Tabela 3.6.1 – Evolução da participação das faixas de renda no total do mercado, por categoria de despesa (*)	81
Tabela 3.6.2 - Evolução da participação das regiões geográficas no total do mercado, por categoria de despesa (*)	82
Tabela 3.6.3 – Evolução da participação das famílias residentes em áreas rurais ou urbanas no total do mercado, por categoria de despesa (*)	83
Tabela 3.6.4 - Evolução da participação das famílias residentes em regiões metropolitanas ou fora delas no total do mercado, por categoria de despesa (*)	83
Tabela 4.1.1 – Evolução do padrão de consumo em alimentação no domicílio (*)	88
Tabela 4.1.2 – Evolução do Padrão de Consumo em Alimentação no Domicílio, por faixas de renda (*)	89
Tabela 4.2.1 - Evolução da participação no mercado de bens duráveis e imóveis por faixa de renda (*)	90
Tabela 4.2.2- Evolução da participação no mercado de bens duráveis e imóveis por Região Geográfica (*)	91
Tabela 4.2.3 - Evolução da participação no mercado de bens duráveis e imóveis por regiões Rurais e Urbanas (*)	91
Tabela 4.2.4 - Participação no mercado de bens duráveis e imóveis por regiões metropolitanas e não metropolitanas (*)	91
Tabela 4.2.1.1 – Evolução do estado de aquisição dos eletrodomésticos (*)	93
Tabela 4.2.1.2 – Evolução do estado de aquisição dos eletrodomésticos por faixas de renda (*)	94
Tabela 4.2.1.3 – Evolução da forma de obtenção dos eletrodomésticos (*)	95
Tabela 4.2.1.4 – Evolução da forma de obtenção dos eletrodomésticos por faixa de renda (*)	96
Tabela 4.2.3.1 – Evolução da forma de obtenção dos veículos por faixa de renda (*)	98
Tabela 4.2.3.2 – Evolução do estado de aquisição dos veículos por faixa de renda(*)	98
Tabela 4.2.4.1 – Aquisição de Imóveis – evolução do gasto médio por faixa de renda(*)	99
Tabela 4.3.1 – Serviços e Taxas – Evolução da participação no mercado por faixas de renda per capita (*)	100

Tabela 4.3.2 – Serviços e Taxas – evolução da participação no mercado por região Geográfica (*)	101
Tabela 4.3.3 – Serviços e Taxas – Evolução da participação no mercado por famílias rurais e urbanas (*)	101
Tabela 4.3.4 – Serviços e Taxas – Evolução da participação no mercado por famílias metropolitanas e não metropolitanas (*)	102
Tabela 4.3.5 – Serviços e Taxas – Evolução da participação na renda por faixas de renda per capita (*)	102
Tabela 7.1 Faixas de renda utilizadas (*)	116
Tabela 7.2 População – Crescimento absoluto por faixas de renda (*)	116
Tabela 7.3 População – Crescimento absoluto por Regiões Geográficas (*)	116
Tabela 7.4 População – Crescimento absoluto por Divisões Regionais (*)	116
Tabela 7.5 Composição das Regiões Geográficas por faixa de renda (*)	117
Tabela 7.6 Composição das Divisões Regionais por faixa de renda (*)	117
Tabela 7.7 – Evolução da Renda Real por Região Geográfica (*)	117
Tabela 7.8 – Evolução da Renda Real por Divisão Regional (*)	118
Tabela 7.9 Anos de Estudo do chefe da Família – média por Região Geográfica (*)	118
Tabela 7.10 Anos de Estudo do chefe da Família – média por Divisões Regionais (*)	118
Tabela 7.11 Acesso a esgoto por Região Geográfica (*)	118
Tabela 7.12 Acesso a Esgoto por Divisão Regional (*)	119
Tabela 7.13 Abastecimento de Água por Região Geográfica (*)	119
Tabela 7.14 Abastecimento de Água por Divisão Regional (*)	119
Tabela 7.15 - Acesso da População a Planos de Saúde – por Regiões Geográficas (*)	119
Tabela 7.16 - Acesso da População a Planos de Saúde – por Divisões Regionais (*)	119
Tabela 7.17 – Porcentagem da população adulta com acesso a cartões de crédito, por Região Geográfica (*)	120
Tabela 7.18 – Porcentagem da população adulta com acesso a cartões de crédito, por Divisão Regional (*)	120
Tabela 7.19 – Evolução do Padrão de Consumo por Faixas de Renda – Norte (*)	120
Tabela 7.20 – Evolução do Padrão de Consumo por Faixas de Renda – Nordeste (*)	121
Tabela 7.21 – Evolução do Padrão de Consumo por Faixas de Renda – Sudeste (*)	121
Tabela 7.22 – Evolução do Padrão de Consumo por Faixas de Renda – Sul (*)	122
Tabela 7.23 – Evolução do Padrão de Consumo por Faixas de Renda – Centro Oeste (*)	122
Tabela 7.24 – Evolução do padrão de consumo por faixas de renda – Urbano (*)	123
Tabela 7.25 – Evolução do padrão de consumo por faixas de renda – Rural (*)	123
Tabela 7.26 – Evolução do padrão de consumo por faixas de renda –Regiões Metropolitanas (*)	124

Tabela 7.27 — Evolução do padrão de consumo em alimentação no domicílio, por Regiões Geográficas (*)	124
Tabela 7.28 – Evolução do padrão de consumo em alimentação no domicílio, por Divisões Regionais (*)	125
Tabela 7.29 – Evolução do Desvio Padrão dos Preços dos Eletrodomésticos (*)	125
7.30 Estado de Aquisição dos Eletrodomésticos, por Regiões Geográficas (*)	126
7.31 Forma de Obtenção dos Eletrodomésticos, por Regiões Geográficas (*)	127
7.32 Estado de Aquisição dos Eletrodomésticos, por Divisões Regionais (*)	128
7.33 Forma de Obtenção dos Eletrodomésticos, por Divisões Regionais (*)	129
7.34 Forma de Obtenção de Veículos, por Regiões Geográficas (*)	130
7.35 Forma de Obtenção dos Veículos, por Divisões Regionais (*)	130
7.36 Estado de Aquisição dos Veículos, por Regiões Geográficas (*)	130
7.37 -Estado de Aquisição dos Veículos, por Divisões Regionais (*)	131
7.38– Aquisição de Veículos – Evolução do preço médio por faixa de renda (*)	131
7.39 – Aquisição de Veículos – Evolução do preço médio por Região Geográfica (*)	131
7.40 – Aquisição de Veículos – Evolução do preço médio por Divisão Regional (*)	132
Tabela 7.41 – Aquisição de Imóveis – Evolução do gasto médio por Região Geográfica (*)	132
Tabela 7.42 – Aquisição de Imóveis – Evolução do gasto médio por Divisão Regional (*)	132
7.43 – Serviços e Taxas – Evolução da participação na renda por Região Geográfica (*)	132
Tabela 7.44 – Serviços e Taxas – Evolução da participação na renda por Divisão Regional (*)	132
Tabela 7.45 – Serviços e taxas – gasto médio por faixa de renda (*)	133
Tabela 7.46 – Serviços e taxas – gasto médio por Regiões Geográficas (*)	133
Tabela 7.47 – Serviços e taxas – gasto médio por Divisões Regionais (*)	133

1.Introdução: A Década de Valorização do Salário Mínimo e Expansão do Consumo

A distribuição de renda no Brasil é historicamente desigual, originária da forma como ocorreu a colonização e posteriormente reforçada pela condução da industrialização e por fatores políticos. Entretanto, nos anos 2000, a desigualdade caiu consideravelmente, embora em termos absolutos ainda se mantenha elevada. No período compreendido entre 2001 e 2009, o índice de Gini manteve-se em queda, passando de 0,596 para 0,543 (Gráfico 1.1) – embora continue em um nível absoluto alto.

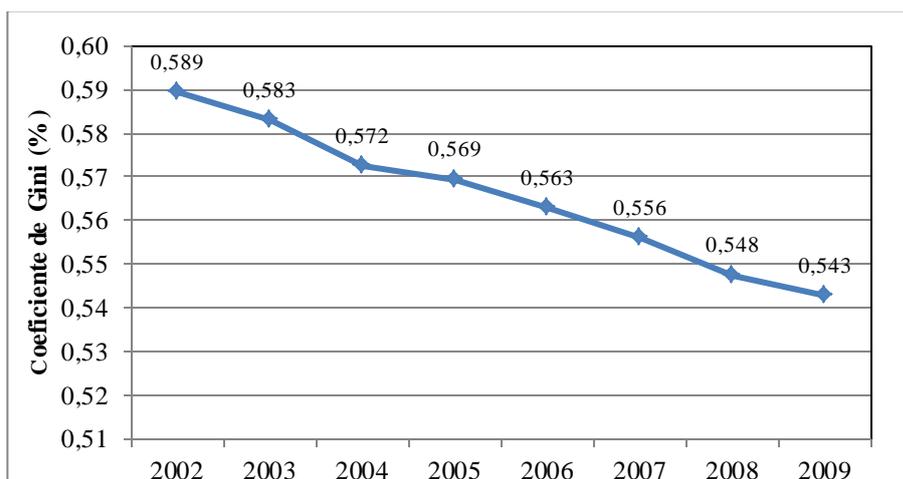


Gráfico 1.1 - Evolução do Coeficiente de Gini (*)

(*) Elaboração própria a partir de dados da PNAD-IBGE

A melhoria distributiva também é evidente quando se observa a parcela da renda das famílias apropriada por faixa de renda: a participação dos 50% mais pobres cresceu consideravelmente, enquanto a dos 10% mais ricos perdeu participação (Gráfico 1.2).

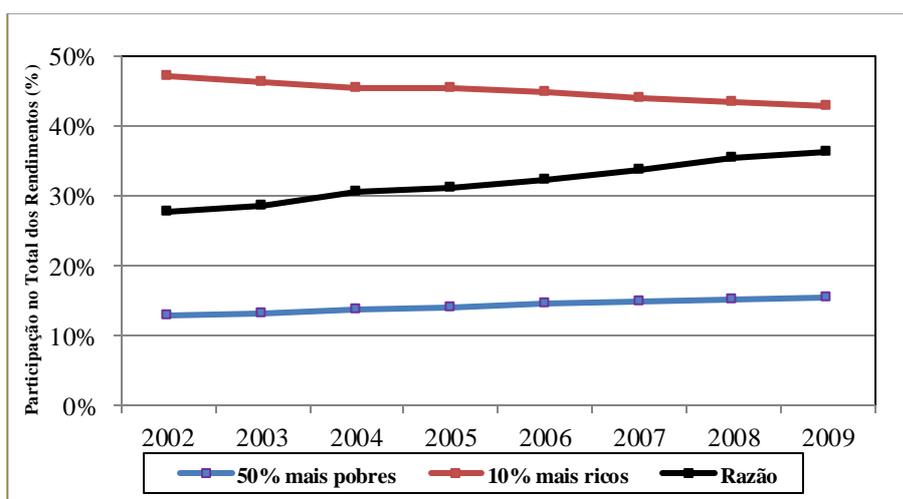


Gráfico 1.2 - Evolução da Participação no Total dos Rendimentos

(*) Elaboração própria a partir de dados da PNAD-IBGE

Essa redução da disparidade de renda foi provocada principalmente por dois fatores: por um lado, o crescimento econômico regular levou ao aumento das contratações nos postos de salário base (Pochmann 2012), das quais uma parte considerável era representada por ocupações formais; como contrapartida, o grau de informalidade (definição I – IBGE)¹ caiu de 55,3% em 2001 para 48,7% em 2009 (Gráfico 1.3).

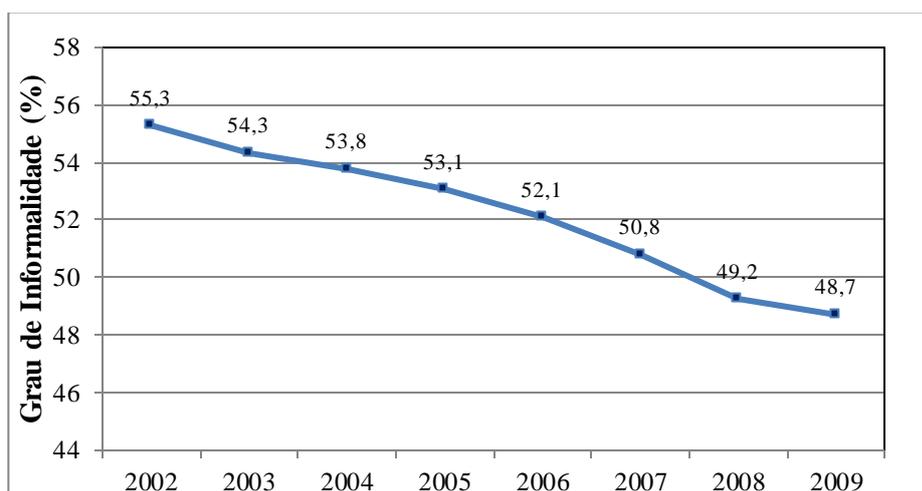


Gráfico 1.3 – Evolução do Grau de Informalidade

(*) Elaboração própria a partir de dados da PNAD-IBGE

Por outro lado, o Governo Federal expandiu o alcance de seus programas de transferência de renda (essencialmente o Bolsa Família) e praticou uma política de valorização do salário mínimo (Gráfico 1.4). Também se praticou uma política de valorização do crédito, a qual por sua vez foi impulsionada pela valorização do salário mínimo e do aumento da formalização no mercado de trabalho. (Gráfico 1.5)

¹ Uma das três diferentes definições do grau de informalidade oferecidas no Ipeadata com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, esta taxa corresponde ao resultado da seguinte divisão: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria). Elaboração: Disoc/Ipea.

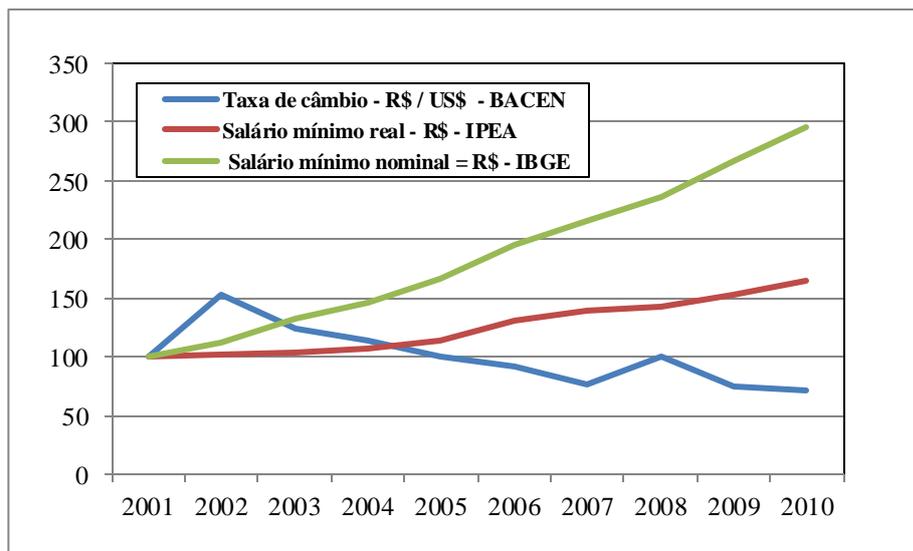


Gráfico 1.4 – Evolução do Salário Mínimo e do Câmbio (base 2001 = 100)

Fontes: BCB / IBGE/ Ipeadata

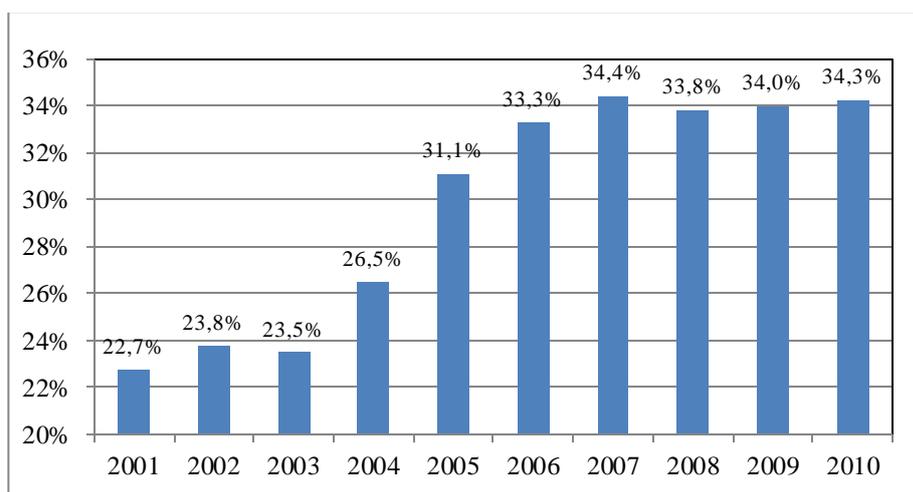


Gráfico 1.5 – Participação do Crédito à Pessoa Física no total de Crédito ao Setor Privado

(*) Elaboração própria a partir de dados do BCB Boletim/Moeda

Para as famílias que se beneficiaram desse processo de redistribuição, o aumento da renda levou a alterações no percentual gasto com cada tipo de bem ou serviço consumido – isto é, houve mudanças no padrão de consumo. Essas transformações se inserem em uma estratégia de crescimento perseguida pelo Governo Federal a partir do primeiro mandato petista, tendo o consumo interno de massas como elemento dinâmico do crescimento da demanda (Plano Plurianual 2004).

O mecanismo pretendido era que o crescimento sustentado nos primeiros anos de governo, associado a políticas que promovessem a melhoria da distribuição de renda,

possibilitasse um aumento da demanda das famílias de baixa renda (Bielschowsky 2002). Em uma etapa seguinte, essa demanda recém-criada retroalimentaria a produção, que teria ganhos de produtividade por meio de economias de escala, formando um “ciclo virtuoso”. Paralelamente, essa estratégia deveria ter como contrapartida um aumento da produção industrial nacional e uma adequada expansão da oferta de bens e serviços.

A proposta de transformar o Brasil em uma economia de consumo de massas tem origem no potencial de crescimento e de sustentação da demanda que seu mercado interno sempre possuiu, a despeito da alta concentração de renda. Adicionalmente, o consumo interno de bens duráveis – cuja produção tem maiores encadeamentos - sempre foi relevante e sua difusão era alta mesmo em domicílios de baixa renda. De fato, entre 2005 e 2010 o consumo das famílias puxou o crescimento do PIB (gráfico 1.6).

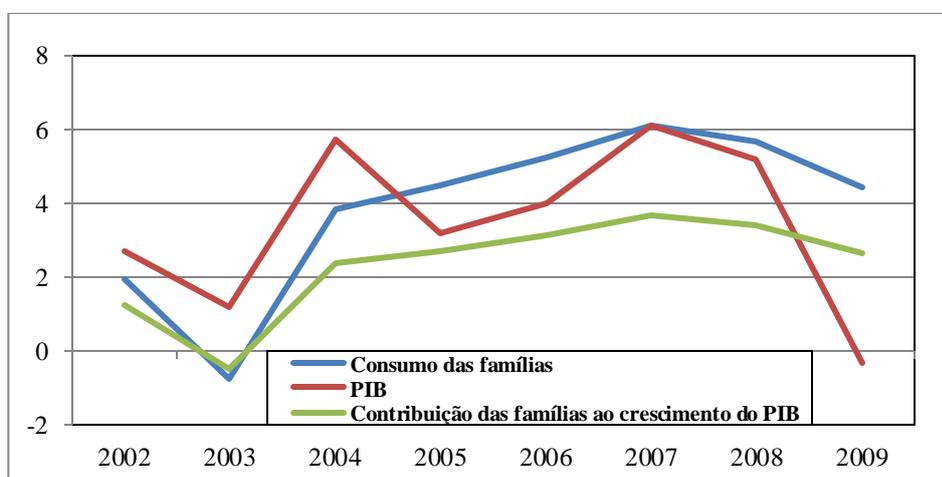


Gráfico 1.6 – Crescimento do PIB e do Consumo das Famílias

(*) Elaboração própria a partir das Contas Nacionais IBGE

No entanto, embora a estratégia de manutenção do consumo interno como um elemento dinâmico da demanda tenha sido bem-sucedida, parte desse aumento de consumo foi facilitada pela valorização do câmbio ocorrida no período, sobretudo quando comparada à valorização do salário mínimo (gráfico 1.5); de fato, os bens de consumo ganharam participação na pauta de importações em detrimento de bens de capital e intermediários (gráfico 1.7). Desse modo, a expansão do consumo não estimulou tanto a indústria nacional, ao mesmo tempo em que pressionou a balança de pagamentos. Adicionalmente, o investimento público, embora tenha crescido de forma relevante durante a década, foi mantido em um nível absoluto baixo (fonte: SIAFI/ Fazenda), o que indica que há um descompasso entre a expansão da demanda e o crescimento da oferta de bens e serviços públicos.

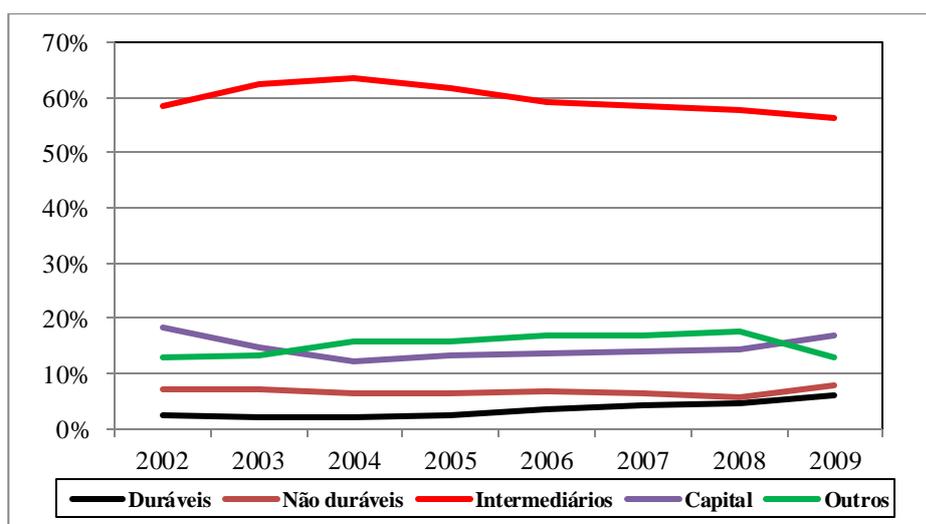


Gráfico 1.7 – Evolução da Participação em Valor no Total das Importações

(*) Elaboração própria a partir de dados da Funcex

Por outro lado, a aparente inclusão das massas em um padrão de consumo moderno carece de um exame qualitativo. Pode ter ocorrido mediante uma maior diferenciação da oferta desses novos bens e serviços consumidos por qualidade e preços, semelhante ao que houve no Brasil nos anos 70 (Sabóia 1982, Coutinho 1979). Nesse caso, embora esteja havendo uma convergência no padrão de consumo das diferentes classes por tipo de bens, não se pode tratá-las como um grupo homogêneo.

Além disso, uma estratégia de crescimento de consumo de massas pressupõe que o mercado de massas responderá pela maior parcela do consumo de bens e serviços modernos e conduzirá seu crescimento. Embora de fato esse mercado esteja em crescimento e tenha sido colocado em evidência pelas empresas que atuam internamente, questiona-se se a participação das classes populares no total do consumo é efetivamente tão grande.

Conclui-se que embora a redução na desigualdade de renda com mobilidade social e a expansão do crédito tenham tornado o crescimento do consumo das classes de baixa renda um elemento dinâmico do produto, a estratégia de crescimento por consumo de massas, tanto por seus aspectos macroeconômicos quanto pelos sociais, apresenta obstáculos que a distanciam de se tornar um “ciclo virtuoso”.

O objetivo da dissertação é relacionar a atual discussão sobre consumo de massas ao debate anterior acerca de distribuição de renda e consumo no Brasil, através da análise dos dados das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) de 2002/2003 e 2008/2009. Será investigado como a redução da desigualdade de renda influenciou no padrão de consumo das

famílias brasileiras – geral, por faixas de renda e por regiões, bem como na distribuição dos mercados por essas mesmas categorias.

O primeiro capítulo retoma o debate acerca das relações entre padrões de consumo e distribuição de renda no Brasil. O segundo expõe os dados agregados acerca da evolução no padrão de consumo das famílias brasileiras e o terceiro trata da demanda por categorias específicas de consumo que se destacaram, seja pela alta participação nos orçamentos das famílias ou pelas grandes modificações nessas participações durante o período analisado.

2. Distribuição de Renda e Padrões de Consumo no Brasil: revisão da literatura

A atual discussão sobre a queda na desigualdade de renda, a geração de postos de trabalho e a expansão do consumo popular se relaciona com um imenso debate sobre a interação entre distribuição de renda e padrões de consumo no Brasil.

Partindo-se da constatação de que distribuição de renda e consumo determinam um ao outro e que sua relação é condicionada por meio de outras variáveis, tais como a configuração do mercado de trabalho, a estrutura produtiva e as questões culturais e demográficas, este capítulo se propõe a retomar e discutir a literatura de cinco eixos temáticos que englobam a questão proposta: a evolução da distribuição de renda no Brasil; a concepção teórica de consumo de massas; a interação entre a distribuição de renda e a formação do mercado consumidor nacional; as tendências mais recentes de evolução dos padrões de consumo; e por fim, a Estratégia de Consumo de Massas no Brasil e a formação de uma “Nova Classe Média”.

2.1) A Discussão Sobre Distribuição de Renda no Brasil

Nos anos 2000, a melhoria na distribuição de renda brasileira deu origem a questionamentos e interpretações sobre quais fatores a teriam conduzido. Entretanto, em termos absolutos a desigualdade permanecia alta. Historicamente, a desigualdade sempre se manteve elevada, mesmo quando comparado a outros países da região ou de trajetórias de desenvolvimento semelhante. Para compreender como a desigualdade de renda pode ser reduzida agora é necessário entender, primeiro, como se tornou tão elevada.

A discussão sobre distribuição de renda no Brasil atravessou diversas fases, de acordo com a conjuntura política e econômica pela qual o país passava. Neste item, será apresentado um pequeno resumo das diferentes fases dessa discussão, concatenando as ideias de seus principais autores e concluindo com o debate acerca da atual redução na desigualdade.

2.1.1) As origens da má distribuição de renda: as interpretações cepalinas

Os pioneiros da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe)² buscavam explicar a má distribuição de renda nos países latino-americanos como decorrente de fatores estruturais. Furtado (1961) a atribuía ao “dualismo” decorrente da estrutura

² Comissão Econômica para América Latina e Caribe (fundada em 1948).

agroexportadora colonial: setores modernos coexistiam com setores arcaicos, os quais acolhiam a maior parte da mão-de-obra disponível e pagavam baixos salários, pressionando a média das remunerações do país para baixo e tornando a estrutura de distribuição de renda e de propriedade concentrada.

Tanto Furtado quanto Aníbal Pinto (1970) consideram que na América Latina houve diferentes graus de economias “duais”: desde aquelas que constituíam um caso clássico de “enclave”, com absoluta separação entre o complexo exportador e o “resto” (como os pequenos países da América Central), a casos em que havia uma maior irradiação da renda das atividades exportadoras para setores internos, como os países do Cone Sul. Em comum, todos os casos tinham desníveis radicais de produtividade entre a atividade exportadora e a produção interna.

Entretanto, Pinto aprofundou a questão da distribuição de renda ao examinar os desdobramentos que o dualismo teve no Programa de Substituição de Importações (PSI), iniciado nos anos 50 nos países da região. De acordo com o autor, a industrialização via PSI modificou em diversos graus essa estrutura, através do fortalecimento de um setor capitalista não exportador com produtividade superior à média do sistema e semelhante ao complexo exportador. No entanto, a maioria dos setores permanecia com baixa produtividade, enquanto empregava uma maior parcela de trabalhadores. Era como se houvesse uma diferenciação de setores produtivos a partir da estrutura anterior em um maior número de camadas, também descontínuas entre si em termos de produtividade. Pinto denominou esse conjunto de descontinuidades de “heterogeneidade estrutural”.

A reprodução dessa estrutura desigual deixava boa parte da população excluída do processo produtivo moderno e de seus ganhos, mantendo a renda concentrada. De acordo com o autor, “Grandes segmentos da população, da estrutura produtiva e do ‘espaço econômico’ foram marginalizados, em caráter absoluto ou substancial, do avanço registrado no ‘polo moderno’” (Pinto 1970 pag.575).

Ainda segundo Pinto, não havia uma tendência para que esse diferencial de produtividades entre setores fosse reduzido ao longo do processo de industrialização desses países, pois era baixa a capacidade de irradiação de produtividade dos “setores modernos” para os demais setores, ainda que estivessem interligados. Consequentemente, também não havia tendência a uma melhora na distribuição de renda.

2.1.2) Anos 60 a anos 90: o aumento da concentração de renda e sua interação com o mercado de trabalho.

No final dos anos 60, durante a ditadura militar no Brasil, houve um agravamento dessa concentração de renda, embora o país passasse por um período de intenso crescimento. De acordo com Bonelli e Ramos (1993), todas as faixas de rendimento obtiveram ganhos de renda: entretanto, o crescimento da renda foi significativamente maior nas faixas mais altas, o que levou a um efeito final de concentração de renda. Fishlow (1972) interpretava o aumento da desigualdade no Brasil como decorrente da corrosão dos salários dos trabalhadores, provocada tanto pelas políticas anti-inflacionárias do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) entre 1964 e 1967 quanto pela supressão do poder de barganha dos trabalhadores através da repressão política. Bacha (1978) aceitou a tese de Fishlow e incorporou a ela o efeito de mudanças no mercado de trabalho. De acordo com o autor, ao contrário do que afirmava Langoni (1973), o maior crescimento do salário dos trabalhadores de colarinho branco decorre não dos diferenciais de demanda por capital humano, mas pelo aumento de seu poder de barganha frente aos trabalhadores de base. E o poder de barganha dos primeiro grupo estava vinculado ao lucro dos empresários, o qual cresceu durante a recuperação econômica pós-PAEG.³

Langoni (1973) se contrapôs a essa interpretação, oferecendo o que se tornou a versão oficial do governo: o aumento da desigualdade de renda seria uma fase do desenvolvimento brasileiro e decorreria dos diferenciais na demanda por capital humano. O alto crescimento geraria um aumento na demanda por trabalhadores qualificados, o que pressionaria seus salários para cima em relação aos dos trabalhadores menos classificados. De acordo com o autor, com a continuidade do processo de desenvolvimento a demanda por mão-de-obra qualificada se estabilizaria ao mesmo tempo em que sua oferta iria aumentar; logo, a distribuição de renda melhoraria. Essa interpretação estava em afinção com a teoria da “curva de Kuznets”, que defendia que o índice de Gini teria uma trajetória em forma de “U invertido” ao longo do processo de desenvolvimento um país: haveria uma fase de concentração de renda, decorrente do diferencial de produtividade entre setores e do aumento relativo da demanda por mão-de-obra qualificada. Posteriormente, haveria uma tendência de melhoria na distribuição de renda. (Gandra 2004).

No entanto, esse fenômeno não corresponde ao que foi observado: a distribuição de renda permaneceu estagnada nas décadas de 70 e 80. Locatelli (1985,1988) encontrou evidências empíricas de que a curva de Kuznets não se observa no Brasil. Além disso,

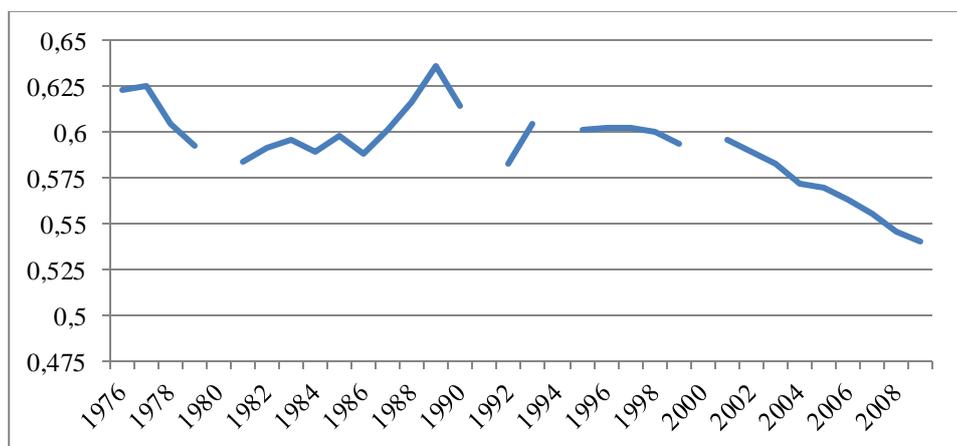
³ A recuperação econômica pós-PAEG e sua relação com a distribuição de renda serão tratadas mais adiante na discussão de Tavares e Serra (data).

segundo Bonelli e Ramos (1993), dessa vez a desigualdade aumentou a despeito de melhorias na escolaridade e mediante a perda de rendimentos reais em praticamente todos os segmentos de renda; apenas os 10% mais ricos obtiveram um pequeno ganho de rendimentos.

Nos anos 90 a desigualdade de renda permaneceu alta. Na época, o foco de análise das pesquisas sobre o tema esteve direcionado para a desigualdade pessoal e a atribuída a diferenciais de acesso à educação (Gandra 2004)⁴, mas houve quem se debruçasse sobre os efeitos das variações no mercado de trabalho e mudanças da estrutura produtiva decorrentes das políticas liberalizantes. A década foi marcada por flexibilização e precarização do mercado de trabalho: houve uma tendência à redução da seguridade social; surgiram as terceirizações e as contratações por pessoa jurídica (PJ); as taxas de desemprego passaram a ocupar um patamar mais alto e houve um aumento da informalidade. De acordo com Mattoso e Pochman (1998), esses fatores teriam contribuído, pelo menos, para a manutenção do nível da desigualdade de renda.

2.1.3) Anos 2000: A melhoria na distribuição de renda e a discussão salários/ políticas de transferência

O movimento ocorrido na distribuição de renda brasileira a partir de meados dos anos 70 fica evidente na evolução de longo prazo do índice de Gini mostrada no gráfico I. A desigualdade de renda aumentou entre o final dos anos 70 e o começo dos anos 90. A partir do final dessa década, a distribuição de renda começou a apresentar sinais de melhora, tendência que foi mantida na década seguinte, com uma significativa queda do Gini.



⁴ O autor atribui esse interesse a publicações de artigos internacionais com temática semelhante.

Gráfico 2.1 – Evolução do Índice de Gini no Brasil – 1976 - 2009⁵ (*)

(*) Elaboração própria a partir dos dados da PNAD - IBGE

Atualmente, a discussão sobre distribuição de renda está centrada nas causas e efeitos dessa redução da desigualdade – e o que fazer para mantê-la. Há um consenso de que as causas da melhoria na distribuição de renda teriam sido o aumento da geração de postos de trabalho, a valorização do salário mínimo e a ampliação da cobertura de políticas de transferência de renda.

O salário mínimo deixou de ser utilizado como forma de contenção inflacionária a partir de 1994 e sua valorização tornou-se um mecanismo deliberado de distribuição de renda. Já as transferências de renda tiveram sua cobertura e valor ampliados a partir do final dos anos 90, tendência que foi intensificada nos anos 2000 a partir da unificação de diversos benefícios sociais no Programa Bolsa Família⁶. Saboia (2007a, 2007b) demonstrou a influência do primeiro fator na redução da desigualdade, enquanto Hoffman (2006) e Barros, et al (2007) trazem evidências da contribuição do segundo. No entanto, os autores divergem sobre a importância desses instrumentos: há os que defendem que as transferências focalizadas de renda deveriam ser priorizadas, pois seu custo-benefício é menor, e os que reiteram a importância da valorização do salário mínimo como política social.

Saboia (2007a) faz parte da segunda corrente. O autor destaca que o nível do salário mínimo tem um papel social que transcende o mercado de trabalho formal: além de balizar também as aposentadorias, pensões oficiais e benefícios de assistência social, uma parcela relevante de trabalhadores informais recebe o salário mínimo ou um valor muito próximo.

Em termos de renda familiar, o salário mínimo está associado a famílias cuja renda *per capita* está abaixo da média, embora não sejam famílias pobres: “Na realidade, as pessoas mais pobres não têm acesso ao salário mínimo, nem sob a forma de remuneração do trabalho, nem sob a forma de transferências.” (2007a, pag.12). Portanto, qualquer aumento no salário mínimo beneficiaria principalmente pessoas relativamente pobres, o que denota uma relação entre a valorização do salário mínimo e a melhoria na distribuição de renda.

Já Soares (2002) e Ulyssea e Foguel (2006) recapitularam a literatura recente sobre os efeitos do salário mínimo no mercado de trabalho. Concluíram que são fortes as evidências de que a elevação do salário mínimo produziu um efeito de desconcentração na renda daqueles que já estavam ocupados. Entretanto, a influência do salário mínimo no nível

⁵ Os anos ausentes no gráfico correspondem aos anos em que foram realizados censos ao invés da PNAD.

⁶ O Bolsa Família corresponde a junção e a ampliação da cobertura dos seguintes benefícios: Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. (MDS)

de emprego é uma questão controversa: embora alguns trabalhos tenham concluído que há uma relação negativa – sobretudo no emprego do setor informal – é considerada pouco significativa.

Tendo em vista essa última questão, Saboia propõe exercícios de simulação desprezando a influência do salário mínimo no mercado de trabalho. Tornaram-se estáveis os rendimentos da PNAD⁷ vinculados ao salário mínimo entre 1995 e 2005 e 2001 e 2005, e foi encontrada uma influência significativa entre a valorização e a redução na desigualdade: 64% da melhoria na distribuição de renda per capita familiar entre os 10 anos e 43% entre os últimos 4 anos da amostra foram explicadas pelo aumento real no salário mínimo. Nos dois casos, os rendimentos do trabalho foram os principais responsáveis pela melhoria.

Entretanto, ao mesmo passo em que houve uma valorização do salário mínimo, aumentaram as parcelas tanto de trabalhadores formais que recebem o salário, quanto de trabalhadores informais que recebem abaixo desse valor. Mesmo assim, o resultado líquido foi uma melhoria na distribuição de renda, que pode ser atribuída tanto à magnitude da valorização quanto ao aumento das contratações decorrente do crescimento e da expansão das transferências de renda.

Barros et al (2007) discordaram da defesa da valorização do salário mínimo como política distributiva. Os autores se propõem a comparar a efetividade do Programa Bolsa Família e do Salário Mínimo como mecanismo distributivo para diversos cortes de renda. Para tanto, analisa diversas formas de propagação do impacto dos dois programas, e também desconsidera o efeito de ambos sobre o mercado de trabalho. Concluiu que o salário mínimo é mais eficiente apenas quando se tem a intenção de redistribuir a renda em torno do centro e demonstrou ainda que o primeiro tem um maior custo-efetividade. Barros considera ainda que, mesmo como política trabalhista, a valorização do salário mínimo é demasiado custosa para ser mantida.

Saboia se contrapõe a essa argumentação. Reconheceu que a continuidade da valorização do salário mínimo fará com que as pessoas que o recebem desloquem suas famílias para faixas de renda cada vez mais altas. Conseqüentemente, o salário mínimo tenderá a perder sua influência na queda da desigualdade – como de fato ocorreu entre os dois períodos analisados. Também ressaltou que as transferências focalizadas são um importante mecanismo distributivo para a população extremamente pobre, que não seria

⁷ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, IBGE.

atingida pela valorização do salário mínimo. Mas não há nisso uma contradição com a manutenção de sua valorização. As duas medidas possuem naturezas distintas e são complementares em uma política de redistribuição de renda.

A partir de 2005, houve uma alteração na tendência distribuição funcional da renda: as remunerações do fator trabalho passaram a ter uma participação maior na medida em que a desigualdade caía. Bastos (2012) retomou movimentos anteriores na distribuição de renda brasileira para demonstrar que essas duas tendências não necessariamente ocorrem juntas. Atribuiu o aumento da participação das remunerações do trabalho a características específicas do processo de redistribuição atual por meio da influência de outros fatores, como o crescimento do PIB e a geração de empregos, a evolução dos termos de troca e da demanda do resto do mundo. De qualquer forma, esses resultados são compatíveis com a afirmação que os rendimentos do trabalho foram o principal fator de redução da desigualdade.

2.2 O Consumo de Massas

O crescimento econômico sustentado por uma combinação entre redistribuição de renda, expansão do consumo e da produção e aumento do crédito tem sua origem no modelo de crescimento praticado pelos EUA a partir do New Deal (1932). De acordo com Medeiros (1992, 2000, 2012), a expansão do padrão de consumo baseado em bens duráveis para as classes mais baixas foi possibilitada pelo “sloanismo” – modo de organização e produção desenvolvido a partir da General Motors que integrava a diferenciação dos produtos, a criação de economias de escopo e a expansão do crédito ao consumidor na indústria de bens duráveis, em uma economia que já possuía uma estrutura de renda bem distribuída com altos salários.

A criação de vários modelos de um mesmo produto com diferenciais de preço e qualidade permitiu que as classes de baixa renda aproximassem seu padrão de consumo das classes do topo da pirâmide social, ao mesmo tempo em que passavam a almejar os modelos consumidos pelas famílias de renda mais alta como uma forma de ganhar status (os chamados “position goods”). Para estas últimas, entretanto, à medida que seus modelos passavam a ser consumidos também pelas famílias de baixa renda, perdiam seu “status”, o que gerava a necessidade de uma nova diferenciação do consumo.

Esse modelo de consumo foi aprofundado durante o crescimento pós-Segunda Guerra, quando foi também difundido na Europa – tanto que as taxas de posse de certo

grupo de bens duráveis passou a ser utilizada como indicador de desenvolvimento. O consumo de massas, segundo Rostow (1971 apud Medeiros 2012) é caracterizado por uma economia de altos salários em que o consumo da maioria da população se mantém acima das necessidades em “alimentação, habitação e vestuário” e o crescimento é puxado por setores de bens duráveis.

Matsuyama (2000) descreveu o funcionamento do consumo de massas por um modelo no qual o aumento do consumo de bens industrializados eleva a produtividade de suas indústrias produtoras e derruba seu preço. Essa transformação tanto possibilita a incorporação de novos consumidores quanto libera uma parcela da renda para o consumo de novos bens menos essenciais. O autor chamou esse esquema de “gansos voadores”: variações nos preços de bens mais antigos criam complementariedades e abrem caminho para novos mercados. Matsuyama identificou ainda uma relação de causalidade entre a formação de uma economia de consumo de massas e o aumento da produtividade. Considerou também que o tamanho de mercado ideal para que novos bens sejam introduzidos não depende da renda total, mas da quantidade de domicílios que pode obtê-los. Para tanto, uma economia muito igualitária não seria funcional, pois incorreria na “armadilha da pobreza”, enquanto uma economia muito concentrada geraria um pequeno mercado para esses bens.

Medeiros (1992) examina a relação entre padrão de consumo de massas e distribuição de renda sob outra ótica. Para o autor, um mecanismo institucional de macroregulação de salários foi peça fundamental para a bem-sucedida experiência estadunidense pós-crise de 29. Na década de 20, o país já era uma economia de altos salários e difusão de bens duráveis. O padrão de crescimento via consumo de massas adotado posteriormente a partir da estratégia sloanista exigiria um crescimento constante da massa de salários e da demanda. Medeiros, de acordo com os autores da Regulação francesa, atribui o sucesso da estratégia a dois fatores: à maior estabilidade das contratações e dos salários; e, associado a isto, a ampliação do crédito ao consumidor. Esses dois fatores combinados garantiam um fluxo constante de vendas e pagamentos que a indústria de bens duráveis necessitava para manter seu crescimento.

2.3) A distribuição de renda e o mercado consumidor brasileiro

A discussão do primeiro item permite concluir que a alta desigualdade renda no Brasil foi determinada pelo dualismo, consolidada pela estrutura produtiva concentrada e

descontínua que surgiu com o PSI, e posteriormente reforçada pela forma como foi aprofundada a industrialização e por fatores políticos. A distribuição de renda, por sua vez, está intrinsecamente relacionada à estrutura da demanda. O objetivo deste item é examinar como se formou um mercado para bens industriais no Brasil durante o PSI, a despeito de uma demanda condicionada por uma distribuição de renda extremamente desigual.

A literatura a respeito do tema foi aqui agrupada em dois subitens. O primeiro é o da corrente “subconsumista”, autores que publicaram entre o final dos anos 60 e o começo dos 70 e tinham em comum a visão de que o mercado latino-americano (e brasileiro) para bens de consumo duráveis era bastante restrito; o segundo trata de autores que publicaram na segunda metade da década de 70 buscando explicar as causas da inesperada ampliação do mercado desses bens.

A importância da releitura desses textos transcende a revisão bibliográfica: questões levantadas por esses autores, como a dimensão do mercado para bens modernos e a ampliação de seu consumo por meio da diferenciação qualitativa, são muito semelhantes àquelas que se colocam para o período atual.

2.3.1) Os autores cepalinos

A partir da metade dos anos 60, a determinação que a distribuição de renda no exercia no mercado consumidor entrou na agenda da CEPAL. Embora tenham partido de esquemas teóricos distintos e chegado a conclusões diferentes sobre a dinâmica econômica, todos viam a questão do tamanho do mercado para bens duráveis como fundamental. Consideravam que a extensão desse mercado era bastante limitada pela concentração de renda: apenas uma parcela pequena da população podia ter acesso a esses bens. Vale ressaltar que para os autores cepalinos a superação do desenvolvimento passava pelo aprofundamento da industrialização, por meio da incorporação da produção de bens duráveis e de capital e visando o emparelhamento tecnológico aos países do centro. Era importante que, como contrapartida, se consolidasse um mercado interno. Essa escola de pensamento primava pela adoção da abordagem do excedente: a problemática fundamental era de que modo o excedente era gerado e de que maneira é repartido, em detrimento da preocupação com o equilíbrio.

A relação entre consumo e distribuição de renda também foi tratada na análise que Pinto (1970) fez das economias da região. O autor definiu a “grande contradição do modelo” de industrialização que adotaram: a estrutura produtiva heterogênea levava a uma concentração de renda que mantinha uma pequena demanda por bens industriais

complexos, ao mesmo tempo em que a produção industrial buscava atendê-la em pequena escala: “Se vem lutando por reproduzir a estrutura produtiva da ‘sociedade de consumo opulenta’ possibilitada por uma base ampla e diversificada de produção e por níveis médios de renda superiores a 1500 dólares, em economias que (...) mal chegam a atingir 500 dólares anuais *per capita*” (1970, pag. 582).

O autor prosseguiu destacando que tal contradição foi uma decorrência da fase dual, que havia provocado uma dissociação entre uma estrutura produtiva simples e uma demanda complexa, com uma distribuição diversificada da demanda e do gasto, o que pressionava a importação de bens de consumo. Posteriormente, houve o estrangulamento da capacidade de importar, e esses países tiveram que readaptar suas estruturas internas ao padrão de demanda ao mesmo tempo em que era introduzido nas classes mais abastadas o padrão de consumo centrado em bens duráveis. Entretanto, “essa estrutura de produção voltou as costas para a realidade essencial da baixa renda média e se empenhou em reproduzir a estrutura correspondente a economias em estágio muito superior de desenvolvimento”. (1970, pag. 582). Havia, portanto, um aspecto da heterogeneidade estrutural que se manifestava no padrão de consumo latino-americano.

Pinto também abordou o tema em sua análise de “estilos de desenvolvimento”(1976). Definiu o estilo de desenvolvimento por “a maneira como, dentro de um determinado sistema⁸, os recursos humanos e materiais são organizados e distribuídos, com o objetivo de resolver as indagações sobre o que, pra quem e como produzir bens e serviços.” (1976, pag.619). Esse estilo é determinado por duas dimensões: a de ordem estrutural, que revela como se organizou o aparelho produtivo a partir dos recursos econômicos e da composição da oferta.; e a de ordem dinâmica, que engloba fatores que movimentam o sistema, se relacionam com a composição da demanda e o seu determinante, a distribuição de renda. Pinto também afirmou que as grandes economias latino-americanas tem sua estrutura marcada pela heterogeneidade estrutural. Em seguida, o autor repartiu a demanda por cinco faixas de renda distintas e identificou uma elevada concentração de mercados nos grupos do topo da estrutura distributiva; de modo análogo, as taxas de crescimento também são mais altas nos setores mais modernos, aos quais corresponde a demanda desses grupos. Nas palavras de Pinto:

⁸ Pinto associa o conceito de sistema a duas formas de organização: a capitalista e a socialista. O sistema é adjetivado por uma segunda classificação que separa os países entre desenvolvidos ou em desenvolvimento, o que denomina de estrutura. Neste trecho em particular, ao se referir a sistema o autor está tratando da combinação sistema-estrutura.

“ (...) considerando-se a renda média regional e dos países, para que o atual estilo de desenvolvimento funcione e prossiga, é indispensável que a renda e o gasto se concentrem nessas camadas, de maneira a sustentar e aumentar a demanda dos bens e serviços favorecidos.” (1976, pag.631)

Furtado (1968) desenvolveu uma temática semelhante à de Aníbal Pinto. Para o autor, a estagnação que ocorria no começo da década de 60 na América Latina era reflexo da estrutura da demanda. Havia uma elevada parcela de trabalhadores subempregados, que era totalmente excluída do mercado de consumo moderno; um contingente de trabalhadores pobres, que formava um mercado relevante apenas para bens de consumo tradicionais; e uma pequena fração de famílias de alta renda que espelhava o padrão de consumo das classes abastadas estrangeiras, especialmente em bens duráveis.

Segundo Furtado, o PSI havia esgotado a sua fase mais simples (bens de consumo não duráveis), e a faixa de produção rentável se concentrou nos bens duráveis e de capital. Entretanto, essas indústrias eram intensivas em capital e demandavam elevados recursos para a implantação, os quais a estrutura de demanda não possibilitava uma escala suficiente para compensá-los. Como resultado, conduzia-se à estagnação, ao mesmo tempo em que o direcionamento dos investimentos para essas indústrias levava a uma redução da taxa de absorção de mão-de-obra.

Por conta de tais conclusões, Furtado foi classificado como “estagnacionista”. A tendência à estagnação seria revertida apenas através de uma ampliação da produção de bens “populares”, cujo mercado consumidor poderia ser muito maior e a produção era intensiva em trabalho. Nesse sentido, uma redistribuição da renda seria fundamental, pois ao mesmo tempo em que criaria demanda para esse tipo de bem, provocaria o aumento da absorção de mão de obra.

É interessante observar que para Furtado a demanda atua como condicionante da estrutura produtiva por meio do padrão de consumo, enquanto a distribuição de renda tem a finalidade de compatibilizá-las. Para Pinto essa causalidade é inversa: era necessário que a estrutura produtiva se tornasse mais homogênea para que a renda ficasse menos concentrada e o padrão de consumo menos desigual. Consequentemente, como a estrutura produtiva é o que determina distribuição de renda e o consumo, não há necessariamente uma incompatibilidade entre concentração de renda e crescimento econômico – logo, o autor não se enquadrava na definição de estagnacionista. Essa concepção foi retomada no artigo de 1976, em que propõe dois caminhos aos países em desenvolvimento: incorporar outras camadas sociais aos novos tipos de consumo, até generalizá-los (consumo de massas) ou

manter a marginalização do consumo. No entanto, além de salientar os malefícios sociais da escolha do segundo caminho, ressaltou anteriormente as dificuldades de manutenção do modelo de produção heterogêneo: (1970, pag. 137)

“Em síntese, os padrões novos ou modernos requerem uma mobilização maciça de recursos, à parte um aparato institucional extenso e dispendioso. Nada disso seria necessário para produzir e comercializar bebidas, calçados, produtos têxteis ou serviços pessoais, mas torna-se indispensável quando se trata de automóveis, televisores, rádio, sistemas de calefação central etc.”

Na segunda metade da década de 60 a economia brasileira retomou o dinamismo. A partir desses fatos, Tavares e Serra (1972) se contrapuseram à visão de Furtado, defendendo que a estagnação do começo da década seria decorrente do esgotamento do pacote de investimentos anterior, e não de uma demanda incompatível com ganhos de escala. Havia, portanto, um caráter cíclico na desaceleração do crescimento. De acordo com os autores (pag. 157):

“Nossa idéia é de que a crise que acompanha o esgotamento do processo substitutivo representa no essencial, pelo menos no caso de alguns países, uma situação de transição a um novo esquema de desenvolvimento capitalista. Este pode apresentar características bastante dinâmicas e ao mesmo tempo reforçar alguns traços do “modelo” substitutivo de crescimento em suas etapas mais avançadas, ou seja, a exclusão social, a concentração espacial, bem como o atraso de certos subsetores econômicos quanto a níveis de produtividade”.

Através desse último fragmento do artigo, é possível depreender que Tavares e Serra, assim como Pinto, não consideravam que a concentração de renda, o desemprego estrutural e o infraconsumo eram incompatíveis com a dinâmica econômica capitalista. O que realmente importava para a manutenção do dinamismo eram as oportunidades de investimento. O que ocorreu no Brasil foi um exemplo dessa constatação: o desenvolvimento desigual aprofundou as diferenças de consumo e produtividade, e apesar disso conseguiu estabelecer um sistema que possibilitasse a geração de fontes internas de consumo e crescimento. Os autores também concordaram com Pinto quando afirmaram que a estrutura produtiva heterogênea e concentração de renda levavam os países da AL a enfrentar problemas de realização com maior frequência que as economias desenvolvidas. Entretanto, isso não estava associado a uma tendência secular de estagnação.

A partir dessas constatações, os autores criticaram a análise que Furtado fez da estagnação da década anterior. Retomando, Furtado atribuía a causa da estagnação à queda da relação produto-capital que ocorria concomitantemente ao deslocamento dos

investimentos para os setores de bens de capital e consumo duráveis, que se tornavam mais rentáveis devido à concentração de renda. A queda dessa relação significaria uma queda nos lucros, e conseqüente redução da poupança para a realização de futuros investimentos. Furtado foi criticado por considerar que a poupança antecede o investimento e os empresários observam a relação capital-produto ao investir.

Ainda no modelo de Furtado, o aumento da relação produto-capital, por sua vez, decorria do aumento da relação capital-trabalho. Para atribuir tal relação, o autor considerou a convergência das taxas de lucros. No entanto, o que se observava era um mercado “imperfeito” e as taxas de lucros não convergiam: eram maiores nos setores mais modernos, mesmo com relação capital-produto mais alta.

Feitas as críticas ao modelo de Furtado, Tavares e Serra identificaram, em seu modelo, a origem da estagnação no Brasil: o término das funções do pacote de investimentos do Plano de Metas (1956-1961), o qual utilizou as reservas de mercado, expandiu a renda e diversificou o consumo. De fato, houve um esgotamento da fase mais simples da substituição de importações. Era necessário um novo pacote de investimentos, cuja implantação era limitada não por conta da elevada relação produto-capital, mas por conta da estrutura de demanda e do financiamento. A demanda estava contida devido à distribuição extremamente concentrada da renda entre uma alta cúpula, limitando a diversificação e a expansão adequadas do consumo dos grupos médios. Já o financiamento, que anteriormente era realizado através de mecanismos inflacionários, foi restringido pelo descontrole inflacionário e conseqüente perda de funcionalidade desse mecanismo.

No entanto, o PSI brasileiro já havia atingido um potencial produtivo significativo e foi além das outras economias latino-americanas: “Tinha condições para passar a um esquema de expansão cujos estímulos emanavam do próprio sistema (sem enfraquecer os laços de dependência externa).” (pag. 1972). O país destacava-se pela maior complementaridade entre os setores produtivos modernos e pela maior associação entre o Estado e o capital internacional. Entretanto, os autores enfatizaram que aquela fase de desenvolvimento prescindia uma diversificação do consumo moderno e uma conseqüente ampliação dos grupos médios, que formariam a base para esse tipo de consumo.

Com o início do governo militar, a fase da desaceleração foi aprofundada pelas medidas restritivas do PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo – 1964-1967). O aumento da carga fiscal, o corte de gastos e a restrição do crédito dificultaram o nível de atividade econômica, enquanto a política de compressão salarial reduziu a demanda. Entretanto, de acordo com os autores, essas medidas foram funcionais para a passagem a

uma nova etapa de desenvolvimento capitalista. Inicialmente, porque tiveram uma função concentradora de capitais e dinamizadora da produção: “várias empresas marginais de menor solidez financeira ou com pouca capacidade de endividamento foram liquidadas, limpando o campo para uma concentração da atividade industrial e comercial”.

Posteriormente, as reformas tributária e do mercado de capitais prepararam o terreno para novos esquemas de financiamento do setor público e privado, e o financiamento inflacionário perdeu espaço. No entanto, o fator citado como o mais importante na retomada do dinamismo econômico foi o conjunto de mecanismos de concentração de renda. Além da concentração de capitais, os autores destacaram a engenhosa concentração de renda através da compressão dos salários das camadas de baixos rendimentos, ao mesmo tempo em que se abriu o leque de ocupações médias. Tal movimento provocou uma ampliação do mercado consumidor para produtos modernos.

Tavares e Serra descreveram o movimento de reconcentração de renda através de uma tipologia de grupos de renda, divididas por percentis e associadas às ocupações (pg.199) :Grupo A: classe alta, burguesia (proprietários, gerentes); Grupo B₁: classes médias altas (profissionais liberais, altos funcionários, empresários médios); Grupo B₂: classes médias urbanas (burocratas, pequenos comerciantes); Grupo C: classes assalariadas de base; Grupo D: trabalhadores rurais, autônomos urbanos, marginais.

Os autores as separaram conforme sua importância para o mercado: A alimenta o processo de acumulação e diversificação do consumo, enquanto B₁ e B₂ formam a base do consumo moderno. C é a base do consumo tradicional e D está excluída do mercado de consumo.

A dinâmica fundamental da redistribuição ocorreu nos grupos B e C: a classe alta manteve sua participação e a D continuou tendo baixa participação na apropriação da renda. Os autores dividiram a concentração salarial em duas etapas: A primeira, a partir de 1961, consistiu na perda de poder aquisitivo dos grupos B₂ e C por conta da aceleração da inflação. Dessa forma, restringiu-se o mercado para bens de consumo populares sem que se ampliasse o mercado para bens modernos.

Em 1963, o governo de João Goulart tentou fazer uma redistribuição de renda em favor das classes C e D como forma de retomar o dinamismo econômico; no entanto, tal mecanismo não obteve sucesso. Após 1964, a política salarial do governo militar buscou redistribuir a renda em favor das classes médias urbanas e contra as classes populares assalariadas. De acordo com os autores (pag.201):

“Esta redistribuição teve início primeiro ao nível do gasto, mediante novos esquemas ampliados de financiamento de bens duráveis e, posteriormente, pelo lado da renda, mantendo a queda dos salários mínimos reais, mas permanecendo constantes os médios, permitindo uma abertura do leque da escala de remuneração em favor dos novos grupos médios emergentes.”

As comparações entre as parcelas de apropriação da renda mostraram uma redistribuição positivamente assimétrica da renda durante a década de 60. Foi possível observar que as classes A e B₁ se apropriaram da maior parte do excedente, e B₂ também se beneficiou do processo de concentração. Já C e D tiveram sua participação achatada por conta da ampliação do excedente via compressão salarial. Como consequência, o mercado consumidor para bens modernos foi bastante ampliado – de acordo com uma estimativa dos autores, teria crescido em 80% contra 33% da renda per capita.

A compreensão de que a concentração de renda em torno das classes médias e altas aumentou o mercado para bens modernos foi reconhecida e retomada posteriormente por Furtado (1973). A obra destacou a função que a concentração de renda teve de aumentar a poupança das classes mais altas, a qual possibilitou o financiamento do consumo de bens modernos e do Sistema Nacional de Habitação para as classes médias. Furtado descreveu o processo de concentração de renda como um ponto dentro da estratégia do Governo Militar de realizar uma reforma estrutural, eliminar os “pontos de estrangulamento” e retomar o dinamismo. Segundo o autor, a principal questão a ser resolvida era a existência de um equipado complexo industrial no país que vinha sendo pouco utilizado. A concentração de renda ocorreria em três etapas: primeiro, uma queda nos salários reais, que de acordo com a estratégia a ser seguida não necessariamente resultaria em queda da massa salarial, pois a capacidade criadora de emprego da economia seria elevada; em uma segunda fase, os salários se estabilizariam enquanto a massa salarial subiria; e em uma terceira fase, os salários voltariam a subir, porém abaixo do aumento da produtividade.

O impasse da realização dessa estratégia se encontrava em sua primeira etapa: embora não alterasse a massa salarial, a pauperização absoluta da população causaria efeitos depressivos em importantes segmentos industriais, ao reduzir o seu mercado. De acordo com Furtado, para solucionar esse impasse era necessário que a economia retomasse a expansão através de um impulso autônomo da demanda. Para que isso ocorresse, “era necessário que o crescimento privilegiasse não apenas a minoria proprietária dos bens de capital e sim um grupo social mais amplo, capaz de formar um mercado de bens duráveis de consumo de

adequadas dimensões.” (pág.41). Em outras palavras, era necessário compatibilizar oferta e demanda, mas a distribuição de renda estava atada pela compressão salarial.

O autor explicou ainda que o impulso autônomo da demanda foi proporcionado através de novas formas de financiamento para grupos de classe média formados por assalariados e pequenos proprietários. A estratégia adotada pelo governo teria, então, visado um triplo objetivo. O primeiro era neutralizar a os efeitos da inflação sobre a poupança da classe média, o que foi alcançado através das políticas anti-inflacionárias da primeira fase do PAEG (1964-1967), incluindo a adoção da correção monetária da poupança e dos títulos da dívida. O segundo era reorientar o crédito de forma a beneficiar os compradores de bens de consumo duráveis; e o terceiro era organizar o mercado financeiro de forma que a poupança da classe média pudesse ser revertida em títulos financeiros capazes de gerar um fluxo de renda, o que permitiria um novo aumento do consumo de bens duráveis. Furtado considerou ainda o papel que a ampliação da demanda por duráveis teve na geração de economias de escala, que proporcionaram queda de preços e uma maior difusão desses bens.

A identificação do papel do crédito ao consumo foi a principal contribuição de Furtado aos autores subconsumistas. O item a seguir descreve justamente como esse tipo crédito possibilitou a difusão de um padrão de consumo moderno durante a década de 70 para além dos limites de mercado estipulados por esses autores.

2.3.2 A difusão do consumo de bens duráveis

Ao estimar o tamanho do mercado para bens duráveis no Brasil, Tavares e Serra (1972) e Furtado (1973) reconheceram a precariedade dos dados em relação à posse em consumo de desses bens e tomam a renda familiar como um critério de acesso a esses bens. Na década de 70, o surgimento de novas pesquisas de consumo e posse possibilitou a análise da difusão de bens duráveis por faixa de renda.

Tendo como base essas pesquisas, os trabalhos de Wells (1976) criticaram as concepções dos autores cepalinos. O autor apresentou os dados de pesquisas referentes à posse de bens duráveis por faixa de rendimentos, como o Censo de 1970 e a PNAD de 1972, e se propôs a analisar se houve uma descontinuidade no mercado para bens duráveis – isto é, se valeu a hipótese do subconsumo. Surpreendentemente, esses dados mostraram que o acesso a tais bens não foi tão reduzido – mesmo nas faixas de rendimentos mais baixas, a posse foi relevante.

Wells distribuiu as faixas de rendimentos em decis e interpretou uma continuidade na posse desses bens: o seu consumo vai se diversificando à medida que a renda aumenta.

Identificou uma única descontinuidade, entre o 4º e o 5º decis; portanto, 60% das famílias participariam do mercado de consumo “moderno” – uma porcentagem muito maior do que os 10% estipulados pelos subconsumistas para o cálculo do tamanho desse mercado. O autor sugeriu que, mesmo anteriormente ao *boom* dos bens duráveis, esse mercado já era maior do que se previa.

A partir desses dados, Wells concluiu que o grande crescimento da demanda por bens duráveis não decorreu apenas do consumo das classes média e média alta: os maiores aumentos ocorreram justamente nas camadas mais baixas. Argumentou que, de acordo com esses dados, “não é absolutamente claro (...) que *isoladamente* uma distribuição mais igualitária da renda assegure um padrão de uso de recursos radicalmente diferente do que o observado atualmente.” (pag. 20). Houve, em todas as faixas de renda, uma mudança na distribuição do orçamento em direção a um aumento na participação das despesas com bens duráveis no total. Adicionalmente, Wells destacou que o baixo crescimento da posse de duráveis no decil de renda superior pôs em questão a conclusão de Tavares e Serra de que a concentração de renda foi uma pré-condição para o crescimento da demanda por duráveis: esses setores já estariam com saturação da propriedade de alguns bens. A concentração de renda teria tido um efeito final levemente depressivo sobre a demanda desses bens, compensado justamente pelo crescimento da demanda dos decis mais baixos.

O autor prosseguiu examinando as principais causas da difusão dos bens duráveis para a população dos primeiros decis, a despeito da concentração de renda e dos baixos ganhos de renda real desse segmento no período. Levantou como principais fatores para o aumento do consumo desses bens o “efeito demonstração” e aumento de sua necessidade decorrente do processo de urbanização; o barateamento dos preços; e os mecanismos de crédito ao consumidor, já citados por Furtado (1973), que aqui aparecem com uma função relevante também no consumo das classes de renda baixa: “tem-se a forte impressão de que as compras de crédito facilitaram a expansão da propriedade desses bens muito além dos grupos urbanos de classe média.” (pag.253). Adicionalmente, citou a ocorrência de uma maior diversificação desses bens em termos de qualidade e preços. Por fim, reconheceu que parte da ampliação do mercado desses bens se deu por meio do mercado de segunda mão, sobretudo para automóveis e bicicletas.

Wells destacou ainda o papel da ampliação das redes elétricas para a expansão da posse de duráveis – um empecilho a um crescimento maior de seu mercado estaria justamente na baixa penetração de eletricidade nas regiões rurais, que de fato apresentavam taxas de difusão de duráveis muito menores que a das regiões urbanas. Por outro lado, as

regiões metropolitanas teriam taxas de posse mais altas que as demais justamente porque o efeito demonstração seria mais forte e o acesso à eletricidade mais amplo.

O autor concluiu que o crescimento econômico entre o final da década de 60 e início dos anos 70 não teve um caráter excludente. Ao contrário do que afirmavam Tavares e Serra, o crescimento do consumo de bens duráveis não ocorreu através da repressão do consumo dos trabalhadores, mas de seu estímulo. É como se o caráter excludente da concentração de renda fosse compensado pela inclusão através do consumo. Wells sugeriu ainda que, tendo em vista o que ocorreu anteriormente, um caminho possível para a continuidade do crescimento do mercado para esses bens seria justamente a expansão para os 40% da população que ainda não o alcançam.

As conclusões de Wells a respeito do aumento da difusão de bens duráveis foram contrapostas por Saboia (1983) e Coutinho (1979b). A principal crítica de ambos diz respeito ao papel da concentração de renda na expansão da demanda por duráveis. Os autores afirmaram que o aumento da poupança dos mais ricos decorrente da concentração de renda possibilitou a expansão do financiamento ao consumo também para as classes de renda mais baixa, levando ao aumento de sua propensão a consumir e de sua elasticidade-renda. Portanto, a popularização do consumo de bens duráveis só foi possível através da concentração de renda anterior. “A piora na distribuição de renda permitiu um crescimento do setor, não apenas em função da renovação do estoque de bens e sua posse múltipla pelas famílias mais ricas, mas também porque criou as condições de financiamento das compras destes bens pelas famílias com pequenos e médios rendimentos.” (SABOIA, pag. 5). Portanto, refutaram a hipótese de que o consumo de bens duráveis pelas famílias dos decis superiores estivesse saturado.

Outro ponto questionado é a concepção do consumo de bens duráveis como “função contínua” da renda familiar. Saboia interpretou essa diferença de bens consumidos não como uma continuidade, mas como uma segmentação do tipo de consumo moderno realizado, por meio tanto do tipo e quantidade dos bens possuídos quanto pela qualidade desses bens. De fato, Wells reconhecia a importância da diferenciação de produtos para a difusão, mas não considerava que se estava criando padrões distintos de consumo.

“Por outro lado, há que se diferenciar a demanda gerada pelas famílias mais ricas daquela gerada pelas mais pobres. No primeiro caso, trata-se provavelmente dos novos modelos lançados no mercado com elevados valores unitários. No segundo caso, são modelos mais baratos, muitas vezes adquiridos usados no mercado de segunda mão. Em cada situação o efeito

sobre a dinâmica do setor será bastante distinto”. (SABOIA 1983, Pag.83)

Os autores também sublinharam a diferença no papel do financiamento do consumo: o número de parcelas e seu peso na renda eram muito maiores nas famílias de baixos rendimentos. Por fim, reforçaram a grande importância do mercado de segunda mão para a difusão de alguns produtos – especialmente automóveis e motocicletas.

A partir dos dados da pesquisa ENDEF (1974/1975), Saboia dividiu os bens duráveis em três categorias conforme as suas taxas de posse: bens que são consumidos por mais de um quarto da população, devido a sua essencialidade ou baixo valor unitário (rádio, fogão, ferro elétrico); bens consumidos por cerca de um terço da população, como televisão, refrigerador e liquidificador – que surpreendentemente incluía produtos de alto valor unitário. E por fim, bens consumidos por menos de um quarto das famílias, como bicicleta, vitrola, ventilador e automóvel – que compreendia bens de valores unitários muito altos ou facilmente substituíveis por capital humano. Já Coutinho utilizou, além da própria pesquisa de Wells, dados do DIEESE referentes aos orçamentos familiares na região metropolitana de São Paulo. O resultado foi uma segmentação um pouco mais agregada, mas a conclusão foi a mesma: há uma descontinuidade entre os grupos de bens duráveis consumidos.

Tendo em vista a sua argumentação desenvolvida anteriormente, Saboia considerou o Crédito ao Consumidor (CDC) e a diversificação e barateamento dos preços dos bens como principais fatores responsáveis pela ampliação da posse de bens duráveis e pelo crescimento de sua indústria; Coutinho também destacou esses dois fatores. O CDC “teria permitido a compatibilização entre a estrutura de oferta dos bens duráveis produzidos pelo sofisticado parque industrial instalado, a partir de da segunda metade da década de cinquenta, e a demanda originária de uma distribuição bastante desigual da renda.” (SABOIA 1983, pag.40). Os autores sublinharam o grande alcance desse instrumento financeiro, que apresentou altos índices de utilização em todas as regiões do país. O CDC era utilizado com mais frequência em bens de valor unitário mais alto, cobrava altos juros e em média comprometia uma parcela relativamente alta da renda familiar. Além disso, havia diferenças em sua utilização entre as faixas de renda: enquanto as famílias de renda mais baixa o utilizavam para a compra de bens como fogões e geladeiras, as de renda mais alta priorizavam o financiamento de automóveis.

Assim como o CDC, a diversificação e o barateamento dos bens somente puderam ocorrer através da concentração de renda anterior, que possibilitou a ampliação das escalas

de produção e a diminuição dos preços relativos das indústrias de bens duráveis. Os autores interpretaram esses dois movimentos também como um mecanismo de adaptação da oferta à estrutura de demanda desigual. Essa diversificação ocorreu tanto no sentido da introdução de produtos mais sofisticados – induzindo as famílias mais ricas à substituição – quanto no sentido do lançamento de bens mais simples e baratos, de qualidade menor. Houve uma significativa abertura do leque de preços (distância entre o preço máximo e o preço mínimo) e aumento do número de produtos oferecidos.

Saboia e Coutinho concordaram ainda com Wells quando citaram a urbanização, o “efeito demonstração” e a difusão da energia elétrica como fatores adicionais. Por conta da urbanização as famílias passaram a adquirir no mercado bens que antes eram produzidos internamente; os gastos com alimentação caíram, enquanto transporte e habitação aumentaram sua participação nas despesas. Por fim, citaram um “efeito-renda” não reconhecido por Wells: o crescimento acima da média dos rendimentos das famílias mais ricas aumentou a substituição de produtos e a posse múltipla, ao mesmo tempo em que incentivou o mercado de segunda mão. A importância do mercado de segunda mão levanta a dúvida de que o consumo “de massas” estaria de fato puxando o crescimento da produção de bens duráveis a partir da metade da década de 60.

O terceiro ponto crítico a análise de Wells está justamente relacionado a essa questão: o autor não trata a difusão de bens separadamente do tamanho e do funcionamento do mercado de bens duráveis. Coutinho aprofundou essa crítica, realizando uma simulação do tamanho desse mercado que demonstrou uma pequena participação das famílias de baixa renda no total, mesmo com a impressionante ampliação da posse dessas famílias. Portanto, o autor refutou a hipótese de Wells de que o crescimento da produção de bens duráveis teria sido condicionado pelo consumo de massas.

A crítica de Saboia e Coutinho a Wells retomou o ponto defendido por Tavares e Serra (1972) e Pinto (1970): o dinamismo econômico dos países que passaram pelo PSI não prescinde de uma redistribuição de renda. Mesmo com a entrada das famílias de baixa renda no mercado de consumo moderno, a demanda das classes médias e altas continuou sendo o fator que determinava o crescimento desse setor. Enquanto Wells observava a difusão de duráveis como uma “compensação” da concentração de renda, Saboia e Coutinho adotaram a posição de que não houve uma inclusão pelo consumo. A demanda por bens duráveis das famílias de baixa renda apresenta, de diversas formas, peculiaridades em relação àquela das famílias de alta renda.

Tendo em vista essas questões, Coutinho chamou atenção para a “ingenuidade” da defesa da redistribuição de renda como uma forma de estimular o crescimento econômico através do consumo de massas. Entretanto, é inegável que a oferta de bens duráveis cresceu, baixou custos e preços e se diversificou durante as décadas de 60 e 70. As pesquisas de posse e consumo demonstraram que à medida que ocorriam incrementos de renda, as famílias dos primeiros decis tendiam a ampliar seu consumo de bens modernos.

Embora este item resgate uma discussão que ocorreu há mais de 30 anos, as questões tratadas são muito semelhantes às que permeiam a recente explosão do consumo de baixa renda, como a influência distribuição de renda no mercado interno para bens e serviços modernos e a participação do consumo de massas.

2.4)Evolução do Consumo: tendências recentes

Nos anos 80 e 90, a evolução do consumo deu continuidade às tendências anteriores. Rocha (1995) fez uma análise da distribuição das despesas por grandes itens das regiões metropolitanas de São Paulo e Recife, comparando a ENDEF de 1974-1975 à primeira Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF- IBGE)⁹ de 1987-1988. A escolha das duas metrópoles se deu por serem diametralmente opostas, tanto em termos de renda média quanto em suas características de urbanização. Chamaram a atenção da autora principalmente a queda da participação das despesas alimentares, a despeito do aumento relativo do índice de preços da alimentação; e a coerência de tendências entre ricos e pobres de uma mesma região¹⁰.

Rocha atribuiu a queda da participação dos alimentos principalmente à elevação da renda per capita média do brasileiro. Entretanto, exaltou também a importância de outros fatores ligados à urbanização e “a modificações do modo de vida e das preferências dos consumidores em função da modernização” (pag.303). A autora levantou a possibilidade de que o encarecimento de gastos com habitação e transporte decorrentes da urbanização, tenha pressionado a alimentação, pois as primeiras são despesas relativamente inelásticas, enquanto os gastos com alimentos são passíveis de compressão. A autora citou o aumento nos preços dos aluguéis e a periferização das metrópoles como causas da elevação dos gastos com habitação e transportes. Outro fator que chamou a atenção foi a elevação dos

⁹ As duas primeiras POF's cobriam apenas as regiões metropolitanas.

¹⁰ “... as diferenças de padrão de consumo entre os pobres e a população total são menores do que poderiam sugerir os níveis de desigualdade de renda, não havendo evidência de que exista um padrão de consumo estruturalmente diverso associado à subpopulação pobre que se revele no nível de grupos de produtos da classificação utilizada.” (Pag 314)

gastos com saúde, o que de acordo com a autora foi decorrente tanto da urbanização quanto da deterioração dos sistemas públicos de saúde e previdência.

Rocha concluiu que houve uma tendência de homogeneização dos padrões de consumo no país, tanto entre estratos de renda, quanto regionais. Mas esta homogeneização não decorreu necessariamente da evolução dos padrões na direção dos novos bens em função de um aumento de renda real, mas de um deslocamento decorrente da mudança dos preços relativos e de da necessidade de novos serviços decorrentes da urbanização. De acordo com a autora:

“As implicações que decorrem dos padrões de consumo analisados são evidentes. Caso o governo volte a desempenhar sua função de provedor de serviços básicos, como é demandado unanimemente pela sociedade brasileira, as famílias, particularmente as mais pobres, poderiam evitar ou reduzir gastos com saúde, educação e transporte urbano, liberando parcela da renda familiar para consumo de âmbito caracteristicamente privado, o que operaria no sentido de elevar seu bem-estar.”(pag.316)

As tendências das últimas POF's realizadas em seguida, 1995-1996 e 2002-2003, estão resumidas em diversos artigos. Os gastos com alimentação, assim como os de vestuário, continuaram com a mesma tendência anterior de perda de participação no orçamento. (Silveira et al 2007). Já Bertasso (2007) observou os gastos e a posse de bens duráveis. Toma essas duas últimas pesquisas e concluiu que entre estes anos, a despeito da conjuntura menos favorável, uma proporção maior de famílias adquiriu bens duráveis. Com a exceção do automóvel, todos os demais bens duráveis ampliaram sua difusão, em particular o microcomputador e as motocicletas. Mesmo pequenos eletrodomésticos, TV e refrigerador, que já possuíam uma representatividade alta, também tiveram um pequeno aumento. Pode-se dizer que neste período o automóvel, a máquina de lavar roupa e o microcomputador (que apenas iniciou sua expansão neste período) foram os bens duráveis que ainda estão distantes da fase da exaustão. Para os demais, apenas o deslocamento para bens de maior qualidade ou o seu barateamento impulsiona o mercado.

Stivale e Gomide (2007) avaliaram o gasto das famílias com transporte, com base nas POF de 1987-1988; 1995-1996 e 2002-2003, e encontraram uma tendência de aumento nos gastos, sobretudo nas faixas mais baixas de renda, o qual atribuíram ao crescimento das tarifas de ônibus acima da variação ocorrida no índice geral do INPC. O aumento das tarifas teria se tornado inclusive proibitivo, levando à queda da frequência de viagens de transporte

público, ao aumento da procura por transporte alternativo e ao crescimento da demanda por transporte particular, este último em todas as faixas de renda.

Diniz et al (2007a) observaram que entre as edições da POF de 1987-88 e 1995-96 a participação das despesas com saúde aumentou em todos os estratos, enquanto entre esta última pesquisa e a de 2002-03 a participação caiu. Em ambos os casos, a sensibilidade foi maior nas famílias de baixa renda. A queda observada possivelmente deveu-se à expansão da cobertura do SUS e à queda do preço dos medicamentos com a difusão dos genéricos, importante para o consumo das famílias mais pobres. Os autores observaram que, com exceção dos gastos com medicamentos, o mercado de saúde permanece extremamente concentrado nos estratos superiores de renda.

Já Castro e Vaz (2007) utilizaram as três primeiras POF's e identificaram a tendência de aumento da participação dos gastos com educação nas despesas correntes – foi o grupo de despesas que mais ganhou participação entre a primeira e a última pesquisa. Esse aumento foi atribuído ao crescimento dos gastos com cursos regulares e da demanda por cursos universitários superiores. Entretanto, os gastos com educação não só permanecem extremamente concentrados nas faixas de renda mais altas como essa concentração aumentou ao longo das últimas pesquisas. As faixas de renda mais baixas apenas apresentaram participação relevante no consumo de material escolar.

Por fim, Diniz et al (2007b) observaram a participação por segmento de renda no total das categorias de consumo e identificaram que, a despeito da homogeneização dos padrões de consumo entre faixas, no período entre as duas primeiras POF's houve concentração de mercados, enquanto entre a segunda e a terceira pesquisas houve uma leve desconcentração, retomando o patamar inicial. Os autores destacaram o acréscimo da participação dos estratos inferiores e medianos de renda em habitação e transporte, enquanto educação, saúde e serviços pessoais se tornaram mais concentrados.

2.5) O Consumo de Massas no Brasil

O item anterior revelou que o consumo das famílias brasileiras caminhava em direção a um padrão mais urbano e moderno. Os bens de consumo não duráveis (alimentos, vestuário, produtos de limpeza) perdiam participação em relação a bens duráveis e serviços. Entretanto, a interação entre a variação da renda e as mudanças nos preços relativos dos bens e serviços revelou gargalos de consumo: Se por um lado houve um deslocamento de gastos para transporte e habitação por conta de sua pressão no orçamento, por outro a introdução de

medicamentos genéricos representou um enorme alívio para famílias de baixa renda. Além disso, gastos relacionados a educação, a recreação e consumo e a alguns tipos de serviços, como planos de saúde, permanecem extremamente concentrados. É nessas condições que vão se desenvolver as propostas de uma estratégia de crescimento econômico por consumo de massas no país.

2.5.1) A proposta da estratégia de Consumo de Massas

Levando em consideração a discussão acerca da difusão dos bens duráveis dos anos 80, Barros de Castro (1989) propôs um modelo de crescimento fortemente inspirado em Furtado, no qual uma melhoria da distribuição de renda em favor das classes menos abastadas ampliaria de forma virtuosa o consumo e a sua produção. O autor defendia que as transformações pelas quais o país havia passado nas três décadas anteriores abriram caminho para a formação de uma economia baseada em consumo de massas: “Deu-se, nesses 28 anos, de 1960 a 88, a quase universalização do acesso da população a serviços básicos, como água e eletricidade, e a gadgets simbólicos de nossa civilização, como a geladeira e o televisor”. (pag.16)

Castro defendia a necessidade de ajustar a economia brasileira a esse tipo de consumo e chama a atenção da necessidade de adaptar a estrutura produtiva, que embora bastante completa permaneceu estagnada durante a década de 80, de forma a torna-la mais produtiva para acompanhar o crescimento da demanda:

“Precisamos entrar num tipo de política econômica centrado na eficiência, na produtividade. Isto é, claro, totalmente coerente com a ideia de consumo de massas. Temos que nos dedicar intensamente a recuperar a eficiência daquilo que permanecerá com o setor público e da empresa privada, genericamente.” (1989 pag.17)

No entanto, por conta da manutenção da alta inflação e a crise da dívida externa dos anos 80 e das reformas liberalizantes dos anos 90, tal discussão ficou suspensa, somente voltando a entrar em pauta nos anos 2000 tanto devido à retomada da estabilidade e do cenário externo favorável quanto ao esgotamento das reformas liberais e da retomada desenvolvimentista. (Sochazcewski 2002).

A estratégia descrita por Barros de Castro nos anos 80 foi retomada com atualizações. Em entrevista realizada em 2001 e transcrita no artigo de Sochazcewski, o então senador Aloísio Mercadante chamou a atenção para a necessidade de uma estratégia de crescimento realizada em dois eixos: o crescimento orientado pelo mercado interno, cujo

crescimento dependeria do aumento dos rendimentos do trabalho; e a implantação de políticas sociais básicas e universais. Entretanto, Mercadante chamava a atenção para o fato de que a expansão do consumo interno poderia pressionar a restrição externa defende a combinação dessa estratégia com a expansão das exportações e a substituição das importações. Já Barros de Castro, em entrevista para o mesmo artigo também realizada em 2001, introduziu duas novidades a sua antiga concepção sobre o mercado de massas. Primeiro, enxergou uma contradição entre as empresas que produziam para o mercado interno e esse mercado: enquanto a demanda interna tinha necessidades “de massas”, as empresas se voltavam para a produção de bens que já haviam sido “sobretabalhados” nos países desenvolvidos e eram “superfluamente sofisticados”. Castro introduziu então a sua segunda nova contribuição: para que a oferta se adaptasse á estrutura da demanda, seria necessário que as empresas se voltassem efetivamente para esse mercado, adaptando e criando novos produtos. Para tanto, haveria a necessidade de esforços para a internalização de P&D.

A estratégia de crescimento por consumo de massas foi incorporada no plano de governo do PT em 2002 e passou a ser colocada em prática a partir das diretrizes do Plano Plurianual de 2004. Bielschowsky e Souza (2010) a definiram como “a arquitetura da condução deliberada, por governos, de um padrão de comportamento da economia em que o crescimento e o aumento de produtividade são acompanhados de melhorias na distribuição de renda e de aumento sistemático do poder de compra das famílias que não se encontram no topo da pirâmide distributiva.” (pag. 131). Seu objetivo final era a incorporação progressiva das famílias trabalhadoras no mercado consumidor das empresas modernas.

Os autores descreveram o seu funcionamento como um modelo circular, semelhante ao descrito por Matsuyama (2000), no qual o aumento dos investimentos leva a um aumento da renda, da produtividade e da competitividade, os quais se distribuem harmoniosamente entre mais recursos para financiar tanto novos investimentos quanto aumentos da renda e dos trabalhadores. Esse último aumento de renda levaria à expansão do consumo de massas em bens modernos, o qual por sua vez provocaria uma nova rodada de crescimento dos investimentos. As diferentes fases dessa estratégia seriam reforçadas por políticas econômica e social ativas.

Tendo em vista a evolução dos rendimentos do trabalho, do crédito, do consumo e dos preços dos bens durante a primeira década dos anos 2000 – assuntos aqui já tratados no capítulo anterior, Bielschowsky e Souza afirmaram que “do ponto de vista da evolução dos

níveis de consumo e de sua composição o modelo de consumo de massa encontra-se em plena operação no país.” (pag. 137)

Em relação aos outros componentes da estratégia, os autores afirmaram que o investimento retomou seu crescimento a partir de 2006, puxado pelo crescimento do consumo e pelas inversões públicas, embora tenha se mantido em um nível baixo. A produtividade também cresceu satisfatoriamente a partir de 2005; os autores destacam que, inversamente ao que ocorreu na década de 90, o crescimento da produtividade ocorreu com a geração de novos postos de trabalho. Entretanto, o investimento em pesquisa e desenvolvimento manteve-se estagnado – e em um nível muito baixo – durante a década. Os autores também reconheceram que a indústria nacional perdeu competitividade durante o período, tendência agravada pela valorização cambial. Dessa forma, a explosão da importação do consumo de bens duráveis ocorreu através de um grande aumento das importações desse tipo de bem.

2.6) Uma Nova Classe Média?

O processo de redistribuição da renda combinado a expansão das contratações formais e da explosão do consumo, associado à estratégia de crescimento por consumo de massas, ganhou interpretações distintas. Embora o tema seja bastante recente, já é possível separar suas interpretações em duas correntes: uma mais otimista, que defende que na última década o Brasil realmente incluiu a maior parte de sua população em categorias de classes médias; e uma corrente crítica, para quem os números impressionantes de melhoria na distribuição de renda, expansão das contratações e explosão do consumo ocultam diferenças relevantes entre a “nova” e a “velha” classe média e merecem uma análise mais aprofundada. Na primeira categoria se destacam os trabalhos de Neri (2008,2011) e a gestão de Ricardo Paes de Barros na Secretaria de Assuntos Especiais da Presidência da República; na segunda, são relevantes [Pochmann \(2012\)](#), [Souza \(2010\)](#), [Singer \(2012\)](#) e [Lamounier e Souza \(2010\)](#).

2.6.1) A “Nova Classe Média” como um fenômeno estatístico

Neri (2008, 2011) apresentou uma interpretação bastante positiva da ascensão social e da expansão da classe C. O autor a definiu por um critério estatístico baseado em rendimentos per capita: corresponderia àqueles que auferem a renda média da sociedade e seria delimitada pelos 10% mais ricos e os 50% mais pobres – isto é, aqueles que estão entre

a mediana e o nono percentil da distribuição acumulada da renda. Segundo o autor, “Heuristicamente, os limites da classe C seriam as fronteiras para o lado indiano e para o lado belga da nossa Belíndia”. (2008. Pag.6), referindo-se à expressão utilizada por Bacha na década de 70 para descrever a assustadora desigualdade de renda brasileira. Néri calculou esses limites através apropriação da renda per capita e os transpõe para as unidades familiares. Corresponde, atualizada em valores de 2011, à faixa de renda entre 1200 e 5174 reais é a definição adotada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

De acordo com essa definição, a classe C teria crescido 34,3% entre 2003 e 2011. Dito de outra maneira, houve uma aproximação entre a média e a mediana da renda familiar. Néri atribuiu aos rendimentos do trabalho um papel preponderante nesse processo: “O ingrediente fundamental deste crescimento do bolo com mais fermento para os grupos pobres e agora nos últimos anos para a classe média é a recuperação do mercado de trabalho, em especial da ocupação formal” (2008, pag. 7).

O autor cunhou a expressão “Nova Classe Média” para definir aqueles beneficiados por esse processo de redistribuição de renda e geração de empregos. Além do emprego formal e da posse da renda média, atribui a esse segmento de renda características sociológicas de classe média. O autor relacionou o processo recente de mobilidade de renda à concepção de Tomas Friedman, para quem classe média é aquela que espera estar em uma posição melhor no futuro. “Essa mobilidade estrutural social-ascendente seria como realizar o similar em cada país do sonho americano”. (pág.10).

A nova classe média poderia ser também caracterizada por seu potencial de consumo: Néri cita o Critério Brasil, da Abep¹¹, que separa as classes econômicas por meio de uma equação minceriana¹² que estima pontos para categorias como acesso a bens duráveis, condições de habitação e escolaridade do chefe de família, e encontra resultados em termos de faixa de renda semelhantes aos seus para a classe C. Destacou também como característica do consumo da nova classe média, uma maior demanda privada por serviços que tipicamente são também fornecidos pelo Estado, como educação, previdência, saúde e crédito imobiliário.

¹¹ Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

¹² Modelo de regressão desenvolvido por Jacob Mincer (1974) com o objetivo de identificar a contribuição de educação e experiência aos rendimentos do trabalho, possibilitando o cálculo da Taxa interna de Retorno da educação. A equação minceriana incorpora ainda outras características do indivíduo, como cor, raça, religião, etc.

A conclusão de Néri foi que estamos, de fato, nos tornando uma economia de classes médias – e isso se reflete tanto pela maior distribuição de famílias em torno da renda média quanto pelo *boom* do consumo e dos serviços. O autor ressaltou ainda a necessidade de que sejam examinados os efeitos da massificação desse padrão de consumo na estrutura produtiva brasileira.

Entretanto, há evidências de que a classe média emergente difere, em vários aspectos, tanto da antiga classe média brasileira quanto do conceito de classe média dos países desenvolvidos – embora haja a semelhança em termos de apropriação da renda média – que nos levam a uma posição crítica em relação ao critério estatístico adotado por Néri. As peculiaridades da classe em ascensão serão tratadas no item a seguir.

2.6.2) Interpretações críticas da mobilidade de renda

Uma visão menos otimista do fenômeno recente de ascensão social pode ser encontrada em [Pochmann \(2012\)](#), [Souza \(2010\)](#) e [Singer \(2012\)](#). Os autores analisaram dimensões diferentes dos emergentes: enquanto o primeiro focou nas relações de trabalho, o segundo também observou aspectos culturais e sociológicos e o terceiro fez uma interpretação política. Entretanto, desenvolveram uma linha de argumentação semelhante: embora as famílias emergentes sejam classificadas como pertencentes à classe média apenas por conta de sua faixa de rendimentos e do acesso a uma determinada cesta de bens, suas características fundamentais não a distanciam de uma classe de trabalhadores pobres, ou *working poor*, mais próximos da classe trabalhadora consumidora de bens duráveis de baixa qualidade formada nos EUA pós-New Deal do que da “antiga” classe média.

Souza partiu de uma classificação weberiana de classes, e procurou caracterizar as famílias emergentes por meio de entrevistas. Ele as denominou de “nova classe trabalhadora” ou “batalhadores”, famílias originadas do que chama de “ralé”¹³, que alcançaram mobilidade de faixa de renda através do trabalho árduo, beneficiadas pelo crescimento econômico e pela valorização do salário mínimo.

Por outro lado, pressionada pelas mudanças no mercado de trabalho decorrentes da ascensão do capitalismo financeiro: o sistema de produção fordista entrou em crise e perdeu participação; e as relações de trabalho se tornaram menos regulamentadas e mais difusas.

¹³ De acordo com a definição do autor, a ralé é a classe extremamente pobre que não consegue se inserir no mercado de trabalho formal e não tem perspectiva de melhorar de vida.

O autor acredita que essa nova classe trabalhadora se diferencia fundamentalmente da classe média por conta do que chama de “capital econômico” e “capital cultural”, que permitem o acesso a bens e recursos escassos. A classe média possui um capital econômico mais limitado que a classe alta, mas costuma prosperar através do acesso a estudo e cultura. Já a nova classe trabalhadora tem um acesso muito restrito a esses dois ativos; entretanto, possuem o “capital familiar”, isto é, a relevância da família e da comunidade na construção de valores. O capital familiar determina a transmissão entre gerações de uma “ética do trabalho”. Embora o trabalho árduo também seja valorizado na classe média, aqui ele não aparece como uma decorrência da dedicação ao estudo e à qualificação profissional. O trabalhador emergente começa mais cedo e aprende na prática; e como consequência da baixa qualificação, a manutenção de seu nível de renda é mais instável e demanda a continuidade do ritmo intenso de trabalho.

Souza destacou ainda que a nova classe trabalhadora tem um conjunto de ocupações que não é homogênea. Não se trata de um típico proletariado, pois abrange trabalhadores de grandes e pequenos empreendimentos, assim como pequenos empreendedores. Por isso mesmo, seus membros tem demandas distintas em relação a questões trabalhistas e não surge dela uma consciência de classe.

Pochmann concordou com Souza quando afirmou que a ascensão social em massa reflete uma ampliação da base da pirâmide social, com a incorporação de famílias que antes estavam fora do padrão de consumo moderno e das ocupações formais. Também ressaltou que esse processo ocorreu de acordo com as novas formas de relações de trabalho, e que decorrente disso a classe emergente é heterogênea, despolitizada e individualista. O autor destacou ainda que embora tenham atingido remunerações mais altas e sido incorporadas ao mercado de trabalho formal, as famílias emergentes continuam empregadas nos mesmos tipos de ocupações.

Entretanto, atribuiu o sucesso menos ao trabalho árduo dessas famílias e mais ao crescimento econômico, que possibilitou a geração de postos de trabalho de salário-base (sobretudo no setor de serviços e na construção civil) e à política de valorização do salário mínimo, que protegeu o piso do poder de compra das remunerações desses trabalhadores. De acordo com o autor (pag.10):

“Seja pelo rendimento, seja pelo tipo de ocupação, seja pelo perfil e atributos pessoais, o grosso da população emergente não se encaixa em critérios sérios e objetivos que possam ser claramente identificados como classe média. Associam-se, sim,

às características gerais das classes populares, que, por elevar o rendimento, ampliam imediatamente o padrão de consumo, Não há, nesse sentido, qualquer novidade, pois se trata de um fenômeno comum, uma vez que trabalhador não poupa, e sim gasta tudo o que ganha.”

Pochmann chamou a atenção ainda para o fato de que a identificação da classe trabalhadora emergente como classe média deu origem ao apelo de reorientação das políticas públicas para uma perspectiva mercantil, através do fortalecimento de planos privados de saúde, educação e previdência direcionados a essa classe. O autor apresentou uma visão crítica desse movimento: enquanto para Néri isso seria apenas uma consequência natural da entrada dessas famílias na classe média, Pochmann considera que a classe emergente ainda é muito sensível ao custo desses serviços para transferi-los à iniciativa privada.

A posição crítica em relação ao processo de redistribuição de renda foi compartilhada por Singer (2012) em sua análise do que chama de “lulismo” – ou a cristalização da base eleitoral popular do PT. O autor também partiu de um conjunto de trabalhadores pobres extremamente populoso – aqui chamado de “superpopulação trabalhadora superempobrecida permanente” ou “subproletariado” – que foi beneficiada tanto pela conjuntura do primeiro governo petista quanto por uma série de medidas redistributivas e voltadas para a erradicação da miséria.

Singer destacou que a oposição entre capital e trabalho esteve aqui condicionada pela existência do subproletariado, “uma vasta fração de classe que luta por ascender ao mundo do trabalho informal em regime capitalista (...) tendo estado historicamente dele excluída.” (pag.98)

Dessa forma, o lulismo ocorreu a partir do encontro de uma liderança política com as demandas do subproletariado através desse conjunto de políticas. Politicamente, o subproletariado caracteriza-se como massa¹⁴, na medida em que é uma fração de classe que apresenta dificuldades essenciais para se organizar e tomar consciência de si. Como não pode agir por si só, a massa se identifica com aquele que utiliza o Estado para beneficiá-la.

15

¹⁴ Conceito descrito por Marx em “O 18 Brumário”

¹⁵ “Teria havido, a partir de 2003, uma orientação que permitiu, contando com a mudança da conjuntura econômica internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza – com destaque para o combate à miséria – e para a ativação do mercado interno, sem confronto com o capital. Isso teria produzido, em associação com a crise do mensalão, um realinhamento eleitoral que se cristaliza em 2006, surgindo o lulismo.” (Singer pag.13)

Concomitantemente à ascensão do lulismo, desenhou-se uma polarização política entre ricos e pobres, com o deslocamento do eleitorado de classe média para a oposição. O surgimento dos resultados das políticas redistributivas, por um lado, e o mensalão, por outro, catalisaram esse realinhamento no pleito de 2006. O autor destacou que tal polarização adquiriu caráter regional, na medida em que Norte e Nordeste concentram a parte mais pobre da população. Justamente nessas regiões, os votos do subproletariado estavam tradicionalmente ligados a latifundiários de orientação conservadora; o lulismo rompeu com essa ligação, resolvendo em parte o que o autor chama de “questão setentrional”¹⁶ brasileira.

Singer defendeu que o realinhamento eleitoral ocorrido nas eleições de 2002, 2006 e 2010 assemelha-se ao conceito de Gramsci de “revolução passiva”¹⁷. Tal processo ocorreu a partir de dois momentos: o da restauração (uma reação à possibilidade de uma transformação vinda de baixo) e o da renovação (em que demandas populares são atendidas pela classe dominante). A diferença é que aqui as forças progressistas (no caso o PT) não quiseram assumir o risco da mudança e cooptaram o programa de governo conservador.¹⁸

Desse modo, o governo petista conseguiu compatibilizar uma gestão mista, que manteve aspectos neoliberais e incorporou medidas desenvolvimentistas. Entretanto, não se tornou um governo de coalizão: de acordo com o autor, ao tornar-se mais popular, o PT se tornou menos “dos trabalhadores”, perdendo parte da identificação com a antiga classe média.

2.7 Considerações Finais

O capítulo procurou relacionar a atual discussão sobre consumo de massas à literatura anterior acerca de distribuição de renda e consumo no Brasil, com foco na forma com que a distribuição afeta o tamanho do mercado.

O que a sobreposição de discussões acerca de um mesmo tema evidencia é que as questões agora levantadas são muito semelhantes às anteriores. Busca-se uma compatibilização entre redistribuição de renda e uma demanda que possibilite um padrão de crescimento sustentado com encadeamentos na indústria. Questiona-se o papel que as famílias de baixa renda podem vir a ter nos mercados de bens e serviços modernos. E é posta em evidência a relação que a configuração do mercado de trabalho tem com a formação 3–

¹⁶ O autor faz uma analogia à “questão meridional” italiana, descrita por Gramsci: a subordinação de uma massa de trabalhadores pobres aos latifundiários do Sul, os quais estavam ligados eleitoralmente à burguesia conservadora do Norte.

¹⁷ Conforme a formulação de Carlos Nelson Coutinho (2007 apud Singer)

¹⁸ Segundo Werneck Vianna

3- Análise das Pesquisas de Orçamentos Familiares de 2002-2003 e 2008-2009: Exposição dos Dados de Padrão de Consumo

Os capítulos anteriores apontaram a intenção de estudar a evolução do padrão de consumo no Brasil ocorrida na última década e sua relação com a melhoria na distribuição de renda.

Este capítulo tem o objetivo de demonstrar a evolução das características gerais do padrão de consumo das famílias brasileiras, por regiões e faixas de renda, através das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF – IBGE), de 2002-2003 e 2008-2009. Entretanto, antes de iniciar a exposição dos dados será feito um esclarecimento acerca da pesquisa e da metodologia utilizada no corte de dados aqui utilizado.

3.1 – A Pesquisa de Orçamentos Familiares

3.1.1. Histórico

A Pesquisa de Orçamentos Familiares tem o objetivo de mensurar e descrever as estruturas de consumo, de gasto e de rendimento das famílias brasileiras, buscando traçar o perfil das condições de vida da população a partir de seus orçamentos domésticos. As amostras são coletadas de modo a representar características gerais da população. As principais aplicações desta pesquisa são o estabelecimento da estrutura de gastos de consumo empregada nos cálculos dos índices de custo de vida e a identificação da parcela do consumo na renda nacional. Entretanto, as informações coletadas na POF podem servir de base para o estabelecimento de prioridades na área social e para a implantação de políticas públicas. (IBGE 2005)

A última edição, mensurada entre 2008 e 2009, foi a quinta pesquisa de orçamentos realizada pelo IBGE. Anteriormente, houve as POF's de 2002-2003, de 1995-1996, de 1987-1988 e o Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF) de 1975-1976. Este último tinha abrangência territorial nacional - incluindo áreas rurais. Já as duas primeiras POF's foram concebidas prioritariamente para atender à atualização das estruturas de consumo dos índices de preços ao consumidor do IBGE e restringiam o universo de análise regiões metropolitanas. (Diniz et al 2007b)

Em suas duas últimas edições, a POF retomou a abrangência da ENDEF e buscou relacionar a estrutura das despesas não só com os níveis de rendimentos, mas também com características socioeconômicas como condições de habitação, escolaridade, origem dos

rendimentos e perfis antropométricos¹⁹ dos moradores. Adicionalmente, houve um grande esforço para descrever com maior precisão os gastos com saúde e o consumo de alimentos das famílias. A partir da edição de 2002-2003, seguindo o modelo de pesquisas orçamentárias internacionais, a POF passou a contabilizar tanto despesas quanto rendimentos não monetários, o que aprofundou o detalhamento das condições de vida a partir do consumo (IBGE 2005, 2010).

3.1.2 Metodologia

As informações das duas últimas pesquisas foram coletadas tomando como base um período de um ano. Na pesquisa de 2002-2003, os dados foram coletados entre julho de 2002 e junho de 2003. Na pesquisa de 2008-2009, a coleta foi realizada entre maio de 2008 e abril de 2009. Como em ambas as pesquisas os dados se referem a gastos realizados em até 12 meses anteriores à data da pesquisa, cada POF leva em consideração um período de 24 meses. (IBGE 2005, 2010).

3.1.2.1 – Conceitos e Definições

A pesquisa parte do domicílio como a unidade amostral. Por Domicílio se entende a moradia estruturalmente separada e independente. Na POF somente foram pesquisados domicílios exclusivamente destinados à moradia.²⁰ Entretanto, a unidade básica de investigação e análise dos orçamentos é a Unidade de Consumo (UC), a qual compreende uma pessoa ou um conjunto de pessoas que dividem gastos com alimentação. Dessa forma, um domicílio pode compreender mais de uma unidade de consumo, embora esses casos tenham correspondido a apenas cerca de 5% dos domicílios na edição de 2002/2003 e a 2% na edição seguinte (IBGE 2005, 2010).

A POF lista os moradores de cada domicílio, bem como sua distribuição nas respectivas UC's. Dentre os moradores, é identificado o Chefe da Família como aquele responsável pela maior parte dos gastos com habitação. Os demais moradores são listados de acordo com a sua relação ou parentesco com o chefe da família. São consideradas Unidades

¹⁹ Altura e peso.

²⁰ “Domicilio Particular Permanente” (IBGE 2005, 2010)

de Orçamento aqueles moradores que contribuíram para as despesas da UC nos últimos 12 meses.²¹

As despesas listadas foram definidas como monetárias ou não monetárias. As monetárias são aquelas efetuadas através de um pagamento à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou cartão, enquanto as não-monetárias correspondem a tudo o que é produzido, extraído da natureza ou recebido como doação em bens que foram consumidos ou utilizados no período de referência da pesquisa; seus valores foram atribuídos pelos próprios informantes.

O total de despesas, monetárias e não monetárias, é dividido em Despesas Correntes (de Consumo e Outras Despesas Correntes), Aumento do Ativo e Diminuição do Passivo. As Despesas de Consumo compreendem a aquisição de bens e serviços; se dividem, conforme sua finalidade, em Alimentação, Habitação, Vestuário, Transporte, Higiene e Cuidados Pessoais, Assistência à Saúde, Educação, Recreação e Cultura, Fumo, Serviços Pessoais e Despesas Diversas e suas respectivas subdivisões. As Outras Despesas Correntes são impostos diretos, contribuições trabalhistas (incluindo previdência pública), pensões, doações e serviços bancários. O Aumento do Passivo compreende aquisição e reforma de imóveis e terrenos e outros tipos de investimentos pessoais, como aquisição de títulos de capitalização²². Já a redução do passivo se refere às quitações de dívida e prestações de imóveis.

Os rendimentos também são discriminados entre rendimentos monetários e não monetários. O primeiro grupo inclui rendimentos provenientes do trabalho, de transferências (aposentadoria pública e privada, pensões, bolsas de estudo, etc), rendimentos de aluguel e outros rendimentos esporádicos (vendas, empréstimos, ganhos de aplicações de capital). A edição de 2008-2009 separou vendas de imóveis, e o saldo positivo de movimentações financeiras como variação patrimonial.²³ Já os rendimentos do trabalho são divididos conforme a posição na ocupação: rendimentos do empregado²⁴ rendimentos do empregador

²¹ Moradores ausentes, crianças de até dez anos, empregados domésticos residentes e seus familiares são listados como moradores, mas não como unidades de orçamento. (IBGE 2005, 2010)

²² A partir da edição de 2002-2003, gastos com aquisição de veículos foram deslocados do aumento do ativo para despesas de consumo com transporte (IPEA 2008).

²³ Para efeitos de comparação dos rendimentos das duas edições, os rendimentos monetários acrescidos da variação patrimonial na edição de 2008-2009 equivalem aos rendimentos monetários da pesquisa anterior. (Hoffman 2012)

²⁴ São incluídos também outros tipos de remuneração: horas extras, participação nos lucros, auxílio-refeição, auxílio-transporte, auxílio-combustível, rendimentos e abono-salário do PIS/PASEP, saques do PIS/PASEP e do FGTS, indenizações trabalhistas, salário-educação, auxílio-creche, auxílio-moradia e outros. c

e conta-própria²⁵. Por fim, os rendimentos não monetários correspondem à contrapartida das despesas não monetárias. A POF não faz qualquer distinção entre rendimentos do setor formal ou informal.

Nas duas últimas pesquisas, enquanto os rendimentos dos últimos 12 meses eram observados, cada tipo de despesa foi associado a um período de apuração, de acordo com a sua frequência, regularidade e preços, que pode ser de 7 dias, 30 dias, 90 dias ou 12 meses. As despesas individuais cotidianas, como alimentação, transporte público, higiene e correio, foram contabilizadas no período da coleta de dados. Já para as despesas coletivas que exigem um maior planejamento, relacionada aos domicílios, empregava-se o período de 90 dias ou 12 meses, dependendo da periodicidade e do montante da despesa. Para evitar efeitos sazonais nas despesas com períodos de referência mais curto, as amostras foram realizadas de forma rotativa – a cada trimestre são analisadas famílias de cada um dos setores. As despesas foram contabilizadas por seu valor corrente, mas podem ser deflacionadas para a data de referência da pesquisa. Para os procedimentos de deflacionamento dos dados da pesquisa, foram utilizados diferentes indexadores em função das características dos bens e serviços e dos diversos tipos de rendimentos. Enquanto os bens e serviços foram deflacionados pelas séries históricas IPCA²⁶ da referida região, para os rendimentos do trabalho foram usadas as séries da PME.²⁷

Para a construção do plano amostral nas duas últimas POF's, foram realizados dois estágios de seleção com os setores censitários, sendo as unidades primárias e os domicílios as unidades secundárias. A seleção dos setores foi realizada por amostragem através de estratos geográficos e socioeconômicos pré-delimitados, com base nos setores da última pesquisa domiciliar populacional realizada anteriormente. (IBGE 2005, 2010) enquanto a seleção dos domicílios foi feita por amostragem aleatória simples sem reposição. A amostragem foi realizada de forma que todos os setores selecionados estivessem distribuídos entre os 12 meses de realização da pesquisa. (Diniz et al 2007b).

Cada domicílio pesquisado representa estatisticamente um número de domicílios particulares da população de onde a amostra foi selecionada. Portanto, a cada domicílio foi atribuído um peso amostral ou fator de expansão que permite a obtenção de estimativas das

²⁵ Rendimentos recebidos, deduzidas as despesas necessárias ao exercício da atividade econômica, tais como: aluguel, matéria-prima, telefone, energia elétrica, e, no caso de empregador, pagamentos e encargos relativos aos empregados. (IBGE 2005, 2010)

²⁶ Índice de preços ao consumidor amplo – IBGE.

²⁷ Pesquisa Mensal de Emprego - IBGE;

quantidades para o universo da pesquisa. O fator de expansão é calculado a partir do plano amostral e posteriormente ajustado pelos estratos geográficos e socioeconômicos.

3.1.2.2 POF 2002-2003 – Especificidades

A pesquisa de 2002-2003 abrangeu 48.470 domicílios (48.568 unidades de consumo) e 182.333 pessoas, o que representa 0,1% dos domicílios do país. Permitiu análise para 70 estratos geográficos diferentes: zona rural e urbana de cada uma das unidades da federação, as cinco regiões e as nove regiões metropolitanas. O período de referência foi 15 de janeiro de 2003. (IBGE 2005).

A construção do Plano Amostral da pesquisa foi feita com base na Contagem Populacional de 1996.²⁸ Como não houve imputação de rendimentos no Censo, a estratificação socioeconômica foi realizada tomando a escolaridade do chefe da família como *proxy*. A edição de 2002-2003 teve ainda a preocupação de detalhar, de forma inovadora, o consumo de medicamentos e o acesso a serviços de assistência à saúde (IBGE 2005).

A coleta de dados em cada domicílio foi realizada em um período de nove dias, quando são respondidos cinco questionários: de domicílio (POF-1), de despesa coletiva (POF-2), de caderneta de despesas coletivas diárias (POF-3), de despesa individual (POF-4), de recebimento individual (POF-5) e de Condições de Vida (POF-6).

O questionário POF-1 abrangeu as características do domicílio (número de cômodos, acesso a saneamento, condição de ocupação etc.) e de seus moradores (instrução, idade, peso, altura etc.). O questionário POF-2 investigou as despesas coletivas do domicílio, como alugueis, serviços públicos, manutenção da casa e bens duráveis. O questionário POF-3 registrou os gastos diários da unidade de consumo com alimentação, higiene e limpeza, enquanto o questionário POF-4 registrou os gastos individuais dos moradores com vestuário, saúde, educação, etc. O questionário POF-5 listou os rendimentos dos indivíduos e a sua origem e o questionário de condições de vida (POF-6) abordou questões subjetivas, tais como: a suficiência do rendimento mensal, a quantidade e qualidade dos alimentos para consumo pela família e as condições de moradia.

3.1.2.3 – POF 2008/2009 – Especificidades

²⁸ O Censo de 2000 ainda não estava disponível.

A POF de 2008-2009 abrangeu 59.548 domicílios e período de referência foi 15 de janeiro de 2009. O plano de amostragem adotado foi semelhante ao da POF anterior. No entanto, a edição mais recente adotou a amostra mestra de setores censitários, resultado de um do esforço do IBGE em criar um sistema integrado de pesquisas domiciliares. Essa amostra mestra é um conjunto comum de setores censitários²⁹ que servem de base para a realização de diversas pesquisas populacionais. Na POF, foram trabalhados 4,696 setores, de um total de 12,800 da amostra mestra; no entanto, sua estratificação foi realizada de forma a torna-los compatíveis com os setores da POF anterior. A estratificação geográfica da POF anterior foi mantida, com a exceção de que os domicílios urbanos do Distrito Federal foram incorporados como Região Metropolitana de Brasília. Já a estratificação socioeconômica usou a renda mensal do chefe da família.

Ao contrário das edições anteriores, os domicílios urbanos do Distrito Federal foram incorporados como Região Metropolitana de Brasília. A pesquisa de 2008-2009 também levou em conta um período de nove dias para cada domicílio, nos quais eram respondidos sete questionários. Além dos seis questionários semelhantes à edição anterior, foi adicionado um questionário específico para investigar o consumo alimentar, com o objetivo de detalhar condições nutricionais, da mesma forma que a edição anterior voltou-se para o acesso a assistência à saúde. A estrutura de organização das despesas e rendimentos da POF apresenta pequenas diferenças em relação à pesquisa anterior. Alguns produtos equivalentes listados na POF anterior foram agrupados em um único produto; por outro lado, novos produtos foram introduzidos.

3.1.2.4 Os Microdados

A POF é liberada através de dois conjuntos de informações: o primeiro conjunto é constituído por dados agregados, que obedecem a um padrão pré-determinado de organização das informações, com estratificações por faixas salariais, religião, unidade da federação e características do chefe do domicílio. As despesas e rendimentos são expressos em valores mensais médios por unidade de consumo e estão organizados conforme as categorias do Plano Tabular do IBGE.³⁰

O segundo conjunto de informações são os microdados, que disponibiliza as informações de cada um dos domicílios investigados na amostra. Na edição de 2002-2003,

²⁹ Subdivisões de municípios realizadas no Censo de 2000.

³⁰ O Plano Tabular agrega despesas e receitas em categorias conforme as utilizadas nos índices de custo de vida.

os microdados foram agrupados em 14 diferentes registros: Domicílios, Morador, Condições de vida, Inventário de bens duráveis, Despesas de 90 dias, Despesas de 12 meses, Outras despesas coletivas, Caderneta de Despesas Coletivas, Despesas Individuais, Despesas com serviços domésticos, Despesas com veículos, Rendimentos e Deduções, Outros Rendimentos e Registros Especiais de Medicamentos e Assistência à Saúde. De acordo com o seu objetivo, a edição de 2008-2009 manteve os registros de despesas e rendimentos, enquanto o registro de saúde foi trocado pelo de Consumo Alimentar Pessoal. Além disso, o Registro de Moradores foi dividido em Pessoas e Pessoas Imputadas e incorporou um Registro de Aluguel Imputado (estimado), totalizando 16 registros.

Todos os registros de despesas e rendimentos podem ser agrupados por sua unidade de consumo; a cada UC é atribuído um código que representa a UF, o estrato, o domicílio e sua ordem dentro deste. Através do estrato é possível selecionar UC's urbanas, rurais e pertencentes ou não a região metropolitanas. Alguns registros adotam a UC como unidade de referência para as despesas e rendimentos, enquanto outros adotam os moradores; as unidades das principais tabelas aqui utilizadas, além do tipo de despesa ou rendimento contemplado por cada registro e a sua periodicidade, estão descritos na tabela 1. Em todos os registros, cada entrada de dados está atrelada ao valor do rendimento total médio mensal de seu domicílio; nos microdados da edição 2008-2009, o rendimento esteve discriminado entre monetário e não monetário.

Tabela 3.1 – Registros de Microdados da POF utilizados na pesquisa (*)

Registro	nome	Periodicidade	Componentes	Unidade
4	Inventário	12 meses	Inventário de bens duráveis	UC
5	Despesas 90 dias	90 dias	Despesas coletivas de 90 dias: serviços públicos, pequenas reformas e conserto de aparelhos domésticos	UC
6	Despesas 12 meses	12 meses	Despesas com aluguéis, habitação: aluguel, imposto, reforma, outros serviços de utilidade pública	UC
7	Outras Despesas	90 dias	Despesas com aquisição de eletrodomésticos, móveis, decoração	UC
8	Despesas com serviços domésticos	12 meses	Despesas com serviços domésticos	Morador
9	Caderneta de Despesas Coletivas	7 dias	Despesas com alimentação, produtos de higiene e limpeza	Morador
10	Despesas Individuais	30 dias, 90 dias, 12 meses	Despesas cotidianas do morador com alimentação fora de casa, vestuário, higiene, vestuário, transporte, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo e serviços pessoais	UC
11	Despesas com veículos	12 meses	Despesa com aquisição de veículos	UC
12	Rendimentos e Deduções	12 meses	Recebimentos e deduções do rendimento principal	Morador
13	Outros Rendimentos	12 meses	Outros recebimentos, receitas, empréstimos e deduções	Morador

Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE(*)

3.1.3 O corte de dados

Para a comparação dos resultados das duas últimas edições aqui realizada, todos os registros de despesas e rendimentos de cada ano foram compatibilizados pela referida unidade de consumo, a partir dos microdados das duas edições, e agrupadas em um único registro de despesas mensais totais e rendimentos mensais totais³¹. As despesas foram recortadas e somadas conforme as categorias do Plano Tabular do IBGE. Os microdados foram tratados a partir dos pacotes estatísticos SAS e SPSS.

Em ambas as edições, os dados amostrais foram pesados pelo fator de expansão domiciliar. A variável utilizada para cálculos da soma das despesas é a média anual do valor despesa anualizado e deflacionado.³² A inclusão de receitas e despesas não monetárias é interessante para recortes de dados que foquem uma categoria específica do consumo e sua

³¹ Embora todas as tabelas de despesas tragam o rendimento mensal da unidade de consumo, há despesas monetárias correntes que estão listadas nas tabelas de rendimento, como é o caso das contribuições trabalhistas referentes ao trabalho dos moradores.

³² O valor da despesa anualizado e deflacionado (VAD) corresponde ao valor da despesa do item declarado na POF multiplicado pelo fator de anualização do item e por seu deflator.

relação com o bem-estar social, como saúde, educação e alimentação. Como o objetivo aqui é examinar as mudanças gerais no padrão de consumo à luz das alterações na distribuição de renda, gastos e receitas não monetárias foram excluídos. A pesquisa disponibiliza a forma de obtenção dos produtos e a origem das receitas, de modo que foi possível excluir aqueles adquiridos por fabricação própria, extração, doação ou troca e sua contrapartida nos rendimentos.

Para definição das faixas de renda, as unidades de consumo foram divididas em cinco grupos conforme a sua posição na distribuição da renda média mensal monetária domiciliar per capita³³ em cada uma das edições da pesquisa. Baseada na discussão acerca da definição dos mercados consumidores levantada no capítulo anterior, a divisão em cinco grupos pretende seguir a tabulação de Aníbal Pinto (1976) de 50% mais pobres, 10% mais ricos e um grupo médio. Os 50% mais pobres, por sua vez, foram divididos em dois subgrupos, até os 20% mais pobres e os restantes. O grupo intermediário também foi dividido ao meio. O objetivo é manter a relação da estratificação de rendimentos com a estrutura de oferta. As faixas de renda per capita a que correspondem as faixas, em preços correntes dos respectivos períodos de diferenças das duas edições da POF utilizadas, estão na tabela 7.1 do Anexo.

No presente capítulo, a análise dos microdados da POF será dividida em duas partes. O primeiro corte de dados será uma breve descrição da evolução das principais características demográficas e sociais das famílias brasileiras durante a década, tanto no total quanto para as faixas de renda propostas e para as divisões regionais.

A segunda parte da análise da POF será dedicada à comparação da distribuição percentual das despesas totais em categorias de despesa, conforme a segmentação do Plano Tabular. A distribuição total do consumo será confrontada com a distribuição em cada uma das faixas, de modo a identificar a relação entre tendências do consumo e variações para cada faixa de renda. As distribuições serão calculadas a partir da participação da soma de cada categoria de despesa (e por faixa de renda) no total. Também será estimada a participação da soma das despesas de cada faixa de renda no total do mercado para cada uma das categorias. O mesmo procedimento será repetido separadamente entre regiões do país,

³³ Na edição de 2008-2009, tomou-se como base para comparação a renda monetária somada à variação patrimonial.

entre famílias residentes em áreas rurais ou urbanas e para regiões metropolitanas³⁴. Tendências específicas de algumas categorias de consumo selecionadas serão objeto do próximo capítulo.

3.2 Tendências demográficas e Condições de Vida

3.2.1 Tendências demográficas

O crescimento populacional estimado pela POF entre 2003 e 2009 foi de 2,3%, conforme apresentado na tabela 3.2.1.1. Dentre as faixas de renda per capita, as que apresentaram maior crescimento populacional foram as faixas situadas entre o segundo e quinto decil e a dos 10% mais ricos. Entre as regiões, Norte e Nordeste obtiveram as maiores taxas de crescimento populacional, acima da média nacional. A região Sul cresceu conforme média nacional, enquanto o crescimento do Sudeste ficou abaixo da média nacional e o Centro-Oeste perdeu população (Tabela 3.2.1.2). A população das regiões metropolitanas (RM) cresceu mais do que a média nacional – e, portanto, mais do que a das regiões não metropolitanas – enquanto a população urbana cresceu proporcionalmente muito mais que a rural (Tabela 3.2.1.3).

Tabela 3.2.1.1 – Crescimento Populacional por faixas de renda 2003-2009 (*)

Faixas de Renda	População
Até o 2º decil	2,4%
Entre o 2º e o 5º decil	3,6%
Entre o 5º e o 7º decil	1,0%
Entre o 7º e o 9º decil	0,3%
Acima do 9º decil	4,1%
Total	2,3%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 3.2.1.2 – Crescimento Populacional 2003-2009 por Região Geográfica (*)

Regiões	Domicílios	População
Norte	15,8%	3,7%
Nordeste	18,0%	4,0%
Sudeste	11,3%	1,6%
Sul	9,9%	2,3%

³⁴ No corte dos microdados da edição de 2002-2003, os domicílios urbanos do DF foram incorporados às regiões metropolitanas. Apesar da pesquisa não trata-los como tal, a mudança da metodologia poderia implicar alterações significativas.

Centro Oeste	8,6%	-2,3%
--------------	------	-------

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 3.2.1.3 – Crescimento Popacional 2003-2009 por Divisão Regional (*)

Regiões	Domicílios	População
RM's	11,6%	2,7%
Rural	14,6%	1,9%
Urbano	16,9%	7,1%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Esse movimento se refletiu da seguinte forma na participação das regiões no total da população: Norte e Nordeste tiveram um pequeno ganho de participação, enquanto o Sul manteve e o Sudeste e o Centro-Oeste perderam participação (tabela 3.2.1.4). A participação da população rural caiu (tabela 3.2.1.5), enquanto a participação dos residentes nas regiões metropolitanas permaneceu no mesmo patamar (tabela 3.2.1.5).

Tabela 3.2.1.4 – Evolução da Participação das Regiões no total (*)

Regiões	2002		2009	
	Domicílios	População	Domicílios	População
Norte	6,5%	7,7%	6,6%	7,9%
Nordeste	25,2%	28,0%	26,4%	28,4%
Sudeste	45,1%	42,7%	44,5%	42,4%
Sul	16,0%	14,7%	15,6%	14,7%
Centro Oeste	7,2%	6,9%	6,9%	6,6%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 3.2.1.5 – Evolução da Participação dos Domicílios Rurais e Urbanos no Total (*)

Regiões	2002/2003		2008/2009	
	Domicílios	População	Domicílios	População
Rural	16%	18%	15%	17%
Urbano	84%	82%	85%	83%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 3.2.1.6 – Evolução da Participação dos Domicílios em Regiões Metropolitanas (*)

Regiões	2002/2003		2008/2009	
	Domicílios	População	Domicílios	População
Fora das RM's	68%	68%	69%	68%
RM's	32%	32%	31%	32%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

3.2.2 Condições de vida

Entre as duas últimas edições, a POF captou uma valorização real³⁵ da renda per capita familiar de 14,2%. Para as famílias até os 50% mais pobres, essa valorização foi ainda maior (tabela 3.2.2.1). Essa valorização é decorrente tanto do maior crescimento da renda mensal média familiar nas famílias de baixa renda quanto da maior redução percentual do número médio de moradores por domicílio. Enquanto essa última é uma tendência demográfica que já vinha sendo observada, a primeira pode ser explicada como consequência do efeito positivo da valorização do salário mínimo e do aumento das contratações nos postos de salário-base, tratados nos capítulos anteriores.

Tabela 3.2.2.1 – Evolução da renda média e da renda real per capita – faixas de renda³⁶
(*)

Faixas de Renda	2002/2003			2008/2009		
	Renda média	Média de moradores	Renda per capita média	Renda média	Média de moradores	Renda per capita média
Até o 2º decil	240	4,8	51	476	4,4	111
Entre o 2º e o 5º decil	597	3,6	164	1076	3,4	322
Entre o 5º e o 7º decil	1095	3,3	327	1806	3,0	603
Entre o 7º e o 9º decil	2202	3,1	706	3305	2,8	1190
Acima do 9º decil	6653	2,6	2735	9902	2,4	4422
Total	1551	3,6	539	2430	3,3	919

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 3.2.2.2 – Valorização Real da Renda – faixas de renda (*)

Faixa de Renda	Evolução da renda real média	Evolução da renda real média per capita
Até o 2º decil	33,0%	46,0%
Entre o 2º e o 5º decil	21,0%	32,0%
Entre o 5º e o 7º decil	11,0%	23,0%
Entre o 7º e o 9º decil	1,0%	13,0%
Acima do 9º decil	0,0%	8,0%
Total	5,0%	14,2%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE e do IPCA-IBGE

³⁵ A valorização real da renda média e da renda per capita média foi calculada descontando-se a valorização de cada uma das grandezas em termos de salários mínimos pela valorização real do salário mínimo entre as datas de referência das duas edições da POF – aproximadamente 39%. (Fonte: IPCA-IBGE)

³⁶ As rendas estão a preços correntes.

Na edição de 2002/2003, o Sudeste era a região geográfica com a maior renda per capita média, seguido pelo Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste. A renda per capita média das últimas duas regiões era cerca de metade da renda per capita do Sudeste (tabela 7.6 do Anexo). Do mesmo modo, as famílias urbanas possuíam renda per capita média quase três vezes maior do que as das famílias rurais e as famílias que habitavam regiões metropolitanas tinham renda per capita em média maior que as demais (tabela 7.7 do Anexo). Entre as duas pesquisas, o crescimento da renda per capita média foi maior para o Norte e o Nordeste, para as famílias rurais e habitantes de áreas não-metropolitanas. A maior valorização real da renda média para as famílias de renda mais baixa e para as regiões mais pobres reforça a dimensão da redução da desigualdade de renda no país.

Para avaliar a evolução do acesso a educação a partir das pesquisas de 2002-2003 e 2008-2009, considerou-se como variável representativa a média de anos de estudo do chefe da família³⁷. Conforme apresentado na tabela 3.2.2.3, a média nacional manteve-se a mesma (sete anos) entre as duas edições. Porém, quando efetuada uma análise por faixas de renda, a categoria mostra um movimento interessante: enquanto a média de escolaridade dos chefes das famílias até o quinto decil da renda subiu, a dos mais ricos caiu.

Tabela 3.2.2.3 – Anos de Estudo do Chefe da Família – média por faixas de renda (*)

Anos de estudo do chefe da família (média)		
Faixas de Renda	2002/2003	2008/2009
Até o 2º decil	4	5
Entre o 2º e o 5º decil	5	6
Entre o 5º e o 7º decil	7	7
Entre o 7º e o 9º decil	10	9
Acima do 9º decil	16	12
Total	7	7

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

A média regional não apresentou grandes mudanças, assim como as das famílias urbanas e das regiões metropolitanas, enquanto a das famílias rurais aumentou. Como resultado, a escolaridade também se tornou menos desigual (tabelas 7.8 e 7.9 do Anexo).

Em seu registro de domicílios, a POF aborda diversas variáveis relacionadas a condições de habitação. Aqui, foram tomadas como representativas o acesso a esgoto e a água encanada. Na pesquisa de 2002/2003, chamava a atenção a grande desigualdade de

³⁷ Como a unidade de análise é a família, a média de anos de estudo de todos os moradores poderia estar negativamente viesada para famílias com mais crianças pequenas, por exemplo. A escolaridade do chefe da família costuma apresentar correlação com a dos demais membros.

acesso a esgoto e água encanada e a alta proporção de domicílios que não tinha acesso a nenhum dos dois serviços, sobretudo nas famílias até o quinto decil para água canalizada e até o sétimo para esgoto. Entre 2003 e 2009, o acesso à água encanada cresceu consideravelmente em média, e, sobretudo entre os faixas de renda mais baixas (tabela 3.2.2.4). O acesso a esgoto também cresceu (tabela 3.2.2.5), embora em menor escala. A desigualdade no acesso aos dois serviços reduziu, embora a parcela de domicílios sem acesso a um ou outro ainda seja muito alta.

Para as regiões geográficas e divisões regionais (tabelas 7.10 a 7.13 do Anexo) o acesso a água encanada e esgoto guarda uma relação com a renda per capita média. Entre as duas edições da pesquisa também diminuíram as disparidades regionais.

Tabela 3.2.2.4 – Acesso a água encanada por faixa de renda (*)

Abastecimento de Água				
Faixas de Renda	2002/2003		2008/2009	
	Canalizada	Sem canalização	Canalizada	Sem canalização
Até o 2º decil	66%	34%	78%	22%
Entre o 2º e o 5º decil	88%	12%	93%	7%
Entre o 5º e o 7º decil	96%	4%	97%	3%
Entre o 7º e o 9º decil	99%	1%	99%	1%
Acima do 9º decil	99%	1%	100%	0%
Total	88%	12%	93%	7%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 3.2.2.5 – Acesso a esgoto por faixa de renda (*)

Acesso a Esgoto						
Faixas de Renda	2002/2003			2008/2009		
	Não possui	Outro	Rede Geral	Não possui	Outro	Rede Geral
Até o 2º decil	20%	56%	24%	12%	61%	28%
Entre o 2º e o 5º decil	6%	54%	40%	3%	51%	46%
Entre o 5º e o 7º decil	2%	43%	55%	1%	41%	58%
Entre o 7º e o 9º decil	1%	31%	69%	0%	31%	69%
Acima do 9º decil	0%	18%	82%	0%	20%	81%
Total	7%	44%	50%	4%	44%	53%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

3.2.3 Acesso a Cartões de Crédito e Planos de Saúde

As tabelas 3.2.3.1 e 3.2.3.2 mostram a evolução do percentual da população com acesso a cartões de crédito³⁸ e planos de saúde. Os dados de 2002/2003 revelavam uma pequena parcela da população tinham acesso a esses serviços, e que ambas as categorias são bastante heterogêneas tanto entre as faixas de renda quanto entre as regiões, formando mercados bastante concentrados. A pesquisa de 2008/2009 mostra que houve um relevante crescimento do acesso a ambos os serviços – sobretudo de planos de saúde – em todas as faixas de renda e para todas as regiões geográficas e divisões regionais. (tabelas 7.14 a 7.17 do Anexo). As faixas de renda intermediárias e as regiões de renda per capita mais baixa foram as mais beneficiadas por esse crescimento.

Tabela 3.2.3.1 – Acesso da população a planos de saúde – por faixa de renda (*)

Faixas de Renda	Acesso a planos de saúde			
	2002/2003		2008/2009	
	Sim	Não	Sim	Não
Até o 2º decil	2%	98%	4%	96%
Entre o 2º e o 5º decil	6%	94%	14%	86%
Entre o 5º e o 7º decil	14%	86%	30%	70%
Entre o 7º e o 9º decil	27 %	73%	53%	47%
Acima do 9º decil	45%	55%	80%	20%
Total	13%	87%	25%	75%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 3.2.3.2 – Porcentagem da população adulta com acesso a cartões de crédito, por faixa de renda (*)

Faixas de Renda	Acesso a cartões de crédito			
	2002/2003		2008/2009	
	Sim	Não	Sim	Não
Até o 2º decil	3%	97%	4%	96%
Entre o 2º e o 5º decil	9%	91%	12%	88%
Entre o 5º e o 7º decil	18%	82%	22%	78%
Entre o 7º e o 9º decil	31%	69%	37%	63%
Acima do 9º decil	52%	48%	56%	44%
Total	16%	84%	19%	81%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

3.3 Evolução dos padrões de consumo das famílias brasileiras – Características

Gerais

³⁸ No caso dos cartões de crédito, foram considerados apenas os moradores aptos à titularidade, isto é, maiores de 18 anos. Para os planos de saúde, foram considerados todos os moradores, independente de serem titulares ou dependentes.

A tabela 3.3.1 evidencia o primeiro resultado dos ganhos de renda real no orçamento das famílias brasileiras entre 2003 e 2009. Em média, tanto a participação das despesas nos rendimentos³⁹ quanto a propensão a consumir caíram. As famílias puderam dispor de um pequeno incremento da parcela da renda destinada à poupança. Abrindo por faixas de renda, observa-se que na edição de 2002/2003 as famílias até o sétimo percentil gastavam mais do que ganhavam, enquanto que as famílias até o quinto percentil consumiam mais do que ganhavam. Na edição de 2008/2009, as famílias situadas até o quinto decil tanto gastavam quanto consumiam mais do que recebiam. Enquanto as três primeiras faixas de renda reduziram sua propensão a gastos e consumo, as duas últimas aumentaram – o efeito líquido agregado foi de redução em ambas.

Tabela 3.3.1 – Evolução da participação das despesas totais e de consumo na renda^(*)

Faixas de Renda	2002		2009	
	Despesas/ Renda	Propensão ao Consumo	Despesas/ Renda	Propensão ao Consumo
Até o 2º decil	188%	178%	155%	145%
Entre o 2º e o 5º decil	120%	111%	108%	100%
Entre o 5º e o 7º decil	104%	93%	96%	85%
Entre o 7º e o 9º decil	91%	79%	92%	78%
Acima do 9º decil	69%	55%	72%	56%
Total	90%	77%	89%	76%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

A tabela 3.3.2 mostra a evolução da participação das diferentes categorias de despesas nas despesas monetária totais. De início, chama à atenção a elevada participação de despesas com Alimentação, Habitação e Transporte no orçamento das famílias brasileiras. Despesas com Alimentação, Vestuário, Fumo, Saúde, Educação e Recreação, Despesas Diversas e Outras Despesas Correntes perderam participação, enquanto Habitação, Transportes, Aumento do Ativo e Redução do Passivo ganharam. A queda de participação em Alimentação, Vestuário e Fumo repetem tendências anteriores.

Tabela 3.3.2 – Participação nas Despesas Totais^(*)

	2002/2003	2008/2009
1. Alimentação	19,3%	18,5%
2. Habitação	21,7%	22,6%

³⁹ As despesas anuais superam os rendimentos em algumas faixas de renda por conta de compras realizadas a prazo, via cartão de crédito e por crédito informal. Empréstimos estão contabilizados nos rendimentos monetários.

3. Vestuário	5,4%	5,3%
4. Transporte	18,4%	19,7%
5. Higiene e Cuidados	2,2%	2,3%
6. Saúde	6,9%	6,8%
7. Educação	4,2%	3,1%
8. Recreação	2,3%	1,9%
9. Fumo	0,7%	0,6%
10. Serviços Pessoais	1,1%	1,1%
11. Despesas Diversas de Consumo	3,1%	3,0%
Despesas de Consumo (1 a 11)	85,3%	84,9%
12. Outras Despesas Correntes	6,2%	5,1%
Despesas Correntes (1 a 12)	91,5%	90,0%
Aumento do Ativo	5,4%	7,2%
Redução do Passivo	2,4%	2,6%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Abrindo para as faixas de renda na pesquisa de 2002/2003, vemos que em ambas as edições chama à atenção a participação mais elevada das despesas com Alimentação em casa, Habitação, Higiene e Fumo nas famílias até o quinto percentil. Enquanto Alimentação e Habitação representam despesas essenciais, artigos de higiene, assim como os próprios alimentos, são bens de consumo não duráveis, de baixo valor agregado e por isso podem ser consumidos com maior frequência por famílias de baixa renda. As demais categorias tem maior participação no total das despesas nas faixas de renda mais altas. De um modo geral, estão mais relacionadas à contratação de serviços, a impostos e contribuições ou à aquisição de bens duráveis de alto valor unitário, como imóveis e automóveis.

A menor essencialidade do gasto com alimentação e habitação era esperada. No caso brasileiro, porém, duas características chamam a atenção: primeiro, a alta desigualdade na participação com Alimentação em casa. Segundo, despesas correlacionadas a ocupações formais, como serviços bancários, impostos e contribuições trabalhistas e aquisição de imóveis, são muito inexpressivas nas duas faixas de renda mais baixas. Entre 2003 e 2009, Alimentação em casa e Fumo perderam participação em todas as faixas de renda, enquanto Habitação e Transportes ganharam e as demais tiveram comportamentos distintos.

Tabela 3.3.3 – Participação nas Despesas Totais por Faixa de Renda (*)

Faixa de Renda	2002/2003					2008/2009				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
1. Alimentação	38%	30%	23%	18%	12%	33%	26%	21%	17%	11%
1.1 Alimentação em casa	34%	26%	18%	13%	8%	29%	21%	16%	12%	6%
1.2 Alimentação fora de	4%	4%	5%	5%	5%	4%	5%	5%	5%	6%

casa										
2. Habitação	24%	24%	24%	22%	20%	24%	25%	24%	22%	21%
3. Vestuário	6%	7%	6%	5%	4%	7%	7%	6%	5%	4%
4. Transporte	12%	14%	17%	21%	21%	13%	16%	19%	21%	22%
5. Higiene e Cuidados	3%	3%	3%	2%	2%	4%	3%	3%	2%	2%
6. Saúde	5%	6%	7%	7%	7%	6%	6%	7%	7%	7%
7. Educação	1%	2%	3%	5%	6%	2%	2%	3%	4%	4%
8. Recreação	1%	2%	2%	3%	3%	2%	2%	2%	2%	2%
9. Fumo	1%	1%	1%	1%	0%	1%	1%	1%	0%	0%
10. Serviços Pessoais	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
11. Despesas Diversas de Consumo	2%	2%	3%	3%	4%	2%	2%	3%	3%	4%
Despesas de Consumo (1 a 11)	95%	92%	89%	87%	79%	94%	92%	89%	85%	78%
12. Outras Despesas Correntes	2%	3%	5%	6%	9%	2%	3%	4%	5%	7%
Despesas Correntes (1 a 12)	96%	95%	93%	93%	88%	96%	95%	93%	90%	84%
Aumento do Ativo	3%	3%	4%	5%	8%	3%	3%	5%	6%	12%
Redução do Passivo	1%	1%	2%	3%	3%	1%	2%	3%	3%	3%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Abrindo as despesas com Alimentação (tabela 3.3.2a), observa-se que a queda foi puxada pela perda de participação das despesas com alimentação em casa, mas contrabalançada pelo aumento da participação em alimentação fora de casa – sobretudo com almoços, jantares e bebidas.

Tabela 3.3.2a – Participação nas Despesas com Alimentação (*)

	2002/2003	2008/2009
1. Alimentação	19,3%	18,5%
1.1 Alimentação em casa	14,7%	13,1%
1.2 Alimentação fora de casa	4,6%	5,4%
1.2.1 Almoço e jantar	2,3%	3,3%
1.2.2 Bebidas não-alcóolicas	0,1%	0,4%
1.2.3 Lanches	1,9%	1,0%
1.2.4 Bebidas Alcóolicas	0,1%	0,4%
1.2.5 Outros	0,2%	0,3%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Quando aberto em subcategorias, a maior participação da categoria “Alimentação Fora de Casa” nas famílias mais ricas deve-se principalmente às maiores despesas com almoço e jantar. Entre as duas edições da POF, a queda percentual na participação em alimentação no domicílio foi alta nas famílias até os 50% mais pobres, mais moderada entre o quinto e o nono decil da renda per capita e muito alta acima dessa última faixa (tabela 3.3.3a). Em contrapartida, o percentual de despesas com Alimentação fora de casa cresceu

para todas as faixas de renda e em taxas quase opostas ao movimento da alimentação em casa, puxado pelo aumento das despesas com almoço e jantar - o que indica que houve uma substituição, sobretudo entre as famílias do último decil.

Tabela 3.3.3a – Participação nas Despesas com Alimentação por Faixa de Renda (*)

Faixas de Renda	2002/2003					2008/2009				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
1. Alimentação	38%	30%	23%	18%	12%	33%	26%	21%	17%	11%
1.1 Alimentação em casa	34%	26%	18%	13%	8%	29%	21%	16%	12%	6%
1.2 Alimentação fora de casa	4%	4%	5%	5%	5%	4%	5%	5%	5%	6%
1.2.1 Almoço e jantar	1%	1%	2%	3%	3%	2%	2%	3%	3%	4%
1.2.2 Bebidas não-alcóolicas	0%	0%	0%	0%	0%	1%	1%	1%	0%	0%
1.2.3 Lanches	2%	2%	2%	2%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
1.2.4 Bebidas Alcóolicas	0%	0%	0%	0%	0%	1%	1%	1%	0%	0%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

O ganho de participação das despesas com Habitação foi puxado por Aluguéis, Condomínio, Manutenção do Lar e Eletrodomésticos (tabela 3.3.2.b). O aumento das duas primeiras categorias pode ser atribuído tanto ao aumento da demanda quanto a um hipotético aumento dos preços. É necessário observar também o que ocorreu com os preços dos móveis e eletrodomésticos. O crescimento da categoria “Manutenção do Lar” chama a atenção por incluir serviços domésticos.

Observa-se que a redução da importância das taxas de energia, água e gás, determinam a diminuição do peso da categoria no orçamento para famílias mais ricas. (tabela 3.3.3b). Entretanto, crescem conforme a renda a participação dos alugueis, do condomínio e das taxas de telefone, tevê por assinatura e internet e manutenção do lar.

Entre as duas pesquisas as despesas com habitação cresceram sobretudo a partir do sétimo decil, devido ao aumento da participação de alugueis, taxa de condomínio e manutenção do lar no total.

Tabela 3.3.2b – Participação nas Despesas com Habitação (*)

	2002/2003	2008/2009
2. Habitação	21,7%	22,6%
2.1 Aluguel	1,9%	2,3%
2.2 Condomínio	0,9%	1,1%
2.3 Energia elétrica	2,8%	2,9%
2.4 Telefone, pacote de tv e internet	3,3%	3,3%
2.5 Gás doméstico	1,4%	1,0%
2.6 Água e esgoto	1,0%	1,1%
2.7 Outros serviços e taxas	0,6%	0,6%
2.8 Manutenção do lar e artigos de limpeza	5,5%	5,9%
2.9 Mobiliários	2,2%	2,1%
2.10 Eletrodomésticos	2,1%	2,3%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 3.3.3b – Participação nas Despesas com Habitação por Faixa de Renda (*)

Faixas de Renda	2002/2003					2008/2009				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
2. Habitação	24%	24%	24%	22%	20%	24%	25%	24%	22%	21%
2.1 Aluguel	2%	2%	2%	2%	2%	2%	3%	3%	3%	2%
2.2 Condomínio	0%	0%	0%	1%	2%	0%	0%	0%	1%	2%
2.3 Energia elétrica	4%	4%	4%	3%	2%	4%	4%	4%	3%	2%
2.4 Telefone, pacote de TV e internet	2%	3%	4%	4%	3%	2%	3%	4%	4%	3%
2.5 Gás doméstico	4%	3%	2%	1%	1%	3%	2%	1%	1%	0%
2.6 Água e esgoto	2%	2%	1%	1%	0%	2%	2%	2%	1%	1%
2.7 Outros serviços e taxas	0%	0%	1%	1%	1%	0%	0%	0%	1%	1%
2.8 Manutenção do lar e artigos de limpeza	5%	5%	5%	5%	6%	5%	5%	5%	6%	7%
2.9 Mobiliários	3%	3%	2%	2%	2%	3%	3%	2%	2%	2%
2.10 Eletrodomésticos	3%	3%	2%	2%	2%	3%	3%	3%	2%	2%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

O aumento da participação das despesas com Transportes deveu-se, sobretudo, à aquisição de veículos (tabela 3.3.2d). Essas despesas cresceram mais para as famílias até sétimo decil, puxadas por gastos associados a automóveis. Ainda assim, as despesas com transporte público cresceram também até essa faixa de renda. (tabela 3.3.3.d)

Tabela 3.3.2d – Participação nas Despesas com Transporte (*)

	2002/2003	2008/2009
4. Transporte	18,4%	19,7%

4.1 Transporte Urbano	2,9%	2,9%
4.2 Combustível	4,1%	4,0%
4.3 Manutenção	2,0%	2,1%
4.4 Aquisição de veículos	6,9%	8,1%
4.5 Outras despesas	2,5%	2,6%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 3.3.3 d – Participação nas Despesas com Transporte por Faixa de Renda (*)

Faixas de Renda	2002/2003					2008/2009				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
4. Transporte	12%	14%	17%	21%	21%	13%	16%	19%	21%	22%
4.1 Transporte Urbano	5%	5%	4%	3%	1%	5%	5%	4%	3%	1%
4.2 Combustível	2%	2%	4%	5%	5%	2%	3%	4%	5%	4%
4.3 Manutenção	1%	1%	2%	3%	2%	1%	2%	2%	3%	2%
4.4 Aquisição de veículos	3%	4%	5%	8%	9%	3%	5%	6%	9%	11%
4.5 Outras despesas	2%	2%	2%	3%	3%	1%	2%	2%	3%	4%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

As despesas com Saúde tiveram uma pequena queda na participação, também repetindo a tendência anterior. A decomposição da categoria (tabela 3.3.2e) mostra que a queda foi puxada por despesas avulsas com consultas, exames e hospitalização, enquanto medicamentos e planos de saúde ganharam participação. Essas mudanças são compatíveis com o aumento da adesão aos planos de saúde ocorrido no período.

Tabela 3.3.2e – Participação nas Despesas com Saúde (*)

	2002/2003	2008/2009
6. Saúde	6,9%	6,8%
6.1 Medicamentos	2,8%	2,9%
6.2 Planos de Saúde	1,9%	2,2%
6.3 Consultas e Exames	1,3%	0,9%
6.4 Hospital e Cirurgias	0,4%	0,3%
6.5 Tratamentos	0,4%	0,4%
6.6 Outras	0,1%	0,1%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

O padrão de consumo em Saúde é mais intensivo em medicamentos para as famílias mais pobres, e em planos de saúde, consultas e tratamentos para as mais ricas. (tabela 3.3.3.e).

Entre as duas pesquisas, as despesas com Saúde tiveram um pequeno aumento para as famílias até o quinto decil e uma pequena queda nas demais; o efeito líquido foi negativo. O aumento no percentual gasto com Saúde das famílias mais pobres foi causado tanto pelo deslocamento de para remédios (na 1ª faixa) quanto para planos de saúde (na 2ª faixa).

Tabela 3.3.3e – Participação nas Despesas com Saúde por Faixa de Renda (*)

Faixas de Renda	2002/2003					2008/2009				
	100%	200%	300%	400%	500%	100%	200%	300%	400%	500%
6. Saúde	5%	6%	7%	7%	7%	6%	6%	7%	7%	7%
6.1 Medicamentos	4%	4%	3%	3%	2%	5%	4%	3%	3%	2%
6.2 Planos de Saúde	0%	1%	2%	2%	3%	0%	1%	2%	3%	3%
6.3 Consultas e Exames	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
6.4 Hospital e Cirurgias	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%
6.5 Tratamentos	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	1%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Já as despesas com Educação tiveram, individualmente, a maior perda percentual. Decompondo a categoria (tabela 3.3.2f), observa-se que praticamente todas suas subcategorias perderam participação. O movimento surpreende, já que em períodos de valorização real das despesas em todas as faixas de renda era de se esperar que a participação das despesas com Educação respondesse positivamente. Pode-se adotar a hipótese de que essa queda ocorreu tanto pelo aumento dos preços quanto pela pressão de outras categorias de despesas mais essenciais.

Tabela 3.3.2f – Participação nas Despesas com Educação (*)

	2002/2003	2008/2009
7. Educação	4,2%	3,1%
7.1 Curso regular	1,3%	0,8%
7.2 Curso superior	1,4%	1,0%
7.3 Outros cursos	0,8%	0,8%
7.4 Livros didáticos	0,1%	0,1%
7.5 Artigos escolares	0,3%	0,2%
7.6 Outras	0,3%	0,2%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

As despesas com Educação tem participação maior nas faixas de renda mais altas por conta dos cursos (regulares, superiores ou extracurriculares), conforme tabela 3.3.3f. Entre as pesquisas, o movimento foi semelhante à Saúde. O aumento da participação nas famílias até o quinto decil foram puxados por um pequeno aumento da participação de cursos – que caíram para as faixas mais ricas.

Tabela 3.3.3f – Participação nas Despesas com Educação por Faixas de Renda (*)

	2002/2003	2008/2009
--	-----------	-----------

Faixas de Renda	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
7. Educação	1%	2%	3%	5%	6%	2%	2%	3%	4%	4%
7.1 Curso regular	0%	0%	1%	2%	2%	0%	0%	1%	1%	1%
7.2 Curso superior	0%	0%	1%	2%	2%	0%	0%	1%	1%	1%
7.3 Outros cursos	0%	0%	1%	1%	1%	0%	0%	1%	1%	1%
7.4 Livros didáticos	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
7.5 Artigos escolares	1%	1%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Vale ressaltar que Saúde e Educação têm serviços gratuitamente ofertados pelo setor público; a queda de sua participação pode significar, também, que se está recorrendo aos serviços públicos com maior frequência.

A queda da participação nas despesas com Recreação – que é maior conforme a renda - também foi relevante e pode ser explicada por motivos semelhantes à da Educação e da Saúde: ganharam participação até o quinto decil e perderam nos demais. Já o movimento das despesas com Fumo reflete uma tendência cultural, em parte explicada por políticas públicas voltadas para a redução do tabagismo. As demais categorias de despesas de tiveram variações muito pequenas.

O crescimento da categoria Aumento do Ativo foi inteiramente puxado pela aquisição de imóveis, enquanto o da redução de passivo foi dominado pela amortização de empréstimos (tabela 3.3.2h). O crescimento das duas categorias é compatível com o a valorização do salário real e com a expansão do emprego formal. A redução da propensão a consumir, juntamente com esse aumento da participação das despesas com amortização de empréstimos, mostra que as famílias brasileiras muito se beneficiaram do aumento de rendimentos para reorganizar suas contas.

Ambas as categorias tem maior participação entre as famílias mais ricas, puxadas por empréstimos e aquisições de imóveis – e ambas ganharam ou mantiveram participação em todas as faixas. Os empréstimos cresceram muito até o sétimo decil, enquanto a aquisição de imóveis cresceu mais entre o quinto e o nono (tabela 3.3.3h).

Tabela 3.3.2h – Aumento do Ativo e Redução do passivo (*)

	2002/2003	2008/2009
13. Aumento do Ativo	5,4%	7,2%
13.1 Aquisição de imóvel	3,0%	4,8%
13.2 Reforma de imóvel	2,4%	2,3%
14. Redução do Passivo	2,4%	2,6%
14.1 Empréstimo	1,3%	1,8%
14.2 Prestação de imóvel	1,1%	0,8%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 3.3.3h – Aumento do Ativo e Redução do passivo por faixas de renda (*)

Faixas de Renda	2002/2003					2008/2009				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Aumento do Ativo	3%	3%	4%	5%	8%	3%	3%	5%	6%	12%
Aquisição de imóvel	1%	1%	1%	2%	6%	1%	1%	2%	4%	9%
Reforma de imóvel	2%	2%	3%	3%	2%	2%	2%	3%	2%	2%
Redução do Passivo	1%	1%	2%	3%	3%	1%	2%	3%	3%	3%
Empréstimo	0%	1%	1%	2%	2%	1%	1%	2%	2%	2%
Prestação de imóvel	1%	1%	1%	1%	2%	0%	1%	1%	1%	1%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Conclui-se que entre 2003 e 2009, o padrão de consumo agregado não apresentou grandes transformações – ao menos quando comparadas à dimensão do movimento de redistribuição de renda. A principal mudança captada pela POF foi o direcionamento das despesas para a aquisição de bens duráveis: imóveis, automóveis apresentaram um crescimento bastante relevante na participação, enquanto eletrodomésticos também ganharam espaço. De um modo geral, cresceu a participação de despesas típicas de trabalhadores assalariados formais, que exigem financiamento e rendimentos mensais constantes - dentre as quais a aquisição de bens duráveis se encaixa - bem como os aluguéis e condomínio, os planos de saúde e o pagamento de empréstimos.

Adicionalmente, entre as duas edições da POF houve uma pequena homogeneização da repartição das despesas em diferentes faixas de renda. No entanto, podem ser observadas duas respostas distintas do consumo em relação às transformações do período. Para as famílias até os 50% mais pobres, o aumento da renda permitiu gastar uma proporção muito menor – ainda que alta - de seu orçamento com alimentos e deslocar gastos para todas as demais categorias. A partir da terceira faixa de renda, o aumento da renda permitiu gastar menos com alimentos e com outros bens de consumo não duráveis, como roupas e artigos de higiene pessoal. Entretanto, destinaram uma parcela menor do orçamento a categorias de despesas tipicamente mais relevantes nas famílias mais ricas, como saúde, educação e recreação. Uma hipótese é de que isso tenha acontecido por pressão de preços relacionados a Habitação, Transportes, Aumento do Ativo e Redução do Passivo, deslocando gastos para essas categorias, que tiveram em comum o crescimento puxado pela aquisição de bens duráveis. A homogeneização dos padrões de consumo entre as diversas faixas ocorreu, portanto, porque as famílias mais pobres diversificaram o seu gasto, enquanto as de renda

mais alta concentraram em algumas categorias. Essas tendências distintas estão de acordo com o que ocorreu na propensão a consumir: enquanto as famílias mais pobres usaram o aumento da renda para poupar mais, as famílias mais ricas estão consumindo mais.

É interessante observar ainda que a faixa do meio – entre o quinto e o sétimo decil – seguiu o comportamento das faixas de renda mais pobres em algumas categorias de despesas e dos mais ricos em outras. Isso implica a necessidade de maior cuidado ao classificar as famílias entre quinto e o nono decil de distribuição de renda como uma classe média homogênea.

3.4 As Elasticidades-Renda das Categorias de Despesas

A mudança nos padrões de consumo das faixas de renda aqui utilizadas fica ainda mais clara quando a evolução das despesas totais em cada categoria é comparada com a valorização da renda real ocorrida durante o período (tabela 3.3.1.2). Destacam-se a alta resposta ao aumento da renda das despesas com Alimentação Fora de Casa, Habitação (puxada por aluguéis, manutenção do lar e eletrodomésticos), Transportes (por conta de despesas relacionadas a veículos), Aumento do Ativo (puxada pela aquisição de imóveis) e Redução do Passivo (dominada pelos empréstimos) enquanto as despesas com recreação e educação cresceram menos que proporcionalmente ao aumento da renda – esta última puxada pela baixa resposta de cursos regulares e superiores ao aumento da renda.

Tabela 3.4.1– Elasticidade-Renda das Despesas por Categoria – Agregado (*)⁴⁰

1. Alimentação	0,9
1.1 Alimentação em casa	0,7
1.2 Alimentação fora de casa	1,3
1.2.1 Almoço e jantar	1,9
1.2.2 Bebidas não-alcóolicas	7,6
1.2.3 Lanches	-0,1
1.2.4 Bebidas Alcóolicas	7,6
1.2.5 Outros	2,1
2. Habitação	1,1
2.1 Aluguel	1,4
2.2 Condomínio	1,5
2.3 Energia elétrica	1,0
2.4 Telefone, pacote de tevê e internet	1,0

⁴⁰ A elasticidade-renda da despesa foi calculada dividindo a variação percentual no total do valor gasto em cada categoria pela variação percentual no total da renda, a preços de 2003.

2.5 Gás doméstico	0,3
2.6 Água e esgoto	1,2
2.7 Outros serviços e taxas	1,0
2.8 Manutenção do lar e artigos de limpeza	1,1
2.9 Mobiliários	0,9
2.10 Eletrodomésticos	1,2
3. Vestuário	0,9
4. Transporte	1,1
4.1 Transporte Urbano	1,0
4.2 Combustível	0,9
4.3 Manutenção	1,1
4.4 Aquisição de veículos	1,4
4.5 Outras despesas	1,1
5. Higiene e Cuidados	1,0
6. Saúde	0,9
6.1 Medicamentos	1,0
6.2 Planos de Saúde	1,3
6.3 Consultas e Exames	0,3
6.4 Hospital e Cirurgias	0,4
6.5 Tratamentos	0,9
6.6 Outras	0,9
7. Educação	0,3
7.1 Curso regular	0,1
7.2 Curso superior	0,3
7.3 Outros cursos	0,9
7.4 Livros didáticos	0,9
7.5 Artigos escolares	0,2
8. Recreação	0,5
9. Fumo	0,6
10. Serviços Pessoais	0,9
11. Despesas Diversas de Consumo	0,9
Despesas de Consumo (1 a 11)	0,2
12. Outras Despesas Correntes	0,5
Despesas Correntes (1 a 12)	0,9
13. Aumento do Ativo	1,7
13.1 Aquisição de imóvel	2,3
13.2 Reforma de imóvel	0,9
14. Redução do Passivo	1,2
14.1 Empréstimo	1,8
14.2 Prestação de imóvel	0,4

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE e do IPCA-IBGE

Observando a elasticidade-renda decomposta para cada faixa de renda (tabela 3.4.2), fica evidente que as famílias das faixas de renda mais baixas responderam mais intensamente à valorização da renda, com destaque para aluguel e condomínio, despesas relacionadas a veículos e alimentação fora de casa. Por outro lado, as famílias a partir do

quinto decil aumentaram a proporção de suas despesas gastas com aquisição de imóveis em escala superior ao aumento da renda, enquanto essa resposta em outras categorias de despesas foi menor, confirmando a hipótese de que haviam deslocado despesas de outras finalidades para os imóveis.

Tabela 3.4.2 – Elasticidade-renda das Categorias de Despesas por Faixas de Renda^(*)

	Até 2º decil	Entre o 2º e 5º decil	Entre o 5º e 07º decil	Entre o 7º e 9º decil	9º decil
1. Alimentação	0,8	0,7	0,9	1,0	0,9
1.1 Alimentação em casa	0,7	0,6	0,7	0,9	0,5
1.2 Alimentação fora de casa	1,2	1,3	1,3	1,2	1,6
1.2.1 Almoço e jantar	2,9	2,5	2,1	1,8	2,1
1.2.2 Bebidas não-alcólicas	9,7	9,7	10,4	8,3	5,8
1.2.3 Lanches	-0,1	0,0	-0,2	-0,2	-0,2
1.2.4 Bebidas Alcólicas	2,1	5,4	10,4	8,3	3,4
1.2.5 Outros	1,7	1,7	2,2	1,0	1,0
2. Habitação	1,0	1,0	1,1	1,1	1,2
2.1 Aluguel	1,7	1,7	1,4	1,8	1,0
2.2 Condomínio	1,0	3,2	1,8	1,6	1,4
2.3 Energia elétrica	1,4	1,2	1,1	1,0	0,9
2.4 Telefone, pacote de tv e internet	1,3	1,4	1,1	1,0	0,8
2.5 Gás doméstico	0,4	0,2	0,2	0,3	0,1
2.6 Água e esgoto	1,4	1,1	1,3	1,3	1,6
2.7 Outros serviços e taxas	-0,5	-0,1	0,2	0,7	1,4
2.8 Manutenção do lar e artigos de limpeza	0,8	0,9	1,0	1,2	1,5
2.9 Mobiliários	0,7	0,8	0,9	0,9	1,2
2.10 Eletrodomésticos	1,4	1,3	1,3	1,0	1,3
	Até 2º decil	Entre o 2º e 5º decil	Entre o 5º e 07º decil	Entre o 7º e 9º decil	9º decil
3. Vestuário	1,1	0,9	0,8	0,8	1,0
3.1 Roupas e tecidos	1,1	0,9	0,8	0,8	0,9
3.2 Calçados e acessórios	1,0	0,9	0,8	0,8	1,3
4. Transporte	1,3	1,4	1,3	1,0	1,1
4.1 Transporte Urbano	1,1	1,2	1,1	0,8	0,6
4.2 Combustível	1,9	1,7	1,1	0,9	0,6
4.3 Manutenção	1,8	1,9	1,4	1,0	1,0
4.4 Aquisição de veículos	1,8	1,7	1,7	1,3	1,4
4.5 Outras despesas	0,5	0,9	1,0	0,9	1,5
5. Higiene e Cuidados	1,1	1,2	0,9	1,0	1,0
6. Saúde	1,2	1,0	0,9	1,0	1,0
6.1 Medicamentos	1,0	1,0	1,0	1,2	1,2
6.2 Planos de Saúde	1,0	1,7	1,3	1,4	1,4

6.3 Consultas e Exames	1,3	0,8	0,3	0,2	0,4
6.4 Hospital e Cirurgias	3,1	1,0	1,0	2,2	-0,5
6.5 Tratamentos	2,0	1,0	1,0	1,0	1,5
6.6 Outras	1,0	1,0	1,0	-1,4	-1,3
7. Educação	1,2	1,1	0,6	0,4	0,2
7.1 Curso regular	0,9	0,9	0,2	0,1	0,1
7.2 Curso superior	0,9	3,0	1,6	0,3	-0,1
7.3 Outros cursos	2,0	0,9	0,6	0,7	0,8
7.4 Livros didáticos	0,9	0,9	0,9	-0,2	1,0
7.5 Artigos escolares	0,9	0,5	0,9	0,2	-0,2
7.6 Outras	-0,1	0,9	0,2	0,4	1,0
8. Recreação	1,7	1,2	0,6	0,3	0,5
9. Fumo	0,5	0,5	0,7	0,2	-0,2
10. Serviços Pessoais	1,5	1,7	1,4	1,2	1,0
11. Despesas Diversas de Consumo	1,1	1,0	0,9	0,9	0,8
11.1 Jogos e apostas	0,4	1,6	0,9	0,4	0,9
11.2 Comunicação	0,9	0,5	0,4	0,2	0,9
11.3 Cerimônias, festas e imóveis de uso ocasional	1,3	0,9	0,7	0,9	0,9
11.4 Serviços profissionais	1,9	0,9	1,5	0,9	0,1
11.5 Outras DD	0,9	0,9	0,9	1,3	1,7
Despesas de Consumo (1 a 11)	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
12. Outras Despesas Correntes	1,5	1,1	0,7	0,7	0,3
12.1 Impostos	2,7	1,4	0,7	1,0	1,1
12.2 Contribuições trabalhistas	-0,1	-0,1	0,2	0,9	0,9
12.3 Serviços bancários	0,9	0,9	0,6	-0,1	-0,4
12.4 Pensões, mesadas e doações	0,3	0,9	0,8	0,9	0,0
12.5 Previdência privada	0,9	0,9	0,9	0,9	0,0
12.6 Outras DC	0,9	0,9	0,9	-0,6	0,1
Despesas Correntes (1 a 12)	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9
	Até 2º decil	Entre o 2º e 5º decil	Entre o 5º e 07º decil	Entre o 7º e 9º decil	9º decil
13. Aumento do Ativo	1,1	0,8	1,5	1,8	2,1
13.1 Aquisição de imóvel	2,1	1,7	3,2	3,7	2,2
13.2 Reforma de imóvel	0,6	0,5	0,8	0,6	1,6
14. Redução do Passivo	1,7	1,8	1,7	1,0	1,1
14.1 Empréstimo	3,7	2,6	2,6	1,6	1,7
14.2 Prestação de imóvel	0,1	0,6	0,8	0,2	0,4

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE e do IPCA-IBGE

3.5) Padrões de Consumo Regionais

Quando aberto por regiões geográficas, por estratos rurais e urbanos e por regiões metropolitanas e demais áreas, o padrão de consumo médio apresenta especificidades. A

tabela 3.5.1 mostra que quanto maior a renda per capita menor a participação média das despesas e da renda no consumo. Entre 2003 e 2009, as famílias regiões Norte e Nordeste, com menor renda per capita, reduziram tanto a proporção das despesas quanto a propensão a consumir, enquanto as famílias do Sul e Sudeste aumentaram. A região Sudeste, embora tenha a renda per capita mais alta, também reduziu ambas as proporções. Tanto famílias rurais quanto urbanas e habitantes das regiões metropolitanas reduziram a proporção de despesas e consumo.

Tabela 3.5.1 – Participação das despesas na renda e propensão a consumir, por divisão regional (*)

	2002/2003		2008/2009	
	Despesas/Renda	Propensão a Consumir	Despesas/Renda	Propensão a Consumir
Norte	95%	85%	94%	82%
Nordeste	97%	87%	91%	80%
Sudeste	88%	74%	86%	73%
Sul	89%	77%	94%	78%
Centro-oeste	90%	78%	93%	79%
RM	87%	74%	86%	73%
Rural	95%	85%	93%	82%
Urbana	89%	77%	82%	69%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Decompondo as despesas em grandes categorias, pode se observar que no início do período (tabela 3.5.2) as famílias do Norte e Nordeste gastam uma proporção maior de seu orçamento com categorias ligadas ao consumo de bens não duráveis, como Alimentação em casa, Habitação, Vestuário e Higiene e Cuidados⁴¹. Já as regiões Centro-Oeste e Sul, com renda per capita mais alta, possuíam uma maior proporção das despesas empregada em categorias relacionadas à posse de bens duráveis, como Habitação, Aumento do Ativo e Transportes. Por fim, a região Sudeste, onde estão localizadas as grandes metrópoles, tem um padrão de consumo mais intensivo em serviços, disponibilizando uma maior parcela do orçamento com Saúde, Educação, Recreação e Serviços Pessoais. Em comparação com a

⁴¹ Por motivos de simplificação, na análise regional foram trabalhadas apenas as categorias de despesa agregadas por finalidade, sem suas subdivisões.

edição de 2002/2003, o comportamento das despesas regionais na edição de 2008/2009 seguiu as tendências nacionais, com pequenas diferenças.

Tabela 3.5.2 – Evolução da Participação nas Despesas por Região Geográfica (*)

	2002/2003					2008/2009				
	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO
1. Alimentação	26%	26%	18%	18%	17%	25%	23%	17%	17%	17%
1.1 Alimentação em casa	21%	21%	14%	14%	13%	20%	18%	11%	13%	12%
1.2 Alimentação fora de casa	5%	5%	5%	4%	4%	5%	5%	6%	5%	5%
2. Habitação	21%	21%	22%	23%	22%	21%	21%	24%	21%	24%
3. Vestuário	7%	7%	5%	5%	6%	7%	6%	5%	6%	5%
4. Transporte	17%	17%	18%	21%	21%	17%	19%	20%	21%	21%
5. Higiene e Cuidados	3%	3%	2%	2%	2%	4%	3%	2%	2%	2%
6. Saúde	5%	6%	7%	6%	7%	5%	6%	7%	7%	6%
7. Educação	3%	3%	5%	4%	4%	3%	3%	4%	3%	3%
8. Recreação	2%	2%	3%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
9. Fumo	1%	1%	1%	1%	1%	0%	1%	1%	1%	1%
10. Serviços Pessoais	3%	3%	3%	3%	3%	1%	1%	1%	1%	1%
11. Despesas Diversas de Consumo	2%	2%	3%	3%	4%	3%	3%	3%	4%	3%
Despesas de Consumo (1 a 11)	90%	90%	87%	88%	89%	88%	87%	85%	83%	85%
12. Outras Despesas Correntes	4%	4%	7%	6%	5%	1%	1%	3%	3%	3%
Despesas Correntes (1 a 12)	94%	94%	94%	93%	95%	89%	89%	88%	85%	88%
13. Aumento do Ativo	5%	5%	6%	6%	6%	6%	6%	7%	10%	7%
14. Redução do Passivo	2%	2%	3%	2%	2%	3%	3%	3%	2%	3%

(*)Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

As despesas separadas por famílias residentes em áreas rurais e urbanas apresentam comportamento semelhante. Para as famílias rurais, a participação média da Alimentação em casa no orçamento é muito superior às famílias urbanas, que possuem um padrão de consumo mais diversificado. Do mesmo modo, famílias fora das regiões metropolitanas têm as despesas mais intensivas em alimentação. (tabela 3.5.3)

Entre as duas edições da pesquisa, os padrões de consumo para as três segmentações seguiram as tendências nacionais. Entretanto, as variações foram mais intensas para as famílias rurais.

Tabela 3.5.3 – Evolução da Participação nas Despesas por Divisão Regional(*)

	2002/2003	2008/2009
--	-----------	-----------

	Urbano	Rural	RM's	Urbano	Rural	RM's
1. Alimentação	18,7%	29,8%	17,7%	17,7%	25,0%	17,1%
1. Alimentação em Casa	14,0%	26,0%	12,4%	12,3%	21,1%	11,0%
1.2. Alimentação fora de casa	4,7%	3,8%	5,3%	5,4%	3,9%	6,1%
2. Habitação	16,4%	17,4%	22,5%	23,3%	18,6%	23,9%
3. Vestuário	3,1%	5,8%	4,7%	5,1%	5,7%	4,6%
4. Transporte	21,3%	21,0%	18,5%	19,4%	22,6%	19,3%
5. Higiene e cuidados	2,7%	2,6%	2,1%	2,3%	2,8%	2,1%
6. Saúde	8,4%	6,5%	6,6%	6,9%	6,4%	6,7%
7. Educação	5,2%	1,4%	5,2%	3,3%	1,4%	3,7%
8. Recreação	2,7%	1,1%	2,8%	2,1%	1,2%	2,2%
9. Fumo	0,9%	1,0%	0,6%	0,5%	0,7%	0,5%
10. Serviços pessoais	1,3%	0,6%	1,1%	1,1%	0,8%	1,2%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

As tabelas 7.18 a 7.25 do Anexo mostram a evolução das despesas por faixa de renda em cada segmentação regional. Partindo dos dados da edição de 2002/2003, observa-se que, para as mesmas faixas de renda⁴², o padrão de despesas segue a tendência de cada região. Por exemplo, as famílias do último decil que vivem no Norte e Nordeste empregam uma maior proporção das despesas com Alimentação em casa e Vestuário que as famílias do último decil que vivem no Sul e Sudeste. Adicionalmente, nas segmentações com menor renda média – como é o caso das regiões Norte e Nordeste e dos domicílios rurais – a disparidade entre as faixas de renda na parcela da despesa gasta com alimentação em casa é muito maior.

3.6 Evolução da Participação no Mercado

As tabelas 3.6.1 mostram a participação das faixas de renda no total das despesas de cada uma das categorias de despesa nas duas últimas edições da POF. A parte esquerda da tabela, com os dados do início do período evidencia que, com exceção da Alimentação em casa e do Fumo – cuja participação de cada faixa de renda é próxima e à participação na população - todas as categorias tem sua demanda concentrada do sétimo decil para cima. As categorias mais concentradas nas famílias de renda mais alta são Educação, Outras Despesas Correntes e Aumento do Ativo.

⁴² Em todas as segmentações regionais foram utilizadas, para cada ano, as mesmas faixas de renda da análise nacional. Ex: 10% mais ricos do Norte não são as famílias 10% mais ricas daquela região, mas as famílias pertencentes às 10% mais ricas do país que moram na região Norte.

Tabela 3.6.1 – Evolução da participação das faixas de renda no total do mercado, por categoria de despesa (*)

Participação no Mercado										
	2002/2003					2008/2009				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Alimentação em casa	14%	26%	20%	23%	17%	15%	26%	19%	25%	15%
Alimentação fora de casa	5%	14%	16%	31%	33%	6%	15%	16%	29%	34%
Habitação	7%	17%	18%	28%	30%	7%	18%	17%	28%	30%
Vestuário	8%	19%	19%	29%	25%	9%	20%	18%	27%	25%
Transporte	4%	12%	15%	32%	37%	5%	13%	14%	27%	40%
Higiene e Cuidados	9%	21%	21%	28%	21%	10%	23%	20%	26%	20%
Saúde	5%	14%	16%	29%	36%	5%	15%	16%	29%	35%
Educação	2%	6%	12%	37%	45%	3%	9%	13%	35%	39%
Recreação	3%	11%	15%	33%	38%	5%	14%	15%	29%	37%
Fumo	12%	27%	21%	22%	17%	14%	28%	22%	22%	14%
Serviços Pessoais	5%	15%	16%	31%	33%	6%	16%	17%	30%	31%
Despesas Diversas de Consumo	4%	13%	14%	27%	43%	5%	13%	14%	27%	40%
Outras Despesas Correntes	2%	7%	13%	28%	51%	3%	10%	13%	29%	45%
Aumento do Ativo	3%	9%	12%	25%	50%	3%	7%	11%	25%	54%
Redução do Passivo	2%	9%	13%	33%	43%	3%	12%	16%	30%	40%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

A tabela 3.6.1 mostra que, com exceção de Aumento do Ativo, as famílias até o quinto decil de renda per capita ganharam participação em todas as categorias de despesa, em detrimento da participação das famílias a partir do sétimo decil. Vimos anteriormente que as famílias do último decil expandiram a participação das despesas com aquisição de veículos e imóveis em detrimento de outras categorias de despesas, o que condiz com o aumento da participação no mercado de ambos os bens.

De modo geral, é possível dizer que durante o período analisado o padrão de divisão dos mercados esteve ainda mais constante que o padrão de consumo. Embora as faixas de renda mais baixas tenham ganhado participação, o fizeram de forma muito sutil.

Já a tabela 3.6.2 mostra a evolução da participação das regiões geográficas nas categorias de despesas. No início do período, apenas Alimentação em Casa, Higiene e Cuidados e Vestuário – como já foi ressaltado anteriormente, categorias ligadas a bens não duráveis de baixo valor unitário – apresentavam distribuição da participação próxima à divisão populacional entre as regiões. As demais categorias tinham a demanda concentradas no Sul e no Sudeste, em detrimento das demais regiões.

Tabela 3.6.2 – Evolução da participação das regiões geográficas no total do mercado, por categoria de despesa (*)

Participação no mercado										
	2002/2003					2008/2009				
	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO
Alimentação	6%	23%	49%	16%	6%	8%	24%	45%	17%	7%
Alimentação fora de casa	5%	17%	56%	15%	6%	5%	16%	56%	16%	7%
Habitação	4%	16%	55%	18%	7%	5%	16%	54%	17%	8%
Vestuário	6%	20%	48%	18%	8%	7%	20%	47%	19%	7%
Transporte	4%	15%	54%	19%	8%	5%	16%	52%	19%	8%
Higiene e Cuidados	7%	22%	49%	15%	7%	8%	22%	46%	16%	8%
Saúde	4%	15%	58%	16%	7%	4%	16%	57%	17%	7%
Educação	3%	14%	62%	14%	7%	4%	16%	58%	15%	7%
Recreação	5%	15%	57%	17%	7%	5%	15%	55%	18%	6%
Fumo	5%	14%	58%	17%	7%	4%	14%	57%	19%	6%
Serviços Pessoais	2%	10%	39%	38%	11%	5%	17%	56%	14%	8%
Despesas Diversas de Consumo	5%	14%	57%	17%	7%	5%	15%	52%	21%	7%
Outras Despesas Correntes	3%	11%	64%	16%	6%	3%	13%	60%	17%	7%
Aumento do Ativo	5%	16%	54%	18%	7%	5%	14%	48%	25%	7%
Redução do Passivo	3,6%	13,6%	60,5%	16,1%	6,3%	6%	18%	53%	15%	7%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Na edição seguinte, a pesquisa mostrou uma perda da participação da região Sudeste em todas as categorias, com exceção de Alimentação fora de casa e Transporte.

Já as regiões Norte e Nordeste ganharam participação em todas as categorias menos Alimentação fora de casa e Aumento do Ativo. A região Sul e a região Centro-Oeste perderam participação em algumas categorias e ganharam em outras.

O crescimento das regiões Norte e Nordeste em diversas categorias pode ser atribuído em parte ao maior crescimento populacional nas duas regiões. Entretanto, na maioria das categorias o aumento da participação das despesas supera o da população, indicando que o consumo nas duas regiões foi beneficiado pelo aumento do poder aquisitivo das famílias mais pobres. O mesmo fator explica o Centro-Oeste ter ganhado mercado em algumas categorias de despesa a despeito de ter perdido participação no total da população.

De um modo geral, os mercados são também mais concentrados nas famílias urbanas e das regiões metropolitanas. Assim como ocorreu na divisão dos mercados por regiões geográficas, as despesas são mais próximas da repartição populacional entre rural-urbano / RM-fora nas categorias de despesas associadas a bens de consumo não duráveis, como alimentação, vestuário, higiene e cuidados e fumo. Nas demais categorias há uma concentração de despesas na região com maior renda per capita média (urbana e metropolitana, respectivamente).

Entre as duas edições da pesquisa, a divisão das despesas entre famílias rurais e urbanas e dentro e fora de regiões metropolitanas também seguiu a influência das tendências demográficas e de renda.. A participação das famílias urbanas cresceu um pouco em todas as categorias de despesas, em proporção próxima à variação da participação populacional. (tabela 3.6.3). Do mesmo modo, a participação das famílias não-metropolitanas nos mercados também cresceu; entretanto, devido ao efeito da maior valorização da renda média per capita dessas famílias, o crescimento da participação nos mercados foi superior ao crescimento na participação populacional

Tabela 3.6.3 – Evolução da participação das famílias residentes em áreas rurais ou urbanas no total do mercado, por categoria de despesa (*)

Participação no mercado				
	2002/2003		2008/2009	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Alimentação	87%	13%	88%	12%
Alimentação fora de casa	94%	6%	94%	6%
Habitação	93%	7%	94%	6%
Vestuário	91%	9%	93%	7%
Transporte	91%	9%	92%	8%
Higiene e Cuidados	90%	10%	92%	8%
Saúde	92%	8%	93%	7%
Educação	96%	4%	98%	2%
Recreação	96%	4%	96%	4%
Fumo	89%	11%	90%	10%
Serviços Pessoais	95%	5%	95%	5%
Despesas Diversas de Consumo	92%	8%	93%	7%
Outras Despesas Correntes	95%	5%	96%	4%
Aumento do Ativo	93%	7%	92%	8%
Redução do Passivo	92%	8%	95%	5%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 3.6.4 – Evolução da participação das famílias residentes em regiões metropolitanas ou fora delas no total do mercado, por categoria de despesa (*)

Participação no mercado				
	2002/2003		2008/2009	
	Fora	RM's	Fora	RM's
Alimentação	65%	35%	66%	34%
Alimentação fora de casa	51%	49%	53%	47%
Habitação	41%	59%	57%	43%
Vestuário	60%	40%	64%	36%
Transporte	56%	44%	60%	40%
Higiene e Cuidados	61%	39%	64%	36%
Saúde	58%	42%	59%	41%
Educação	47%	53%	52%	48%
Recreação	48%	52%	36%	64%
Fumo	62%	38%	62%	38%
Serviços Pessoais	55%	45%	58%	42%
Despesas Diversas de Consumo	57%	43%	61%	39%
Outras Despesas Correntes	51%	49%	55%	45%
Aumento do Ativo	60%	40%	58%	42%
Redução do Passivo	51%	49%	60%	40%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

3.7 Considerações Finais

Em resumo, a análise da evolução das despesas das famílias brasileiras entre 2003 e 2009 mostrou que, a despeito da intensa valorização de rendimentos ocorrida no período – sobretudo nas famílias até o quinto decil da renda per capita – o padrão de consumo pouco se alterou. Relativamente, a maior transformação ocorreu justamente no padrão de consumo das famílias mais pobres, que beneficiadas pela alta valorização da renda puderam reduzir a parcela de seus gastos essenciais com alimentação doméstica e diversificar seu padrão de consumo, passando a consumir bens e serviços. Por outro lado, as famílias mais ricas direcionaram seus gastos para imóveis e para a aquisição de bens duráveis de alto valor unitário. Em todas as faixas de renda e divisões regionais, as famílias aumentaram suas despesas com amortização de empréstimos e reduziram sua propensão a consumir, aliviando o endividamento. O resultado líquido foi uma maior aproximação do padrão de consumo entre famílias mais ricas e mais pobres, regiões com renda per capita mais alta e mais baixa, ainda que em pequena escala.

Entretanto, quando se observa a evolução da participação por faixa de renda e por regiões no total do mercado de cada categoria, as transformações parecem ainda mais sutis. É como se o crescimento do consumo das famílias mais pobres tivesse sido mais relevante para as próprias famílias beneficiadas do que em termos agregados.

Até aqui não foi feita qualquer distinção qualitativa entre os bens e serviços consumidos pelas famílias de faixas de renda e regiões diferentes. Tais diferenças serão tratadas para um conjunto selecionado de bens e serviços no próximo capítulo.

4. Análise das Pesquisas de Orçamentos Familiares de 2002/2003 e 2008/2009: Mudanças Qualitativas no Padrão de Consumo

O presente capítulo será destinado a qualificar o consumo em alimentação no domicílio, habitação, bens duráveis, imóveis e alguns tipos de serviços e taxas com despesas de habitação selecionados para as diversas faixas de renda e regiões. Aqui o objetivo foi selecionar tanto os chamados “bens-salário”, com alta participação nas despesas das famílias mais pobres – e que mantiveram a alta participação mesmo com a redistribuição de renda em favor dessas famílias - quanto os bens e serviços que são incorporados à medida que a renda cresce e que com a redistribuição de renda passaram a ocupar um maior espaço nas despesas das famílias até o quinto decil.

A atenção dada aos duráveis justifica-se pela discussão anterior acerca da relevância de sua demanda para a internalização da produção industrial e da interação dessa demanda com a distribuição de renda. Adicionalmente, foi levantada a necessidade de relacionar o padrão recente de difusão de bens duráveis com suas diferenças qualitativas, tanto por faixa de renda quanto regionais.

Já os serviços e taxas serão examinados por dois fatores. Primeiro, assim como foi visto no capítulo anterior, é crescente o peso no orçamento de serviços públicos determinados por tarifas administradas relacionadas à habitação, energia e gás doméstico, e do transporte público no orçamento de famílias urbanas de baixa renda (Rocha (1995), Stivale e Gomide (2010), Silveira et al (2010)). É interessante observar qual a interação do peso desses serviços essenciais no orçamento das famílias com a melhoria na distribuição de renda.

Segundo, uma melhoria nessa distribuição costuma ser acompanhada de uma diversificação dos padrões de consumo, com a incorporação de novos serviços, sobretudo nas áreas urbanas (Wells 1976, Saboia 1982). Entretanto, a análise das POF's anteriores mostrou que os mercados para serviços de saúde e educação eram extremamente concertados nas faixas de renda superiores (Diniz *et al* (2010), Castro e Vaz (2010)).

No capítulo anterior, a análise da participação das faixas de renda no mercado mostrou que as famílias até o sétimo decil tiveram um ganho de participação, ainda que muito pequeno, nos gastos com Educação e Saúde; aqui se quer saber em que medida os serviços foram responsáveis por essa desconcentração. Serão analisados os gastos com cursos regulares e superiores e com planos de saúde.

A alimentação em casa será dividida em subcategorias. O consumo de bens duráveis por faixa de rendimento será dividido nos seguintes critérios: tipo do bem consumido, gasto médio, forma de obtenção, estado de aquisição e participação de cada faixa de renda no mercado. Já dos serviços selecionados serão calculados, além da participação por faixa de renda no mercado, o gasto médio e o peso médio da despesa na renda média mensal domiciliar. Os mesmos procedimentos, em ambos os casos, serão repetidos para cada região, famílias rurais e urbanas e regiões metropolitanas.

Deve ser ressaltado que a POF não faz qualquer distinção qualitativa dos bens e serviços adquiridos. A observação do gasto médio, do número de bens possuídos ou contratados por unidade familiar, da participação na renda e do mercado de segunda mão se tornará uma *proxy* das diferenças qualitativas no consumo das faixas de rendimentos adotadas.

4.1 A evolução no padrão de consumo em alimentação no domicílio

Anteriormente, a alimentação no domicílio foi considerada como um bloco homogêneo na análise da participação das categorias de despesas no total. Isso foi feito tanto pelo seu grande número de subcategorias⁴³ quanto pela essencialidade do gasto com alimentação doméstica e sua tendência clara de perder participação nas despesas à medida que a renda aumenta. Entretanto, há de se esperar que o padrão de consumo em alimentação tenha diferenças qualitativas entre as faixas de renda e as regiões.

Inicialmente, observa-se como evoluiu o padrão agregado de consumo em alimentação entre as duas últimas POF's. Parte-se de como se divide, por subcategorias, o valor do consumo em alimentação para as diferentes faixas de renda (Tabela 4.1.1).

As principais mudanças no padrão de consumo agregado foram a redução da participação dos cereais, dos açúcares e dos óleos e gorduras em benefício das carnes e pescados e dos alimentos industrializados, como panificados, laticínios e preparados.

⁴³ O gasto com alimentação da POF é extremamente detalhado, pois a pesquisa é utilizada como referência em estudos nutricionais.

Tabela 4.1.1 – Evolução do padrão de consumo em alimentação no domicílio (*)

	2002/2003	2008/2009
Cereais	10%	8%
Farinhas e massas	5%	5%
Legumes e verduras	9%	5%
Açúcares	6%	5%
Frutas	4%	5%
Carnes, vísceras e pescados	17%	22%
Aves e ovos	6%	6%
Laticínios	11%	12%
Panificados	11%	12%
Óleos e gorduras	3%	2%
Bebidas	8%	11%
Alimentos preparados	6%	7%
Outros alimentos	3%	5%
Total	100%	100%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Quando separado por faixas de renda, o padrão de consumo em alimentação é muito intensivo em cereais, carnes e aves para as famílias mais pobres. (Tabela 4.1.2) A medida que passamos para faixa de rendas mais altas, as despesas com alimentação vão se diversificando. As famílias mais ricas também passam a gastar menos com açúcares e óleos e gorduras. Panificados e laticínios, que já representam uma alta proporção das despesas com alimentação para as famílias das duas primeiras faixas de renda, ganham importância quando a renda aumenta.

Alguns segmentos de alimentação ganham participação entre a primeira e a segunda faixa de renda –como é o caso de carnes e pescados e legumes - e posteriormente perdem a medida que nos direcionamos para as faixas de renda mais altas, o que indica que há um “gasto reprimido” nesse segmento para os muito pobres.

Entre as duas edições, demonstra-se que de um modo geral as participações das subcategorias de alimentação no total para cada faixa de renda seguiram as tendências do agregado. Porém, as faixas de renda mais baixas foram mais sensíveis. Comparando as tendências da tabela 4.1.2 com a anterior, é possível depreender que, com a exceção de carnes e pescados, os alimentos que tiveram sua proporção na despesa reduzida foram justamente aqueles que perdem importância à medida que a renda aumenta.

Tabela 4.1.2 – Evolução do Padrão de Consumo em Alimentação no Domicílio, por faixas de renda (*)

Alimentos por faixa de renda	2002/2003					2008/2009				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Cereais	18%	14%	9%	7%	5%	13%	10%	7%	6%	4%
Farinhas e massas	3%	2%	2%	2%	2%	5%	6%	6%	4%	4%
Legumes e verduras	3%	5%	5%	5%	4%	4%	5%	5%	5%	5%
Açúcares	8%	7%	6%	6%	6%	5%	4%	4%	5%	6%
Frutas	2%	3%	4%	5%	6%	3%	4%	4%	5%	7%
Carnes, vísceras e pescados	19%	20%	20%	19%	16%	23%	23%	23%	22%	18%
Aves e ovos	9%	8%	7%	6%	5%	9%	8%	6%	6%	5%
Laticínios	9%	10%	13%	13%	15%	9%	11%	11%	12%	14%
Panificados	11%	11%	13%	12%	11%	11%	11%	11%	10%	10%
Óleos e gorduras	5%	4%	3%	3%	3%	3%	3%	2%	2%	2%
Bebidas	6%	8%	9%	10%	12%	7%	9%	10%	11%	13%
Alimentos preparados	5%	5%	6%	9%	9%	5%	6%	7%	8%	9%
Outros alimentos	3%	4%	3%	3%	5%	4%	3%	5%	6%	6%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

O padrão de consumo em alimentação também apresenta diferenças regionais, que embora sejam em algum grau explicadas por características culturais, guardam também relação com a renda per capita média. Norte e Nordeste destinam uma proporção maior das despesas com alimentação a cereais e a carnes e frangos, enquanto Sul e Sudeste têm um padrão de despesas mais diversificado e intensivo em alimentos industrializados; o Centro Oeste está em uma posição intermediária. Entre as duas POF's as regiões seguiram as tendências nacionais, ainda que as mudanças tenham sido mais intensas no Norte e no Nordeste. (tabela 7.26 do Anexo)

Do mesmo modo, as famílias rurais, em comparação às urbanas, tem um padrão consumo muito mais intensivo em categorias de alimentos com alta participação nas famílias de baixa renda, como cereais, carnes e açúcares, em detrimento da participação de alimentos industrializados. As famílias das regiões metropolitanas, por sua vez, usam uma proporção maior da despesa em alimentos industrializados. As diferenças refletem não só diferenças de renda média per capita, mas também características típicas da urbanização. A evolução entre as duas POF's seguiu as tendências regionais, embora as alterações tenham sido mais intensas nas famílias rurais. (tabelas 7.27 e 7.28 do Anexo)

4.2 A aquisição de bens duráveis e imóveis

As sessões anteriores mostraram a proporção média do orçamento das famílias que era gasto na aquisição de eletrodomésticos, veículos e imóveis. As duas últimas categorias aumentaram sensivelmente sua participação entre as duas edições, enquanto os eletrodomésticos também apresentaram um crescimento expressivo. Abrindo para as faixas de renda, observa-se que as famílias até o sétimo decil da renda per capita foram responsáveis pelo crescimento da demanda por eletrodomésticos, as famílias a partir do sétimo decil pela expansão da aquisição de imóveis e todas as faixas de renda pela aquisição de veículos.

A tabela 4.2.1 mostra, em sua parte esquerda, como se dividiam os mercados para as três categorias no começo do período estudado: para os eletrodomésticos, as famílias até o sétimo decil tinham uma participação no mercado inferior à sua participação na população, enquanto as famílias acima dessa faixa de renda concentravam a demanda. O mercado de imóveis era sobretudo concentrado nos 10% mais ricos; nos veículos, essa faixa também correspondia a uma participação muito alta.

As mudanças na demanda entre as duas POF's se refletiram da seguinte maneira nas participações no mercado: as famílias até o sétimo decil ganharam participação no em eletrodomésticos e veículos, tornando seus mercados menos concentrados, enquanto perderam participação no total do valor do mercado de imóveis. (tabela 4.2.1 lado direito)

Tabela 4.2.1 – Evolução da participação no mercado de bens duráveis e imóveis por faixa de renda (*)

Bens por faixa de renda	2002/2003					2008/2009				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Eletrodomésticos	9%	19%	18%	29%	24%	10%	21%	19%	26%	24%
Veículos	2%	8%	12%	32%	45%	3%	10%	13%	30%	44%
Imóveis	2%	7%	13%	22%	56%	2%	4%	8%	24%	63%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

A divisão regional dos mercados mostra que as três categorias, sobretudo os imóveis, tinham a despesa concentrada na região Sudeste. Sul e Centro-Oeste também tinham participação acima de seu percentual na população. Entre as duas edições da pesquisa, a região Sudeste perdeu participação nas três categorias. A perda de mercado em imóveis se deveu ao aumento da participação da região Sul, enquanto em eletrodomésticos e veículos

essa perda de mercado foi distribuída entre todas as regiões, com destaque para o Nordeste. (tabela 4.2.2). Já entre as famílias rurais e urbanas, os três mercados tem a participação da região urbana acima da participação populacional. (tabela 4.2.3). Entre 2003 e 2009, houve uma desconcentração nos três mercados. Também para os três mercados, as regiões não metropolitanas aumentaram sua participação em relação às metropolitanas, embora todos permaneçam com uma participação superior à populacional nessas últimas. (tabela 4.2.4).

Tabela 4.2.2 – Evolução da participação no mercado de bens duráveis e imóveis por Região Geográfica (*)

Bens por faixa de renda	2002/2003					2008/2009				
	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO
Imóveis	4%	14%	56%	18%	9%	4%	14%	48%	26%	8%
Eletrodomésticos	6%	16%	53%	18%	7%	6%	19%	50%	17%	7%
Veículos	4%	14%	52%	22%	8%	4%	18%	48%	22%	9%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 4.2.3 – Evolução da participação no mercado de bens duráveis e imóveis por regiões Rurais e Urbanas (*)

Bens Duráveis e Imóveis por Região	2002/2003		2008/2009	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Aquisição de Imóveis	95%	5%	94%	6%
Eletrodoméstico	92%	8%	92%	8%
Aquisição de veículos	93%	7%	91%	9%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 4.2.4 – Participação no mercado de bens duráveis e imóveis por regiões metropolitanas e não metropolitanas (*)

Bens Duráveis e Imóveis por Região	2002/2003		2008/2009	
	Fora RM's	RM's	Fora RM's	RM's
Aquisição de Imóveis	49%	51%	51%	49%
Eletrodoméstico	58%	42%	64%	36%
Aquisição de veículos	59%	41%	67%	33%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

4.2.1 A evolução da demanda por eletrodomésticos – aspectos qualitativos

Como proxy das diferenças qualitativas no consumo de eletrodomésticos por faixa de renda, foram tomadas a dispersão de preços dos produtos entre as faixas, a forma de aquisição e o mercado de segunda mão.

De um modo geral, entre 2003 e 2009 aumentou dispersão entre o preço médio pago para a maior parte dos eletrodomésticos listados na POF (tabela 7.29 do Anexo). As exceções foram em bens de alto valor aquisitivo e menos essenciais (ar condicionado, computador e DVD), consumidos com maior frequência pelas famílias mais ricas; e bens que estão entrando em desuso, como rádios e videocassetes. Isso significa que a expansão da participação das famílias até o sétimo decil da renda no mercado de bens duráveis pode ter ocorrido mediante a diversificação de modelos e consequente ampliação da gama de preços.

Surpreende que bens como ar condicionado, DVD's e microcomputadores tenham reduzido a diversificação de produtos ao mesmo tempo em que ampliaram sua difusão. Existe a possibilidade de que o aumento da diversificação e redução dos preços de bens essenciais e de alto valor aquisitivo, em conjunto com a valorização da renda, tenha liberado as famílias mais pobres para o consumo desses bens mesmo sem haver diversificação de modelos.

Por outro lado, para a maioria dos eletrodomésticos listados aumentou a proporção de aquisições de aparelhos novos (tabela 4.2.2.1). As exceções foram novamente aparelhos que entraram em desuso, bem como DVD's, que tinham acabado de ser introduzidos no mercado nacional na edição de 2002/2003. A redução do mercado de segunda mão para eletrodomésticos é reflexo tanto da valorização real da renda das famílias quanto da ampliação da diversificação de produtos.

Como esperado, nas duas edições utilizadas, quanto mais baixa a renda maior a proporção de bens adquiridos em segunda mão. No entanto, entre 2003 e 2009 as famílias até o quinto decil de renda tiveram um sensível aumento na proporção de bens adquiridos novos, se aproximando mais das famílias acima dessa faixa (tabela 4.2.1.2). Desse modo, refuta-se a hipótese de que durante a última década o mercado de segunda mão tenha sido funcional à ampliação da posse de eletrodomésticos, tal como ocorreu entre os anos 60 e 70.

Tabela 4.2.1.1 – Evolução do estado de aquisição dos eletrodomésticos (*)

Bens por Estado de Aquisição	2002/2003		2008/2009	
	Novo	Usado	Novo	Usado
Antena parabólica	85%	15%	89%	11%
Aparelho de som	75%	25%	80%	20%
Ar condicionado	88%	12%	90%	10%
Batedeira	95%	5%	98%	2%
Chuveiro	99%	0%	99%	1%
Computador	82%	17%	91%	9%
DVD	98%	2%	93%	7%
Ferro elétrico	97%	4%	97%	3%
Fogão	83%	17%	85%	15%
Freezer	56%	44%	61%	39%
Geladeira	79%	22%	77%	23%
Máquina de lavar roupas	90%	10%	92%	8%
Liquidificador	97%	3%	97%	3%
Microondas	97%	3%	97%	3%
Rádio portátil	90%	11%	86%	14%
TV em cores	79%	21%	87%	13%
Ventilador	94%	7%	96%	5%
Videocassete	65%	35%	66%	34%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 4.2.1.2 – Evolução do estado de aquisição dos eletrodomésticos por faixas de renda (*)

Estado de Aquisição de Eletrodoméstico por Faixa de Renda		2002/2003					2008/2009				
		1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Antena parabólica	Novo	79%	79%	90%	89%	95%	87%	89%	92%	89%	95%
	Usado	21%	21%	10%	11%	5%	13%	11%	8%	11%	5%
Aparelho de som	Novo	50%	71%	80%	88%	95%	63%	77%	86%	87%	100%
	Usado	50%	29%	20%	12%	5%	37%	22%	14%	13%	1%
Ar condicionado	Novo	59%	86%	91%	97%	85%	72%	85%	93%	86%	94%
	Usado	41%	14%	10%	3%	15%	28%	15%	7%	15%	6%
Batedeira	Novo	83%	95%	92%	100%	98%	97%	97%	99%	99%	100%
	Usado	17%	5%	8%	0%	2%	3%	3%	1%	1%	0%
Chuveiro	Novo	100%	98%	99%	100%	99%	99%	99%	100%	100%	100%
	Usado	0%	1%	0%	0%	1%	1%	1%	0%	0%	0%
Computador	Novo	91%	76%	77%	78%	87%	89%	82%	90%	93%	95%
	Usado	9%	24%	23%	20%	12%	11%	18%	10%	7%	5%
DVD	Novo	100%	94%	91%	99%	100%	86%	91%	95%	96%	99%
	Usado	0%	6%	9%	1%	0%	14%	9%	5%	4%	1%
Ferro elétrico	Novo	90%	93%	98%	100%	99%	92%	95%	98%	100%	99%
	Usado	10%	7%	2%	1%	1%	8%	5%	2%	0%	1%
Fogão	Novo	68%	79%	91%	90%	95%	74%	82%	88%	92%	94%
	Usado	32%	21%	9%	10%	5%	26%	18%	12%	8%	6%
Freezer	Novo	42%	53%	51%	51%	93%	47%	47%	59%	73%	90%
	Usado	58%	47%	49%	49%	7%	53%	53%	41%	27%	10%
Geladeira	Novo	44%	67%	79%	85%	92%	59%	73%	80%	88%	91%
	Usado	56%	33%	21%	15%	8%	41%	27%	20%	12%	9%
Máquina de lavar roupas	Novo	89%	90%	88%	92%	95%	82%	90%	92%	96%	96%
	Usado	12%	10%	12%	8%	5%	18%	10%	8%	4%	4%
Liquidificador	Novo	88%	94%	96%	98%	99%	93%	97%	98%	99%	100%
	Usado	12%	6%	4%	2%	1%	7%	3%	2%	1%	0%
Microondas	Novo	87%	69%	84%	96%	100%	90%	97%	96%	99%	99%
	Usado	13%	31%	16%	4%	0%	10%	4%	4%	1%	1%
Rádio portátil	Novo	63%	85%	94%	97%	96%	70%	84%	94%	93%	99%
	Usado	37%	15%	6%	4%	4%	30%	16%	6%	7%	1%
TV em cores	Novo	61%	73%	80%	86%	95%	77%	84%	90%	92%	98%
	Usado	39%	27%	20%	14%	5%	23%	16%	10%	9%	2%
Ventilador	Novo	81%	93%	96%	97%	98%	92%	95%	97%	96%	99%
	Usado	19%	7%	5%	3%	2%	9%	6%	3%	4%	1%
Videocassete	Novo	33%	55%	63%	69%	92%	16%	71%	99%	0%	100%
	Usado	67%	46%	37%	31%	9%	84%	29%	1%	100%	0%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Em relação à forma de obtenção dos eletrodomésticos, destacam-se dois movimentos distintos. Para aparelhos de baixo valor unitário (liquidificador, rádio etc) ou de alto valor unitário, mas essenciais (fogão, máquina de lavar etc), cresceu a participação das aquisições à vista (tabela 4.2.1.3). Para os demais, cresceram as vendas a prazo.

Tabela 4.2.1.3 – Evolução da forma de obtenção⁴⁴ dos eletrodomésticos (*)

Bens por Forma de Obtenção	2002/2003		2008/2009	
	A prazo	À vista	A prazo	À vista
Antena parabólica	57%	43%	58%	42%
Aparelho de som	53%	47%	58%	42%
Ar condicionado	47%	53%	60%	40%
Batedeira	35%	65%	43%	57%
Chuveiro	5%	95%	10%	90%
Computador	58%	42%	56%	44%
DVD	41%	59%	59%	41%
Ferro elétrico	18%	82%	29%	71%
Fogão	53%	47%	28%	72%
Freezer	45%	55%	67%	33%
Geladeira	61%	39%	70%	30%
Máquina de lavar roupas	64%	36%	51%	49%
Liquidificador	31%	69%	57%	43%
Microondas	51%	49%	32%	68%
Rádio portátil	24%	76%	13%	87%
Secador de cabelos	27%	73%	22%	78%
TV em cores	62%	38%	35%	65%
Ventilador	35%	65%	35%	65%
Vídeocassete	17%	83%	17%	83%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

A forma de aquisição de eletrodomésticos aberta para as faixas de renda mostra que em geral a aquisição à vista aumenta conforme cresce a renda per capita (tabela 4.2.1.4). Para muitos aparelhos, a aquisição a prazo se reduz somente entre a segunda e a terceira faixa de renda, indicando que o acesso a crédito pode ser restringido para as famílias muito pobres.

⁴⁴ Como foram trabalhadas apenas despesas monetárias, foram desconsiderados eletrodomésticos trocados ou doados.

Tabela 4.2.1.4 – Evolução da forma de obtenção⁴⁵ dos eletrodomésticos por faixa de renda^(*)

Forma de Obtenção dos Eletrodomésticos Por Faixa de Renda		2002/2003					2008/2009				
		1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Antena parabólica	a prazo	66%	70%	67%	59%	61%	67%	62%	59%	34%	25%
	a vista	35%	30%	33%	41%	39%	33%	38%	41%	66%	75%
Aparelho de som	a prazo	57%	68%	70%	66%	60%	57%	55%	57%	51%	35%
	a vista	43%	32%	30%	34%	40%	43%	45%	44%	49%	65%
Ar condicionado	a prazo	27%	66%	77%	74%	49%	73%	52%	60%	48%	42%
	a vista	73%	34%	23%	27%	51%	27%	48%	40%	52%	58%
Batedeira	a prazo	50%	51%	43%	30%	28%	43%	39%	37%	34%	14%
	a vista	50%	49%	57%	70%	72%	57%	61%	63%	66%	86%
Chuveiro	a prazo	20%	7%	8%	5%	9%	6%	5%	5%	4%	5%
	a vista	80%	93%	92%	95%	92%	95%	95%	95%	96%	95%
Computador	a prazo	51%	73%	69%	73%	59%	61%	67%	65%	60%	43%
	a vista	49%	27%	31%	27%	41%	39%	33%	36%	40%	57%
DVD	a prazo	40%	94%	67%	67%	58%	50%	46%	41%	36%	22%
	a vista	60%	6%	34%	33%	42%	50%	54%	59%	64%	78%
Ferro elétrico	a prazo	28%	32%	27%	19%	10%	23%	24%	18%	17%	9%
	a vista	72%	68%	73%	81%	90%	77%	76%	83%	83%	91%
Fogão	a prazo	54%	66%	68%	62%	56%	55%	55%	55%	52%	40%
	a vista	46%	34%	32%	39%	44%	45%	45%	45%	48%	60%
Forno elétrico	a prazo	22%	61%	66%	56%	30%	68%	48%	50%	42%	36%
	a vista	78%	39%	34%	44%	70%	32%	52%	51%	58%	64%
Freezer	a prazo	60%	57%	56%	54%	45%	46%	48%	50%	43%	33%
	a vista	40%	43%	44%	46%	55%	54%	52%	50%	57%	67%
Geladeira	a prazo	55%	68%	70%	71%	63%	61%	62%	64%	63%	47%
	a vista	45%	32%	30%	29%	37%	39%	38%	36%	37%	54%
Máquina de lavar roupas	a prazo	70%	79%	68%	68%	58%	59%	67%	71%	64%	50%
	a vista	30%	21%	32%	32%	42%	41%	33%	29%	36%	51%
Liquidificador	a prazo	49%	45%	40%	26%	15%	40%	35%	33%	24%	17%
	a vista	51%	55%	60%	74%	85%	60%	65%	67%	76%	83%
Microondas	a prazo	53%	59%	56%	72%	33%	58%	55%	56%	53%	35%
	a vista	47%	41%	44%	28%	68%	42%	45%	45%	47%	65%
Rádio portátil	a prazo	23%	32%	31%	29%	11%	22%	29%	30%	19%	15%
	a vista	77%	68%	69%	71%	89%	78%	71%	70%	81%	85%
TV em cores	a prazo	64%	70%	69%	67%	60%	61%	67%	64%	59%	52%
	a vista	36%	30%	31%	33%	40%	39%	33%	36%	41%	48%
Ventilador	a prazo	40%	45%	39%	30%	23%	39%	38%	33%	32%	27%
	a vista	60%	56%	61%	70%	78%	62%	62%	67%	68%	73%
Videocassete	a prazo	54%	59%	61%	46%	54%	16%	24%	0%	0%	46%

⁴⁵ Como foram trabalhadas apenas despesas monetárias, foram desconsiderados eletrodomésticos trocados ou doados.

	a vista	46%	41%	40%	54%	46%	84%	76%	100%	100%	54%
--	---------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	------	-----

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Para as regiões geográficas, não é possível estabelecer um padrão de comportamento de preços de eletrodomésticos, enquanto as outras características guardam relação com a renda per capita média. Nas regiões Norte e Nordeste, em que a média da renda é menor, a proporção de aparelhos comprados usados e a prazo é maior para ambas as edições da POF. Foram também as regiões onde mais cresceram proporcionalmente as aquisições de produtos novos e à vista. (tabelas 7.29 e 7.30)

O preço dos eletrodomésticos é em média mais alto nas regiões urbanas que nas rurais, e também mais alto nas regiões metropolitanas que na média nacional. A aquisição de aparelhos usados e a prazo é maior nas regiões rurais que nas urbanas, e menor nas regiões metropolitanas. (tabelas 7.31 e 7.32)

4.2.3. A evolução da demanda por veículos

A demanda por veículos foi aqui dividida em três categorias de produtos: automóveis, bicicletas e motocicletas. Observando a evolução dos preços, entre 2003 e 2009 as duas primeiras categorias ampliaram a dispersão dos preços médios, enquanto motocicletas reduziram. (tabela 7.33 anexo). Nas três categorias, ampliou a proporção de veículos adquiridos novos (Tabela 4.2.3.2); enquanto a proporção de automóveis e motocicletas adquiridos a prazo cresceu à uma taxa semelhante; bicicletas, que possuem um valor unitário mais baixo, passaram a ser adquiridas mais frequentemente à vista (tabela 4.2.3.1).

Diferente do que ocorre com os eletrodomésticos, as aquisições a prazo são mais frequentes quanto mais alta a faixa de renda, indicando que para bens de alto valor unitário é importante o acesso a um mercado organizado de crédito. O mercado de segunda mão é mais importante para as famílias mais pobres, e os preços naturalmente seguem a renda.

Entre as duas pesquisas, a aquisição de automóveis novos aumentou mais para as famílias entre o quinto e o nono decil da renda per capita, enquanto a de bicicletas e motocicletas novas aumentou mais para famílias até o quinto decil. (tabela 4.2.3.2) A aquisição de automóveis a prazo aumentou mais para as famílias até o sétimo decil da renda e a de motocicletas, até o quinto (tabela 4.2.3.1).

Tabela 4.2.3.1 – Evolução da forma de obtenção dos veículos por faixa de renda (*)

Forma de Obtenção Veículo Por Faixa de Renda	2002/2003						2008/2009					
	Automóvel		Bicicleta		Motocicleta		Automóvel		Bicicleta		Motocicleta	
	a prazo	a vista	a prazo	a vista	a prazo	a vista	a prazo	a vista	a prazo	a vista	a prazo	a vista
Até o 2º decil	48%	52%	32%	68%	44%	56%	62%	38%	31%	69%	54%	47%
Entre o 2º e o 5º decil	51%	50%	43%	57%	51%	49%	64%	36%	37%	63%	64%	36%
Entre o 5º e o 7º decil	53%	47%	45%	55%	60%	40%	70%	30%	37%	63%	69%	31%
Entre 7º e o 9º decil	58%	42%	51%	49%	55%	45%	67%	33%	42%	58%	65%	35%
Acima do 9º decil	54%	46%	35%	65%	54%	46%	59%	41%	27%	73%	59%	41%
Total	55%	45%	42%	58%	54%	46%	65%	35%	36%	64%	64%	36%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 4.2.3.2 – Evolução do estado de aquisição dos veículos por faixa de renda (*)

Estado de Aquisição Veículo Por Faixa de Renda	2002/2003						2008/2009					
	Automóvel		Bicicleta		Motocicleta		Automóvel		Bicicleta		Motocicleta	
	novo	usado	novo	usado	novo	usado	novo	usado	novo	usado	novo	usado
Até o 2º decil	13%	87%	33%	67%	22%	78%	12%	88%	37%	63%	34%	66%
Entre o 2º e o 5º decil	7%	93%	51%	49%	34%	65%	11%	89%	51%	49%	54%	45%
Entre o 5º e o 7º decil	9%	91%	66%	33%	46%	52%	17%	83%	66%	34%	59%	41%
Entre 7º e o 9º decil	21%	78%	78%	21%	45%	51%	33%	67%	72%	28%	62%	37%
Acima do 9º decil	49%	50%	88%	12%	56%	43%	66%	34%	88%	12%	72%	28%
Total	26%	73%	56%	43%	42%	58%	35%	65%	55%	45%	56%	43%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Para as regiões geográficas, a aquisição de veículos revela um padrão interessante: o mercado de segunda mão para automóveis e motocicletas é menor para Norte e Nordeste. Isso indica que, a despeito da renda média mais baixa, essas duas regiões adquirem mais veículos novos provavelmente por causa de um mercado que era mais reduzido e se expandiu recentemente. Para bicicletas, o comportamento é semelhante aos dos eletrodomésticos: as aquisições de produtos novos são diretamente proporcionais à renda per capita. As aquisições a prazo de automóveis e motocicletas são mais frequentes quanto maior a renda per capita da região, enquanto as aquisições a prazo de bicicletas tornam-se menos frequentes.

Entre as duas edições, cresceu a proporção de aquisições a prazo e de produtos novos para todas as divisões regionais. As diferenças seguem a renda per capita média. (tabelas 7.34 a 7.39 do Anexo)

4.2.4 A aquisição de imóveis

Pela POF, a única categoria relevante possível para estudo da demanda por imóveis é o preço médio e a sua dispersão entre as famílias da primeira e da última faixa de renda. Consideramos que uma proporção muito pequena dos imóveis é adquirida à vista, e a pesquisa não distingue imóveis novos e usados. Entre as duas edições da pesquisa, de fato houve uma pequena redução da dispersão dos gastos com imóveis – isto é, o gasto médio das famílias até o segundo decil de renda per capita se aproximou do gasto dos 10% mais ricos. Esse movimento é coerente com a concentração do mercado demonstrada anteriormente.

Tabela 4.2.4.1 – Aquisição de Imóveis – evolução do gasto médio por faixa de renda^(*)

Gasto médio Com Aquisição de Imóveis Por Faixa de Renda	2002/2003	2008/2009 a preços de 2002/2003⁴⁶
Até o 2º decil	2617	3703
Do 2º ao 5º decil	2990	5272
Do 5º ao 7º decil	4591	7407
Do 7º ao 9º decil	6709	17436
Acima do 9º decil	31103	39861

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Quando os gastos com aquisição de imóveis são abertos para as regiões do país, tanto para rurais quanto urbanas, vemos que aconteceu movimento semelhante. Houve uma redução da disparidade entre o gasto médio com aquisição de imóveis. (tabelas 7.40 e 7.41 do Anexo)

4.3 Serviços e Taxas

⁴⁶ O preço dos imóveis foi descontado pela valorização acumulada do IPCA entre janeiro de 2003 e janeiro de 2009.

Foi visto anteriormente que despesas com aluguel aumentaram a participação no orçamento para todas as faixas de renda. A conta de energia elétrica ganhou participação puxada pela demanda das famílias até o sétimo decil, enquanto o gás doméstico perdeu participação para todas as faixas. As despesas com transporte urbano ganharam participação puxada pela demanda das três primeiras faixas, e os planos de saúde ganharam espaço no orçamento a partir do segundo decil. Cursos regulares e superiores perderam participação no total, puxado pela queda da demanda para as famílias a partir do sétimo decil.

Como resultado, houve uma pequena alteração na distribuição da soma das despesas com aluguel: os 10% mais ricos perderam participação, a qual foi redistribuída entre todas as outras faixas de renda. Nas despesas com energia elétrica, as famílias até o quinto decil ganharam participação em detrimento dos demais, enquanto nas despesas com gás doméstico observou-se um pequeno aumento na participação dos 20% mais pobres no mercado (Tabela 4.3.1). Famílias até o sétimo decil aumentaram a participação no mercado de transporte urbano. O mercado de planos de saúde teve um pequeno aumento na participação das famílias até o quinto decil, enquanto famílias até o sétimo decil ganharam uma participação relevante no mercado de cursos regulares e superiores.

Tabela 4.3.1 – Serviços e Taxas – Evolução da participação no mercado por faixas de renda per capita ^(*)

Serviços e Taxas Por Faixa de Renda	2002/2003					2008/2009				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Aluguel	6%	17%	19%	29%	30%	7%	19%	19%	30%	25%
Energia elétrica	9%	22%	20%	28%	21%	10%	24%	20%	26%	19%
Gás doméstico	17%	31%	21%	20%	11%	18%	31%	20%	20%	11%
Transporte urbano	12%	26%	22%	27%	14%	12%	28%	23%	24%	12%
Plano de saúde	1%	5%	11%	34%	49%	1%	6%	11%	33%	49%
Curso regular	1%	5%	11%	36%	46%	2%	8%	11%	36%	43%
Curso superior	1%	3%	8%	43%	57%	1%	6%	14%	40%	38%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Vale ressaltar que a tendência de distribuição dos mercados foi mantida entre as duas POF's. Enquanto nos mercados de gás doméstico e transporte urbano as participações das faixas são próximas a suas participações nos domicílios e na população, os mercados de planos de saúde, cursos regulares e superiores são muito concentrados nas famílias a partir

do sétimo decil de renda per capita e os de aluguel e energia elétrica, nas famílias a partir do quinto decil.

Na tabela 4.3.2, vemos que com exceção de gás doméstico, a participação das regiões nos mercados das categorias listadas não está próxima à distribuição dos domicílios e da população. Há uma concentração relativa de demanda no Sul e no Sudeste, em detrimento de Norte e Nordeste. A região Centro Oeste tem participação na demanda semelhante à populacional. Entre as duas pesquisas, as regiões Norte e Nordeste tiveram um pequeno ganho de participação em relação às demais em todas as categorias.

Tabela 4.3.2 – Serviços e Taxas – evolução da participação no mercado por região Geográfica (*)

	2002/2003					2008/2009				
	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO
Aluguel	2%	13%	61%	16%	8%	4%	13%	60%	15%	9%
Energia	5%	12%	57%	18%	7%	6%	16%	53%	17%	8%
Gás doméstico	7%	24%	45%	16%	8%	7%	25%	46%	15%	8%
Transporte Urbano	6%	21%	56%	11%	5%	7%	19%	59%	10%	5%
Plano de saúde	2%	15%	64%	13%	6%	2%	13%	68%	12%	5%
Cursos regulares	3%	18%	61%	12%	6%	3%	20%	61%	11%	5%
Cursos superiores	2%	9%	73%	19%	10%	4%	13%	58%	16%	8%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Do mesmo modo, a participação das famílias urbanas é muito alta em aluguéis, cursos e planos de saúde; alta em energia e semelhante à distribuição populacional em transporte urbano. Entre as duas edições, as famílias urbanas ganharam participação apenas em transporte urbano. As alterações em geral foram muito pequenas (tabela 4.3.3).

Entre 2003 e 2009, as famílias não metropolitanas ganharam participação apenas em energia elétrica e em cursos (tabela 4.3.4)

Tabela 4.3.3 – Serviços e Taxas – Evolução da participação no mercado por famílias rurais e urbanas (*)

	2002/2003		2008/2009	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Aluguel	99%	1%	98%	2%
Energia	94%	6%	92%	8%
Gás doméstico	88%	12%	88%	12%
Transporte Urbano	89%	11%	92%	8%

Plano de saúde	98%	2%	97%	3%
Cursos regulares	99%	1%	98%	2%
Cursos superiores	98%	2%	97%	3%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 4.3.4 – Serviços e Taxas – Evolução da participação no mercado por famílias metropolitanas e não metropolitanas (*)

	2002/2003		2008/2009	
	Fora RM's	RM's	Fora RM's	RM's
Aluguel	49%	51%	46%	54%
Energia	58%	42%	70%	30%
Gás doméstico	68%	32%	47%	53%
Transporte Urbano	46%	54%	32%	68%
Plano de saúde	47%	53%	37%	63%
Cursos regulares	42%	58%	43%	57%
Cursos superiores	48%	52%	54%	46%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Conclui-se que o aumento na participação no orçamento das famílias de baixa renda ou das regiões mais pobres na maior parte dos serviços e taxas analisados teve como resultado ganhos de participação dessas famílias nos mercados desses serviços, ainda que esse ganho tenha sido muito pequeno em alguns casos. Resta avaliar que diferenças qualitativas podem ser observadas na aquisição desses serviços e taxas.

Primeiro, se tomou como *proxy* das diferenças qualitativas o esforço que as famílias fazem para consumir os serviços listados. Foram selecionadas para cada faixa de renda as famílias que consumiam aquele tipo de serviço e foi calculada a média do gasto naquele serviço como proporção da renda total monetária familiar. O resultado mostra diferenças muito grandes de proporções, as quais decrescem conforme a renda aumenta (tabela 4.3.5).

Tabela 4.3.5 – Serviços e Taxas – Evolução da participação na renda por faixas de renda per capita (*)

Serviços e Taxas Por Faixa de Renda	2002/2003					2008/2009				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Aluguel monetário	34%	18%	15%	10%	5%	27%	18%	14%	11%	6%
Energia elétrica	9%	5%	4%	3%	1%	8%	5%	4%	3%	1%
Gás doméstico	8%	4%	2%	1%	0%	4%	2%	1%	1%	0%
Transportes Urbanos	15%	7%	4%	2%	1%	17%	10%	7%	4%	2%

Planos de Saúde	23%	5%	4%	3%	2%	15%	6%	5%	4%	3%
Cursos regulares	9%	6%	6%	5%	3%	15%	7%	6%	5%	3%
Cursos superiores	143%	19%	13%	10%	5%	51%	16%	12%	9%	5%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Para as famílias até o segundo decil da renda per capita que pagavam aluguel essas despesas representavam, em média, um terço da renda familiar, enquanto para as famílias do último decil representavam apenas 5% da renda familiar. Na edição seguinte da POF, a valorização real da renda possibilitou que as famílias da primeira faixa que pagavam aluguel imobilizassem uma parcela menor da renda. Houve também uma pequena redução para as famílias da segunda e da terceira faixas de renda, enquanto para as famílias a partir do sétimo decil essa proporção aumentou, indicando que o preço de seus aluguéis pode ter subido acima de sua valorização real do salário.

A proporção da renda tomada por despesas com gás doméstico e energia elétrica também é muito mais alta para as famílias até o quinto decil. Entre as duas edições, essa proporção caiu para essas famílias, embora a diferença continue alta.

Os transportes públicos também pesam muito mais na renda das famílias mais pobres – não só por conta da baixa renda, mas porque as famílias tendem a trocar o transporte público por outros veículos a medida que a renda aumenta. Entre 2003 e 2009, a despeito da valorização da renda e do aquecimento da demanda por veículos, os gastos com transporte público passaram a representar uma parcela maior da renda familiar. Pode se atribuir se atribuir tanto ao aumento dos preços quanto ao fato de que nas primeiras faixas famílias podem ter se utilizado do aumento da renda para realizar mais viagens de transporte público.

Para as famílias da primeira faixa que contratavam planos de saúde, essas despesas representavam em média 23% da renda na edição de 2002/2003 da POF. Na pesquisa seguinte, essa proporção caiu bastante, indicando que essas famílias precisariam fazer um esforço menor para pagar planos de saúde. Interessante observar que para as demais faixas de renda ocorreu o contrário.

A proporção da renda gasta com cursos regulares aumentou para todas as faixas, ainda que tenha aumentado muito mais nas duas primeiras. Já a participação das despesas com educação superior diminuiu para todas as faixas. É relevante que na edição mais antiga da POF as famílias até o segundo decil que decidem pagar por ensino superior privado gastam, em média, mais que a própria renda com esses cursos. Embora pareça dissonante, esse resultado mostra que as famílias muito pobres que pagavam por ensino superior eram

exceções e que isso representava um esforço enorme. Na edição seguinte, embora tenha caído bastante, essa proporção prossegue muito alta.

Seccionando os dados em regiões geográficas, observa-se que para as famílias que consomem aluguéis, transportes, planos de saúde e cursos, as do Sudeste são as que gastam a maior proporção da renda (tabela 7.42 do Anexo). Como tanto a renda per capita quanto o gasto médio desses itens também são mais altos nessa região, pode-se assumir que os preços são mais altos. Já o gás doméstico tem um peso maior na renda das famílias nortistas e nordestinas que o consomem, o que é consistente com a baixa renda per capita das duas regiões. A energia elétrica tem um peso mais alto na renda das famílias do Norte que nas demais, o que pode ser explicado por fatores específicos locais. Entre as duas edições da POF, a evolução da participação das despesas com as categorias selecionadas seguiu para as regiões as tendências nacionais; as exceções foram na região Centro Oeste, onde a participação das despesas com aluguel, cursos regulares e superiores caiu. As regiões Norte e Nordeste foram mais sensíveis às mudanças. (ver tabela 7.42 do Anexo).

Adicionalmente, a proporção dos gastos imobilizados com aluguel e cursos regulares é maior nas famílias urbanas, enquanto as demais categorias tem maior peso na renda na região rural (tabela 7.43 do Anexo). Com exceção dos cursos regulares, as famílias metropolitanas apresentam uma média menor que a nacional em todas as categorias. Entre as duas edições da pesquisa, as categorias também evoluíram conforme a tendência nacional. (tabela 7.42 do Anexo).

Ainda, partindo-se da disparidade entre o gasto médio mensal das famílias com cada categoria por faixa de renda. (tabela 7.44 do Anexo), observa-se que nas categorias Aluguel, Planos de Saúde, Cursos Regulares e Cursos Superiores – onde não há preços administrados e a diferenciação de produtos pode ter algum efeito – apenas para cursos regulares houve redução da disparidade entre o gasto médio da primeira e da última faixa de renda. Para as demais houve um afastamento, indicando que possivelmente houve algum grau de diferenciação de preços nesses serviços.

Entre regiões geográficas e divisões regionais, ao contrário, parece ter havido redução na disparidade entre os preços desses serviços. (tabelas 7.45 e 7.46 do Anexo). O gasto médio com cursos regulares e superiores e com planos de saúde cresceu mais nas regiões mais pobres.

4.4 Considerações Finais

A análise de características qualitativas das categorias selecionadas mostrou que as mudanças ocorridas entre 2003 e 2009 estão de acordo com a melhora na distribuição de renda.

O padrão de gastos com alimentação no domicílio tornou-se menos desigual, ao mesmo tempo em que para todas as faixas de renda e segmentações regionais, os alimentos industrializados ganharam participação. Já o mercado de imóveis, conforme a hipótese que havia sido levantada no capítulo anterior, tornou-se mais desigual: as despesas ficaram mais concentradas, o que coaduna com a menor diversificação do gasto médio entre faixas de renda.

O capítulo anterior mostrou que os bens duráveis ganharam participação nas despesas. A análise dos mercados de automóveis e eletrodomésticos mostrou que da mesma forma que ocorreu na década de 70, a diferenciação de modelos – evidente pela expansão da gama de preços – e o crédito foram importantes na expansão desses mercados. Entretanto, como dessa vez ocorreu simultaneamente a uma melhora na distribuição de renda, as aquisições à vista aumentaram para eletrodomésticos de valor unitário mais baixo e bicicletas, tornando o crédito mais importante para itens de alto valor unitário. Vale ressaltar que o financiamento de produtos de alto valor está frequentemente associado à obtenção de um posto de trabalho formal.

Dessa vez não houve estímulo no mercado de segunda mão para bens duráveis, o que indica que o crescimento da demanda por esses bens fomentou a sua indústria. Além dos maiores rendimentos, uma hipótese para que dessa vez o mercado de segunda mão não tenha sido estimulado é a maior “saturação” da posse de eletrodomésticos e veículos. Dito de outra forma, como já possuem esses bens, as famílias agora buscam adquirir um modelo melhor e mais novo. A expansão do crédito também tem seu papel no estímulo à aquisição de bens novos; além disso, um fator não demonstrado pela POF, mas que pode ter influído tanto na expansão do mercado de bens duráveis quanto na maior aquisição de produtos novos é a redução do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI) no começo de 2009, já captada em parte pela última POF.

Tanto os serviços e taxas ligados à Habitação quanto os serviços de Educação e Saúde perderam participação na renda, enquanto os transportes públicos ganharam – possivelmente por conta de uma elevação nos preços acima da valorização dos rendimentos. De um modo geral, os mercados para esses serviços tornaram-se menos concentrados.

Anteriormente foi demonstrado que cursos superiores e planos de saúde ganharam participação nas despesas para as faixas de renda mais baixa; a maior dispersão do gasto médio com esses serviços levanta a hipótese de que isso pode ter ocorrido por diversificação.

Por fim, as tendências regionais, salvo algumas peculiaridades como padrões de alimentação diferentes e o caso do pequeno mercado de segunda mão no Norte e no Nordeste, seguiram a renda média per capita em todas as categorias.

5. Conclusão

A defesa da adoção de uma estratégia de crescimento de consumo de massas no Brasil só foi possível devido a características prévias da economia brasileira: a força e amplitude do mercado interno, a urbanização e o aprofundamento da produção industrial. Partiu-se do pressuposto que atingimos um estado “maduro” do capitalismo que possibilita crescer dessa forma. A redistribuição de renda em favor dos mais pobres deveria estimular a demanda através da expansão do consumo, o qual retroalimentaria a produção e provocaria o aumento da produtividade em função de economias de escala.

Entretanto, embora de fato o consumo das famílias tenha contribuído para o crescimento do produto durante boa parte da década analisada, destaca-se que após a recuperação pós-crise de 2008, nos últimos anos o crescimento do produto voltou a ser baixo, indicando um possível esgotamento dessa estratégia. O aumento das importações de bens de consumo e o baixo dinamismo do investimento também foram apontados como sinais de que o crescimento via consumo de massas apresentava limitações.

Feitas essas considerações, buscou-se aqui observar a e interpretar como evoluiu o padrão de consumo das famílias brasileiras durante o processo de melhora na distribuição de renda ocorrido na primeira década dos anos 2000. Para tanto, foram comparadas as edições da POF realizadas no começo e no fim do período.

Primeiramente, chama a atenção o descompasso que há entre as transformações nos rendimentos e nas condições de vida e as mudanças no padrão de consumo. A valorização da renda média e da renda per capita, e a melhoria em acesso a esgoto, água encanada e educação parecem ter sido muito mais intensas do que as pequenas mudanças no padrão de consumo, tanto agregado quanto por faixas de renda e regiões. Dentro dos indicadores de condições de vida, uma observação relevante é que a valorização da renda per capita média foi maior que a da renda familiar média por conta da redução no tamanho das famílias. Para as famílias mais pobres, a redução no tamanho das famílias foi mais intensa.

Por sua vez, o reflexo das alterações no padrão de consumo por faixas de renda na participação de cada uma dessas faixas nesses mercados foi ainda mais sutil. Embora o padrão de consumo tenha mudado no período – sobretudo para as famílias de renda mais baixa - A redistribuição de renda parece ter produzido mais efeitos na distribuição das despesas das famílias beneficiadas do que em sua participação na demanda agregada.

Destaca-se também o fato de que entre as duas pesquisas houve uma pequena redução da razão entre a soma das despesas monetárias anuais (totais e de consumo) e a

soma dos rendimentos monetários anuais. Era de se esperar que uma redistribuição de renda em favor dos mais pobres levasse a dois efeitos: por um lado, como essas famílias tem a propensão a consumir mais alta, o consumo aumentaria; por outro, a propensão a consumir dessas famílias beneficiadas com o aumento da renda cairia. O resultado sobre a propensão a consumir agregada dependeria da interação entre essas duas tendências. Entre as duas edições da POF, a propensão a consumir agregada teve uma pequena redução, indicando que durante o período o segundo efeito foi mais significativo.

Entre as principais mudanças no padrão de consumo por categorias, destacam-se a queda da participação nas despesas com Alimentação no Domicílio, Fumo, Educação e Recreação, e o crescimento de Habitação, Transporte e Aumento do Ativo. As demais categorias pouco se alteraram. As categorias que cresceram foram puxadas por tipos de bens e serviços tipicamente urbanos e que exigem uma renda mais alta para serem consumidos, como bens duráveis e serviços pessoais.

A análise do padrão de consumo por faixas de renda revelou um comportamento distinto: enquanto as famílias até o sétimo decil utilizaram os ganhos de renda real para deslocar seus gastos da alimentação para outras finalidades, as famílias acima dessa faixa de renda utilizaram esses ganhos para deslocar gastos das demais categorias para aquisição de imóveis e veículos. Esse comportamento pode ter ocorrido tanto por mudanças de preços relativos quanto pelo fato de que as despesas correntes dessas famílias já estavam suficientemente diversificada e portanto ganhos de renda real se convertem em aumento do patrimônio⁴⁷. Como resultado, houve uma pequena homogeneização nos padrões de consumo entre as faixas.

A observação das mudanças qualitativas nas categorias que responderam pelas maiores mudanças no padrão de consumo revelou que as despesas com alimentação se tornaram mais intensivas em alimentos industrializados e mais homogêneas entre faixas de renda; que a expansão da demanda de automóveis e eletrodomésticos foi atendida através do impulso ao crédito e da diversificação de modelos, enquanto o mercado de segunda mão perdeu importância; que o mercado de imóveis tornou-se mais concentrado; e que tanto para serviços e taxas domésticos quanto para serviços de Educação e Saúde, o peso na renda caiu

⁴⁷ Na POF, a aquisição de veículos é contabilizada como despesa de consumo (transporte) e não como aumento de ativo. Entretanto, pelas características dos produtos e de seu mercado, não há como dissociá-los do significado de aumento do patrimônio.

para os mais pobres e a sua participação no mercado aumentou, tendo essas duas últimas categorias também sido beneficiadas pela diversificação de preços.

A intensidade das mudanças qualitativas parece ter sido maior do que as mudanças quantitativas, sobretudo para alimentação e bens duráveis – o que indica que redistribuição de provocou uma adaptação da oferta à nova demanda criada. Entretanto, essa adaptação não coincidiu com um grande aumento na participação dos mercados para as famílias das faixas de renda mais baixas.

Os padrões de despesas regionais acompanharam as tendências nacionais, tornando-se menos desiguais entre regiões geográficas, entre famílias residentes em áreas rurais e urbanas ou residentes em áreas metropolitanas ou fora delas. Cresceu um pouco a participação nos mercados das regiões Norte e Nordeste e das famílias em zonas rurais, enquanto a famílias residentes fora das regiões metropolitanas tiveram um crescimento relevante na participação. Todas essas regiões apresentam renda per capita mais baixa do que a de sua região complementar.

Adicionalmente, a evolução dos dados da POF atesta que a infraestrutura e o acesso a serviços públicos, embora tenham melhorado, continuam insuficientes. Além disso, o peso dos chamados “bens-salário” no orçamento e na renda, como alimentação no domicílio, transporte público e despesas básicas com habitação, permanece muito elevado para as famílias até o quinto decil, as quais correspondem às remunerações próximas ao salário mínimo e que, portanto, foram as mais beneficiadas pelo processo de redistribuição de renda.

Conclui-se que persiste a dificuldade de traçar uma estratégia de crescimento que ao mesmo tempo redistribua renda, integre uma maior parcela da população no mercado interno e estimule a produção nacional. Embora o consumo das famílias tenha beneficiado o crescimento do PIB - sobretudo na segunda metade da década passada, pouco se alterou a resposta para a questão levantada por Aníbal Pinto – para quem se produz o quê. E embora tenha havido alguma mudança no padrão de consumo das famílias mais pobres, seu resultado foi mais o alargamento do consumo na base do que uma visível redistribuição dos mercados.

Por outro lado, mudanças no padrão de consumo apresentam rigidezes e respondem com alguma defasagem a alterações na renda. O período decorrido entre as duas edições da POF é relevante para a estimação de novas cestas de consumo utilizadas em índices de preços, mas possivelmente é muito curto para se observar nitidamente tendências gerais de evolução do padrão de consumo. Seria necessário observar uma futura edição da POF para

validar a hipótese de que a redistribuição de renda pouco alterou o padrão de consumo das famílias e a participação por faixas de renda nos mercados.

O ponto é que a expansão do consumo das famílias de renda mais baixa tem valor por si só, independente de elegê-la como elemento motor da demanda.

6. Bibliografia

- BACHA, E. "Hierarquia e remuneração gerencial". In TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur Carlos (Coords.) A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1978
- BALTAR, P. "Projeto PIB Estudo Transversal 3 – Estrutura do Emprego e da Renda", Campinas, Agosto de 2009
- BARBOSA, L.M.L.H "A Evolução Recente da Distribuição de Renda Brasileira sob a Ótica das Estruturas Sócio-Ocupacionais". UFRJ. Dissertação (Mestrado) Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; S. FRANCO, S. "O papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda brasileira". In: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Eds.). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, v. 2, 2007.
- BASTOS, E. K. X. Distribuição funcional da renda no Brasil: estimativas anuais e construção de uma série trimestral. Texto para discussão, nº 1072. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.
- BERTASSO, B.F; SILVEIRA, F.G; MAGALHÃES, L.C.G.de. "Aquisição e despesa com bens duráveis segundo as POFS de 1995-1996 e 2002-2003". Gasto das famílias com saúde no Brasil: evolução e debate sobre gasto catastrófico. In: SILVEIRA, F. G.; et al (Org.). Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas. Brasília: IPEA, p. 346-390, 2007.
- BIELSCHOWSKY, R. "Crescimento pelo mercado interno de massas", in Partido dos Trabalhadores, Subsídios para o Debate, 2002
- BIELSCHOWSKY e SOUZA, "Evolução macroeconômica e estratégia de desenvolvimento", in Projeto Brasil 2003-2010, CGEE (2002)
- BONELLI, R. e RAMOS, L. "Distribuição de Renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70", Revista de Economia Política, vol.13 (50), abril – junho/ 1993.
- Banco Central do Brasil www.bcb.gov.br
- CASTRO, A.B. "Consumo de Massas e Retomada do Crescimento – Sugestões para uma estratégia." Texto preparado para o Planejamento Estratégico. Banco do Brasil, 1989 (mimeo), e para o INAE – Instituto Nacional de Altos Estudos – Fórum de Desenvolvimento, promovido pelo BNDES em maio de 1990.

CASTRO, J.A & VAZ, F.M. “Gastos das Famílias com Educação”. In: SILVEIRA, F. G.; et al (Org.). Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas. Brasília: IPEA, p. 77-104, 2007.

COUTINHO, M. “Distribuição de Renda e Padrões de Consumo: Alguns autores em torno da tradição cepalina”, ensaios FEE, v-1 n-1, 1979 (a)

COUTINHO, M. “Padrões de consumo e distribuição de renda no Brasil”. Dissertação (Mestrado) –Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979(b)

DINIZ, B. P. C. et al. “As pesquisas de orçamentos familiares no Brasil”. In: SILVEIRA, F. G.; et al (Org.). Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas. Brasília: IPEA, p. 17-74, 2007(a)

DINIZ, B.P.C et al. “Gasto das famílias com saúde no Brasil: evolução e debate sobre gasto catastrófico”. In: SILVEIRA, F. G.; et al (Org.). Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas. Brasília: IPEA, p. 143-66, 2007 (b)

FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. *American Economic*, v. 62, n. 2, p. 391-402, Maio 1972.

Funcex www.funcex.org.br

FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura; 1961

FURTADO, C. Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

FURTADO, C. Análise do Modelo Brasileiro, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

GANDRA, Rodrigo Mendes. O debate sobre a desigualdade de renda no Brasil: da controvérsia dos anos 70 ao pensamento hegemônico nos anos 90. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. (Texto para Discussão, n. 1).

HOFFMANN, R. Transferências de renda e redução da desigualdade no Brasil em cinco regiões entre 1997 e 2004, *Econômica*, v. 8, n. 1, 2006.

HOFFMAN, R “Desigualdade de Renda e Despesa per capita no Brasil em 2002-2003 e 2008-9 e avaliação do grau de progressividade e regressividade de parcelas da renda familiar”. *Economia e Sociedade* 19, 3 (40); 2012.

HOFFMAN, “Elasticidades-Renda da Despesa e do Consumo de Alimentos no Brasil em 2002-3” em IPEA Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas, IPEA, 2007.

IBGE - Contas Nacionais, 2002-2009.

IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, edições 2002 a 2009.

- IBGE - Pesquisa de Orçamentos Familiares, edição 2002/2003 – Publicação 2005.
- IBGE - Pesquisa de Orçamentos Familiares, edição 2008/2009 – Publicação 2010.
- Ipeadata www.ipeadata.gov.br
- LANGONI, C. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil: uma reafirmação. Rio de Janeiro: FGV/EPGE, 1973. (Ensaio Econômico EPGE, nº 7)
- LOCATELLI, R. L. “Efeitos macroeconômicos de uma redistribuição de renda: Um estudo para o Brasil”. Pesquisa e Planejamento Econômico, 15(1):139–170. 1985.
- LOCATELLI, R. L. “Crescimento e desigualdade: Uma resenha crítica”. Revista de Economia Política, 8. 1988.
- MATSUYAMA, K. The Rise of Mass Consumption Societies. London School of Economics and Political Science (mimeo); 2000.
- MATTOSO, J. e POCHMANN, M. “Mudanças estruturais e trabalho no Brasil”. Economia e Sociedade, nº10, Campinas, Instituto de Economia, Unicamp 1998.
- MEDEIROS, C.A “High Wage Economy, Sloanism and Fordism: the American experience during the Golden Age”, Contributions to Political Economy, CPES, 2000.
- MEDEIROS, C.A “A Evolução da Composição da Demanda das Famílias Brasileiras entre 2003-2009”, dez. 2012.
- MEDEIROS, C.A. (1992) Padrões de Industrialização e Ajuste Estrutural: Um Estudo Comparativo dos Regimes Salariais em Capitalismos Tardios. São Paulo: UNICAMP. Tese (Doutorado) Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Plano Plurianual 2004- 2007 Mensagem Presidencial. Brasília: MP, 2003.
- NERI, M. A Nova Classe Média . Rio de Janeiro, FGV/IBRE, CPS, 2008.
- NERI, M. A Nova Classe Média: O Lado mais brilhante da pirâmide. Saraiva, São Paulo, 2011.
- PINTO (1970) A “Heterogeneidade Estrutural e o modelo de desenvolvimento recente”. In: SERRA, José. Cord. América Latina, ensaios de interpretação econômica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 44-82
- PINTO (1976) “Notas sobre os estilos de desenvolvimento na América Latina”. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, v. 2, 2000 (1976).
- POCHMANN, M. Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira, São Paulo, Boitempo Editorial 2012

ROCHA, S. (1995) “A Estrutura de Consumo das Famílias Metropolitanas em São Paulo e Recife: evidências e implicações’ PPE, v. 25, n 2;

SABOIA, J. “As causas da difusão da posse dos bens de consumo duráveis no Brasil” Rio de Janeiro, Programa Nacional de Pesquisa Econômica (PNPE) (National Program of Economic Research), Série Fac-Simile no 4, 1983.

SABOIA, J. “Efeitos do Salário Mínimo sobre a Distribuição de Renda no Brasil no Período 1995/2005 – Resultados de Simulações”. Econômica, vol. 9, junho 2007.

SOARES, S. O impacto distributivo do salário mínimo: A distribuição individual dos rendimentos do trabalho. Texto para Discussão, n. 873, IPEA, Rio de Janeiro, 2002.

SOCHAZCEWSKI, A. “Políticas de crescimento e o futuro do Brasil”, In: Políticas para a Retomada do Crescimento: reflexões de economistas brasileiros. Org. Ricardo Bielschowsky e Carlos Mussi / IPEA, Rio de Janeiro, 2002

STIVALI, M.; GOMIDE, A. A.. “Padrões de Gasto das Famílias com Transportes Urbanos no Brasil Metropolitano 1987-2003”. In: SILVEIRA, F. G.; et al (Org.). Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas. Brasília: IPEA, p. 167-199, 2007.

TAVARES, M.C. e SERRA, J. "Além da estagnação." Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1972.

ULYSSEA, G.; FOGUEL, M. Efeitos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho brasileiro. Texto para Discussão, n. 1168, IPEA, Rio de Janeiro, 2006.

WELLS, J. “Subconsumo, tamanho de mercado e padrões de gastos familiares no Brasil”. São Paulo, Brasileiro de Ciências, 1976. (Estudos Cebrap, 17)

7- Anexo de Tabelas

Tabela 7.1 Faixas de renda utilizadas (*)

Faixas de Renda per capita a preços correntes (em Reais)		
	2002/2003	2008/2009
Até o 2º decil	Até 93,8	Até 192,5
Entre o 2º e o 5º decil	Entre 93,0 e 240,8	Entre 192,6 e 459,8
Entre o 5º e o 7º decil	Entre 240,9 e 441,9	Entre 459,9 e 795,0
Entre o 7º e o 9º decil	Entre 442,0 e 1187,5	Entre 795,1 e 1920,0
Acima do 9º decil	Acima de 1887,5	Acima de 1920,0

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.2 População – Crescimento absoluto por faixas de renda (*)

Faixas de renda per capita	2002		2009		Crescimento populacional
	Domicílios	População	Domicílios	População	
Até o 2o decil	9706339	46537042,3	10955059	47670939,2	2%
Entre o 2o e o 5o decil	14559815	54491563,6	16428078	56432090,7	4%
Entre o 5o e o 7o decil	9701971	32471526,7	10950856	32796718,6	1%
Entre o 7o e o 9o decil	9711860	30389381,1	10953603	30492640	0%
Acima do 9o decil	4847924	12814517,5	5476181	13346000,7	4%
total	48527909	176704031	54763777	180738389	2%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.3 População – Crescimento absoluto por Regiões Geográficas (*)

Regiões	2002		2009		Taxas de crescimento	
	Domicílios	População	Domicílios	População	Domicílios	População
Norte	3.143.142	13692784	3.639.089	14.200.817	16%	4%
Nordeste	12.235.500	49.394.714	14.432.289	51.370.289	18%	4%
Sudeste	21.897.577	75.393.122	24.367.433	76.616.083	11%	2%
Sul	7.768.891	25.964.030	8.536.075	26.562.558	10%	2%
Centro Oeste	3.489.528	12.279.020	3.791.109	11.995.069	9%	-2%
Total	48.534.638	176.723.670	54.765.995	180.744.816	13%	2%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.4 População – Crescimento absoluto por Divisões Regionais (*)

	2002		2009		Taxas de crescimento	
	Domicílios	População	Domicílios	População	Domicílios	População
Região Metropolitana	15.313.013	53.291.244	17.096.693	54.745.321	12%	3%
Regiões não Metropolitanas	33.221.625	123.432.426	37.669.302	125.999.495	13%	2%
Rural	7.401.436	30.024.076	8.483.735	30.585.561	15%	2%
Urbano	39.646.358	140.453.330	46.347.522	150.444.057	17%	7%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.5 Composição das Regiões Geográficas por faixa de renda (*)

	2002-2003					2008-2009				
	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO
Até o 2º decil	35%	38%	11%	12%	18%	33%	37%	11%	12%	16%
Entre o 2º e o 5º decil	34%	35%	27%	28%	35%	33%	34%	28%	27%	33%
Entre o 5º e o 7º decil	15%	14%	23%	24%	20%	15%	14%	22%	24%	21%
Entre o 7º e o 9º decil	12%	10%	25%	25%	17%	13%	10%	25%	25%	20%
Acima do 9º decil	4%	4%	14%	11%	9%	5%	5%	13%	11%	10%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.6 Composição das Divisões Regionais por faixa de renda (*)

	Região Metropolitana	Rural	Urbano
Até o 2º decil	15%	41%	16%
Entre o 2º e o 5º decil	30%	34%	29%
Entre o 5º e o 7º decil	20%	15%	21%
Entre o 7º e o 9º decil	21%	8%	22%
Acima do 9º decil	14%	2%	11%
Total	100%	100%	100%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.7 – Evolução da Renda Real por Região Geográfica (*)

	2002/2003		2008/2009		Evolução Real	
	Renda média	Renda per capita média	Renda média	Renda per capita média	Renda média	Renda per capita média
Norte	1057,9	303,0	1809,8	587,8	15%	30%
Nordeste	929,9	286,9	1539,2	527,9	11%	23%
Sudeste	1931,3	690,8	2956,9	1157,2	3%	12%
Sul	1665,8	605,1	2669,6	1026,3	7%	14%
Centro Oeste	1525,3	538,2	2496,5	957,3	10%	19%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.8 – Evolução da Renda Real por Divisão Regional^(*)

	2002/2003		2008/2009		Evolução Real	
	Renda Média	Renda per capita média	Renda Média	Renda per capita média	Renda Média	Renda per capita média
RM	2.199,1386	804,42	3.073,85	1.231,28	-6%	3%
Rural	676,4410	213,87	1.210,01	419,65	20%	31%
Urbano	1.740,4594	611,32	2.651,72	1.009,86	2%	11%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.9 Anos de Estudo do chefe da Família – média por Região Geográfica^(*)

Anos de estudo do chefe da família (Média)		
	2002/2003	2008/2009
Norte	7	7
Nordeste	6	6
Sudeste	8	8
Sul	8	9
Centro Oeste	7	7

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.10 Anos de Estudo do chefe da Família – média por Divisões Regionais^(*)

Anos de estudo do chefe da família (Média)		
	2002/2003	2008/2009
RM	9	9
Urbano	8	8
Rural	4	7

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.11 Acesso a esgoto por Região Geográfica^(*)

Acesso a Esgoto						
Divisão Regional	2002/2003			2008/2009		
	Não possui	Outro	Rede Geral	Não possui	Outro	Rede Geral
Norte	11%	80%	9%	6%	85%	9%
Nordeste	18%	55%	27%	10%	59%	31%
Sudeste	2%	25%	74%	1%	21%	78%
Sul	2%	57%	41%	1%	59%	40%
Centro Oeste	3%	63%	34%	1%	58%	41%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.12 Acesso a Esgoto por Divisão Regional (*)

Acesso a Esgoto						
Divisão Regional	2002/2003			2008/2009		
	Não possui	Outro	Rede Geral	Não possui	Outro	Rede Geral
Rural	28%	66%	6%	1%	29%	70%
Urbano	2%	39%	59%	17%	78%	5%
RM's	1%	29%	70%	1%	38%	61%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.13 Abastecimento de Água por Região Geográfica (*)

Abastecimento de Água				
	2002/2003		2008/2009	
	Canalizada	Sem canalização	Canalizada	Sem canalização
Norte	64%	36%	77%	24%
Nordeste	71%	30%	82%	18%
Sudeste	97%	3%	99%	1%
Sul	98%	2%	99%	1%
Centro Oeste	94%	6%	98%	2%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.14 Abastecimento de Água por Divisão Regional (*)

Abastecimento de Água				
	2002/2003		2008/2009	
	Canalizada	Sem canalização	Canalizada	Sem canalização
Rural	55%	45%	98%	2%
Urbano	95%	5%	69%	31%
RM's	97%	3%	98%	2%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.15 - Acesso da População a Planos de Saúde – por Regiões Geográficas (*)

	Acesso a planos de saúde			
	2002/2003		2008/2009	
	Sim	Não	Sim	Não
Norte	7 %	93%	4%	96%
Nordeste	6%	94%	12%	88%
Sudeste	18%	82%	35%	65%
Sul	14%	86%	32%	68%
Centro Oeste	11%	89%	24%	76%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.16 - Acesso da População a Planos de Saúde – por Divisões Regionais (*)

	Acesso a planos de saúde	
	2002/2003	2008/2009

	Sim	Não	Sim	Não
RM's	18,40%	81,60%	35,10%	64,90%
Rural	2,60%	97,40%	26,00%	74,00%
Urbano	15,30%	84,70%	30,20%	69,80%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.17 – Porcentagem da população adulta com acesso a cartões de crédito, por Região Geográfica (*)

	Acesso a cartão de crédito			
	2002/2003		2008/2009	
	Sim	Não	Sim	Não
Norte	14%	87%	4%	96%
Nordeste	11%	90%	14%	86%
Sudeste	20%	81%	23%	77%
Sul	18%	82%	20%	81%
Centro Oeste	15%	85%	18%	82%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.18 – Porcentagem da população adulta com acesso a cartões de crédito, por Divisão Regional (*)

	Acesso a cartão de crédito			
	2002/2003		2008/2009	
	Sim	Não	Sim	Não
RM's	25%	72%	35%	65%
Rural	28%	81%	26%	74%
Urbana	26%	78%	30%	70%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.19 – Evolução do Padrão de Consumo por Faixas de Renda – Norte (*)

	2002/2003					2008/2009				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Alimentação em casa										
Alimentação fora de casa	36%	27%	18%	14%	7%	33%	25%	18%	14%	8%
Habitação	5%	5%	5%	6%	5%	5%	5%	5%	6%	5%
Vestuário	20%	20%	21%	20%	18%	19%	22%	21%	21%	21%
Transporte	7%	9%	8%	7%	5%	8%	8%	7%	7%	6%
Higiene e Cuidados	11%	14%	17%	20%	23%	13%	15%	16%	20%	21%
Saúde	4%	4%	4%	3%	2%	4%	4%	4%	3%	2%
Educação	5%	5%	6%	6%	5%	4%	5%	6%	5%	5%
Recreação	1%	2%	2%	4%	4%	1%	2%	2%	3%	4%

Fumo	1%	2%	3%	3%	3%	2%	2%	2%	2%	2%
Serviços Pessoais	1%	1%	1%	0%	0%	1%	1%	1%	0%	0%
Despesas Diversas de Consumo	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Outras Despesas Correntes	2%	3%	3%	3%	4%	2%	2%	3%	3%	3%
Aumento do Ativo	1%	2%	4%	5%	9%	1%	2%	3%	4%	5%
Redução do Passivo	3%	4%	4%	5%	11%	4%	4%	7%	6%	11%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.20 – Evolução do Padrão de Consumo por Faixas de Renda – Nordeste (*)

	2002/2003					2008/2009				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Alimentação em casa	39%	29%	19%	14%	8%	33%	25%	18%	13%	6%
Alimentação fora de casa	4%	5%	5%	5%	4%	4%	5%	5%	5%	5%
Habitação	21%	22%	22%	20%	19%	22%	22%	22%	22%	19%
Vestuário	7%	7%	7%	6%	5%	7%	7%	6%	6%	4%
Transporte	11%	12%	16%	20%	23%	12%	14%	17%	22%	26%
Higiene e Cuidados	4%	4%	3%	3%	2%	4%	4%	4%	3%	2%
Saúde	5%	6%	7%	8%	7%	5%	6%	7%	7%	6%
Educação	1%	2%	4%	5%	6%	1%	2%	3%	4%	4%
Recreação	1%	1%	2%	2%	3%	1%	2%	2%	2%	2%
Fumo	1%	1%	1%	0%	0%	1%	1%	1%	0%	0%
Serviços Pessoais	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Despesas Diversas de Consumo	2%	2%	3%	3%	3%	2%	2%	2%	3%	3%
Outras Despesas Correntes	1%	3%	4%	5%	8%	1%	2%	4%	5%	6%
Aumento do Ativo	2%	3%	5%	5%	9%	3%	3%	5%	5%	13%
Redução do Passivo	1%	1%	2%	4%	3%	2%	3%	3%	3%	3%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.21 – Evolução do Padrão de Consumo por Faixas de Renda – Sudeste (*)

	2002/2003					2008/2009				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Alimentação em casa	29%	25%	18%	12%	8%	24%	19%	15%	12%	6%
Alimentação fora de casa	4%	4%	5%	5%	5%	4%	5%	6%	6%	6%
Habitação	27%	26%	24%	22%	19%	28%	27%	25%	24%	22%
Vestuário	5%	6%	6%	5%	4%	6%	6%	6%	5%	4%
Transporte	12%	14%	16%	20%	19%	14%	17%	19%	21%	20%
Higiene e Cuidados	3%	3%	3%	2%	1%	3%	3%	3%	2%	1%
Saúde	6%	6%	7%	7%	8%	6%	6%	7%	7%	8%
Educação	2%	2%	3%	6%	6%	2%	2%	3%	4%	4%
Recreação	1%	2%	2%	3%	3%	1%	2%	2%	2%	2%
Fumo	2%	2%	1%	1%	0%	1%	1%	1%	1%	0%
Serviços Pessoais	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Despesas Diversas de Consumo	2%	2%	2%	2%	3%	2%	2%	3%	3%	4%

Outras Despesas Correntes	3%	3%	6%	6%	10%	4%	3%	4%	6%	8%
Aumento do Ativo	3%	3%	3%	5%	8%	2%	3%	5%	5%	11%
Redução do Passivo	1%	2%	2%	3%	4%	1%	2%	2%	3%	3%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.22 – Evolução do Padrão de Consumo por Faixas de Renda – Sul (*)

	2002/2003					2008/2009				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Alimentação em casa	30%	24%	17%	12%	8%	24%	20%	16%	11%	6%
Alimentação fora de casa	3%	3%	4%	4%	4%	4%	4%	5%	5%	5%
Habitação	29%	26%	25%	22%	20%	25%	25%	25%	20%	18%
Vestuário	6%	6%	6%	5%	4%	6%	6%	6%	5%	5%
Transporte	10%	16%	18%	22%	24%	16%	18%	20%	21%	24%
Higiene e Cuidados	3%	3%	3%	2%	1%	3%	3%	3%	2%	2%
Saúde	5%	6%	7%	7%	6%	6%	6%	7%	7%	6%
Educação	1%	2%	3%	4%	5%	2%	2%	2%	3%	3%
Recreação	1%	2%	2%	3%	3%	2%	2%	2%	2%	2%
Fumo	2%	1%	1%	1%	0%	2%	1%	1%	0%	0%
Serviços Pessoais	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Despesas Diversas de Consumo	2%	3%	3%	3%	4%	2%	3%	3%	4%	4%
Outras Despesas Correntes	2%	3%	4%	5%	9%	3%	3%	4%	5%	6%
Aumento do Ativo	4%	5%	5%	5%	8%	4%	3%	5%	11%	16%
Redução do Passivo	3%	2%	3%	2%	3%	1%	2%	2%	2%	2%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.23 – Evolução do Padrão de Consumo por Faixas de Renda – Centro Oeste (*)

	2002/2003					2008/2009				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Alimentação em casa	26%	23%	15%	11%	6%	22%	18%	14%	11%	7%
Alimentação fora de casa	3%	4%	5%	5%	4%	4%	4%	5%	5%	5%
Habitação	27%	26%	24%	22%	20%	30%	28%	24%	23%	23%
Vestuário	6%	7%	7%	5%	5%	6%	6%	6%	5%	4%
Transporte	15%	15%	19%	24%	24%	15%	17%	21%	23%	23%
Higiene e Cuidados	3%	3%	3%	2%	1%	3%	3%	3%	2%	2%

Saúde	5%	7%	7%	7%	6%	6%	6%	7%	6%	6%
Educação	2%	2%	3%	5%	6%	2%	2%	2%	4%	3%
Recreação	1%	2%	2%	3%	3%	1%	2%	2%	2%	2%
Fumo	1%	1%	1%	1%	0%	1%	1%	1%	0%	0%
Serviços Pessoais	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Despesas Diversas de Consumo	2%	3%	3%	3%	4%	3%	3%	3%	3%	3%
Outras Despesas Correntes	2%	3%	4%	6%	8%	2%	4%	4%	5%	7%
Aumento do Ativo	3%	3%	4%	4%	9%	2%	4%	5%	9%	10%
Redução do Passivo	1%	1%	2%	3%	3%	1%	1%	4%	2%	3%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.24 – Evolução do padrão de consumo por faixas de renda – Urbano (*)

	2002/2003					2008/2009				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Alimentação em casa	31%	25%	18%	13%	8%	27%	21%	16%	12%	6%
Alimentação fora de casa	4%	4%	5%	5%	5%	4%	5%	6%	5%	6%
Habitação	27%	26%	24%	22%	20%	26%	26%	25%	23%	21%
Vestuário	6%	6%	6%	5%	4%	7%	7%	6%	5%	4%
Transporte	11%	13%	16%	20%	21%	13%	16%	18%	21%	22%
Higiene e Cuidados	3%	3%	3%	2%	2%	4%	3%	3%	2%	2%
Saúde	5%	6%	7%	7%	7%	5%	6%	7%	7%	7%
Educação	2%	2%	3%	6%	6%	2%	2%	3%	4%	4%
Recreação	1%	2%	2%	3%	3%	2%	2%	2%	2%	2%
Fumo	1%	1%	1%	1%	0%	1%	1%	1%	0%	0%
Serviços Pessoais	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Despesas Diversas de Consumo	2%	3%	3%	3%	4%	2%	3%	3%	3%	4%
Outras Despesas Correntes	2%	3%	5%	6%	9%	3%	3%	4%	5%	7%
Aumento do Ativo	3%	3%	4%	5%	8%	3%	3%	5%	6%	12%
Redução do Passivo	1%	2%	2%	3%	3%	1%	2%	3%	3%	3%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.25 – Evolução do padrão de consumo por faixas de renda – Rural (*)

	2002/2003					2008/2009				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Alimentação em casa	39%	29%	20%	16%	9%	34%	25%	18%	12%	7%
Alimentação fora de casa	4%	4%	4%	4%	3%	4%	4%	4%	4%	4%
Habitação	17%	19%	18%	16%	14%	19%	19%	19%	18%	18%
Vestuário	7%	7%	6%	5%	4%	7%	6%	6%	5%	4%
Transporte	15%	19%	25%	28%	25%	16%	20%	24%	27%	32%

Higiene e Cuidados	3%	3%	2%	2%	1%	4%	3%	3%	2%	1%
Saúde	5%	7%	7%	7%	7%	6%	7%	7%	6%	5%
Educação	1%	1%	1%	3%	3%	1%	1%	1%	2%	2%
Recreação	1%	1%	1%	2%	2%	1%	1%	2%	2%	2%
Fumo	1%	1%	1%	1%	0%	1%	1%	1%	1%	0%
Serviços Pessoais	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Despesas Diversas de Consumo	2%	3%	3%	3%	5%	2%	3%	3%	4%	6%
Outras Despesas Correntes	1%	2%	3%	4%	8%	1%	3%	3%	4%	6%
Aumento do Ativo	3%	4%	5%	7%	17%	3%	4%	6%	11%	10%
Redução do Passivo	1%	1%	3%	2%	2%	1%	2%	3%	3%	4%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.26 – Evolução do padrão de consumo por faixas de renda –Regiões Metropolitanas (*)

	2002/2003					2008/2009				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Alimentação em casa	29%	23%	18%	12%	8%	25%	20%	15%	11%	6%
Alimentação fora de casa	5%	5%	5%	6%	5%	5%	6%	7%	6%	6%
Habitação	26%	26%	25%	23%	21%	28%	27%	26%	24%	22%
Vestuário	6%	6%	6%	5%	4%	5%	6%	5%	5%	4%
Transporte	13%	15%	17%	20%	20%	15%	17%	18%	20%	21%
Higiene e Cuidados	3%	3%	3%	2%	1%	3%	3%	3%	2%	2%
Saúde	5%	5%	6%	7%	7%	5%	5%	6%	7%	7%
Educação	2%	2%	4%	6%	6%	2%	2%	3%	4%	4%
Recreação	2%	2%	3%	3%	3%	2%	2%	2%	2%	2%
Fumo	1%	1%	1%	1%	0%	1%	1%	1%	1%	0%
Serviços Pessoais	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	2%	1%	1%
Despesas Diversas de Consumo	2%	3%	3%	3%	4%	2%	3%	3%	3%	3%
Outras Despesas Correntes	3%	3%	6%	6%	9%	2%	3%	4%	6%	7%
Aumento do Ativo	3%	3%	4%	5%	8%	2%	2%	4%	6%	11%
Redução do Passivo	1%	2%	2%	3%	4%	1%	1%	2%	2%	4%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.27 — Evolução do padrão de consumo em alimentação no domicílio, por Regiões Geográficas (*)

	2002/2003					2008/2009				
	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO
Cereais	10%	10%	7%	6%	10%	10%	10%	7%	6%	10%
Farinhas	6%	6%	3%	5%	3%	6%	6%	3%	5%	3%
Tubérculos e raízes	1%	2%	1%	2%	2%	1%	2%	1%	2%	2%

Açúcares	4%	4%	5%	6%	5%	4%	4%	5%	6%	5%
Legumes e verduras	3%	3%	3%	3%	4%	3%	3%	3%	3%	4%
Frutas	3%	4%	5%	5%	5%	3%	4%	5%	5%	5%
Carnes, vísceras e pescados	27%	23%	20%	22%	22%	27%	23%	20%	22%	22%
Aves e ovos	9%	9%	6%	5%	5%	9%	9%	6%	5%	5%
Laticínios	8%	10%	12%	12%	10%	8%	10%	12%	12%	10%
Panificados	9%	11%	11%	10%	9%	9%	11%	11%	10%	9%
Óleos e gorduras	2%	2%	2%	2%	3%	2%	2%	2%	2%	3%
Enlatados e conservas	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Bebidas	10%	7%	10%	12%	11%	10%	7%	10%	12%	11%
Condimentos	2%	2%	2%	3%	3%	2%	2%	2%	3%	3%
Alimentos preparados	2%	2%	3%	3%	3%	2%	2%	3%	3%	3%
Outros alimentos	1%	4%	6%	3%	4%	1%	4%	6%	3%	4%
Total	100%									

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.28 – Evolução do padrão de consumo em alimentação no domicílio, por Divisões Regionais (*)

	2002/2003			2008/2009		
	Urbano	Rural	RM	Urbano	Rural	RM
Cereais	9%	17%	7%	7%	13%	6%
Farinhas	5%	11%	5%	4%	8%	4%
Tubérculos	1%	1%	2%	1%	1%	1%
Açúcares	6%	8%	6%	5%	6%	4%
Legumes	4%	2%	3%	3%	3%	3%
Frutas	4%	2%	5%	5%	3%	5%
Carnes	19%	21%	17%	21%	25%	20%
Aves e ovos	6%	5%	6%	7%	7%	6%
Laticínios	12%	6%	13%	12%	7%	13%
Panificados	12%	7%	13%	11%	8%	12%
Óleos e gorduras	4%	5%	2%	2%	3%	2%
Bebidas	9%	7%	10%	10%	9%	10%
Alimentos preparados	6%	3%	6%	6%	5%	6%
Outros alimentos	4%	3%	4%	5%	4%	6%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.29 – Evolução do Desvio Padrão dos Preços dos Eletrodomésticos (*)

Desvio padrão do preço		
Bens	2002/2003	2008/2009 ⁴⁸
Antena parabólica	145,34	195,9

⁴⁸ O desvio padrão dos preços da edição de 2008/2009 foi calculado a partir do valor anual deflacionado da edição a preços de 2002/2003. Para tanto, a variável foi descontada pela variação acumulada do IPCA de bens duráveis ocorrida entre as datas de referência das duas edições da POF.

Aparelho de som	356,87	398,67
Ar condicionado	1056,51	923,65
Aspirador de pó	64,22	116,16
Batedeira	62,21	75,23
Chuveiro	55,14	36,68
Computador	1157,62	877,14
DVD	239,24	124,74
Ferro elétrico	25,03	32,7
Fogão	240,72	366,41
Freezer	352,19	565,15
Geladeira	463,39	641,84
Máquina de lavar roupas	360,14	511,35
Liquidificador	30,85	46,84
Microondas	217,08	147,84
Rádio portátil	110,94	98,48
Secador de cabelos	37,50	60,41
TV em cores	450,66	729,93
Ventilador	50,74	66,29
Videocassete	149,22	67,86

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE e do IPCA-IBGE

7.30 Estado de Aquisição dos Eletrodomésticos, por Regiões Geográficas (*)

		2002/2003					2008/2009				
		N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO
Antena parabólica	Novo	76%	85%	87%	86%	76%	82%	90%	92%	86%	90%
	Usado	24%	15%	13%	14%	24%	18%	10%	8%	14%	11%
Aparelho de som	Novo	67%	65%	81%	79%	72%	77%	73%	84%	80%	82%
	Usado	34%	35%	19%	21%	28%	23%	27%	16%	20%	18%
Ar condicionado	Novo	85%	82%	89%	91%	91%	87%	91%	91%	89%	94%
	Usado	15%	18%	11%	9%	9%	13%	9%	9%	11%	6%
Batedeira	Novo	98%	97%	96%	92%	99%	97%	99%	99%	97%	98%
	Usado	2%	3%	4%	9%	1%	3%	1%	1%	3%	2%
Chuveiro	Novo	98%	93%	99%	100%	99%	100%	99%	99%	100%	100%
	Usado	2%	7%	0%	0%	1%	0%	1%	1%	0%	0%
Computador	Novo	83%	86%	83%	77%	80%	92%	93%	92%	87%	91%
	Usado	17%	14%	17%	23%	20%	8%	7%	8%	13%	9%
DVD	Novo	95%	99%	98%	100%	96%	88%	90%	96%	92%	93%
	Usado	5%	1%	2%	0%	4%	12%	10%	4%	8%	7%
Ferro elétrico	Novo	97%	94%	98%	95%	97%	95%	95%	99%	96%	97%
	Usado	4%	6%	2%	5%	4%	5%	5%	2%	4%	3%
Fogão	Novo	84%	82%	84%	86%	78%	87%	84%	87%	83%	86%
	Usado	16%	18%	16%	14%	22%	13%	16%	13%	17%	14%
Freezer	Novo	62%	55%	40%	65%	61%	71%	55%	54%	66%	65%
	Usado	38%	45%	60%	35%	39%	29%	45%	47%	34%	36%
Geladeira	Novo	71%	65%	76%	74%	68%	76%	74%	79%	75%	79%
	Usado	29%	35%	24%	26%	32%	24%	26%	21%	25%	21%

Máquina de lavar roupas	Novo	91%	90%	92%	88%	91%	94%	95%	92%	89%	92%
	Usado	9%	10%	9%	12%	9%	6%	5%	8%	11%	8%
Liquidificador	Novo	95%	93%	96%	95%	97%	97%	95%	99%	97%	97%
	Usado	5%	7%	4%	5%	3%	3%	5%	1%	3%	2%
Microondas	Novo	83%	88%	87%	91%	96%	95%	98%	98%	95%	96%
	Usado	17%	12%	13%	10%	4%	5%	2%	2%	5%	5%
Rádio portátil	Novo	84%	77%	94%	90%	79%	79%	82%	89%	88%	92%
	Usado	16%	23%	6%	10%	21%	21%	18%	11%	12%	8%
TV em cores	Novo	73%	69%	82%	84%	77%	83%	84%	90%	88%	86%
	Usado	27%	31%	18%	16%	23%	17%	17%	10%	13%	14%
Ventilador	Novo	93%	91%	95%	94%	95%	93%	94%	97%	96%	98%
	Usado	7%	9%	5%	6%	5%	7%	6%	3%	5%	2%
Videocassete	Novo	58%	55%	68%	67%	61%	62%	32%	70%	100%	100%
	Usado	42%	45%	32%	33%	39%	38%	68%	31%	0%	0%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

7.31 Forma de Obtenção dos Eletrodomésticos, por Regiões Geográficas (*)

		2002/2003					2008/2009				
		N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO
Antena parabólica	Prazo	58%	70%	70%	57%	59%	57%	64%	51%	53%	51%
	Vista	42%	30%	30%	43%	41%	43%	36%	49%	47%	49%
Aparelho de som	Prazo	58%	59%	70%	65%	64%	60%	54%	52%	53%	45%
	Vista	42%	41%	30%	35%	36%	40%	46%	48%	47%	55%
Ar condicionado	Prazo	60%	52%	65%	62%	56%	57%	50%	44%	40%	57%
	Vista	40%	48%	36%	38%	44%	43%	51%	56%	60%	43%
Batedeira	Prazo	43%	46%	35%	43%	49%	40%	43%	32%	34%	28%
	Vista	57%	54%	65%	57%	51%	60%	57%	68%	66%	72%
Chuveiro	Prazo	10%	16%	9%	5%	5%	8%	15%	4%	7%	4%
	Vista	90%	84%	91%	95%	95%	92%	85%	97%	93%	96%
Computador	Prazo	56%	64%	70%	59%	56%	59%	57%	59%	56%	54%
	Vista	44%	36%	30%	41%	44%	41%	43%	41%	44%	46%
Máquina de costura	Prazo	67%	43%	53%	45%	50%	46%	43%	47%	46%	27%
	Vista	33%	57%	47%	56%	50%	55%	57%	53%	54%	73%
DVD	Prazo	59%	68%	64%	60%	59%	42%	45%	40%	42%	34%
	Vista	41%	32%	36%	40%	41%	58%	55%	60%	58%	66%
Ferro elétrico	Prazo	29%	26%	22%	27%	17%	20%	23%	16%	21%	15%
	Vista	71%	74%	78%	73%	83%	80%	77%	84%	79%	85%
Fogão	Prazo	62%	59%	66%	61%	55%	56%	54%	53%	51%	47%
	Vista	38%	42%	34%	39%	45%	44%	46%	47%	49%	53%
Freezer	Prazo	53%	40%	61%	57%	49%	59%	47%	37%	46%	47%
	Vista	47%	60%	39%	43%	51%	41%	53%	63%	55%	53%
Geladeira	Prazo	67%	63%	70%	61%	60%	64%	60%	63%	58%	58%
	Vista	33%	37%	30%	39%	40%	36%	41%	37%	42%	42%

Máquina de lavar roupas	Prazo	70%	64%	70%	70%	66%	68%	64%	65%	61%	63%
	Vista	30%	36%	30%	30%	34%	33%	36%	35%	39%	37%
Liquidificador	Prazo	51%	39%	31%	39%	33%	40%	36%	27%	31%	23%
	Vista	49%	61%	70%	61%	67%	60%	64%	73%	69%	77%
Microondas	Prazo	57%	50%	61%	52%	51%	55%	54%	52%	48%	43%
	Vista	43%	50%	39%	48%	50%	45%	46%	48%	52%	57%
Rádio portátil	Prazo	17%	18%	30%	32%	27%	22%	20%	28%	20%	24%
	Vista	83%	82%	70%	68%	74%	78%	80%	72%	80%	77%
TV em cores	Prazo	65%	62%	69%	68%	61%	62%	61%	63%	62%	56%
	Vista	35%	38%	31%	32%	39%	38%	39%	37%	38%	44%
Ventilador	Prazo	47%	38%	32%	34%	35%	40%	41%	31%	28%	25%
	Vista	53%	62%	68%	66%	65%	61%	59%	69%	72%	75%
Videocassete	Prazo	35%	50%	57%	57%	40%	23%	32%	15%	0%	0%
	Vista	65%	50%	43%	43%	60%	77%	68%	85%	100%	100%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

7.32 Estado de Aquisição dos Eletrodomésticos, por Divisões Regionais^(*)

		2002/2003			2008/2009		
		Urbano	Rural	RM	Urbano	Rural	RM
Antena parabólica	Novo	76%	85%	87%	82%	90%	92%
	Usado	24%	15%	13%	18%	10%	8%
Aparelho de som	Novo	67%	65%	81%	77%	73%	84%
	Usado	34%	35%	19%	23%	27%	16%
Ar condicionado	Novo	85%	82%	89%	87%	91%	91%
	Usado	15%	18%	11%	13%	9%	9%
Batedeira	Novo	98%	97%	96%	97%	99%	99%
	Usado	2%	3%	4%	3%	1%	1%
Chuveiro	Novo	98%	93%	99%	100%	99%	99%
	Usado	2%	7%	0%	0%	1%	1%
Computador	Novo	83%	86%	83%	92%	93%	92%
	Usado	17%	14%	17%	8%	7%	8%
DVD	Novo	95%	99%	98%	88%	90%	96%
	Usado	5%	1%	2%	12%	10%	4%
Ferro elétrico	Novo	97%	94%	98%	95%	95%	99%
	Usado	4%	6%	2%	5%	5%	2%
Fogão	Novo	84%	82%	84%	87%	84%	87%
	Usado	16%	18%	16%	13%	16%	13%
Freezer	Novo	62%	55%	40%	71%	55%	54%
	Usado	38%	45%	60%	29%	45%	47%
Geladeira	Novo	71%	65%	76%	76%	74%	79%
	Usado	29%	35%	24%	24%	26%	21%
Máquina de	Novo	91%	90%	92%	94%	95%	92%

lavar roupas	Usado	9%	10%	9%	6%	5%	8%
Liquidificador	Novo	95%	93%	96%	97%	95%	99%
	Usado	5%	7%	4%	3%	5%	1%
Microondas	Novo	83%	88%	87%	95%	98%	98%
	Usado	17%	12%	13%	5%	2%	2%
Rádio portátil	Novo	84%	77%	94%	79%	82%	89%
	Usado	16%	23%	6%	21%	18%	11%
TV em cores	Novo	73%	69%	82%	83%	84%	90%
	Usado	27%	31%	18%	17%	17%	10%
Ventilador	Novo	93%	91%	95%	93%	94%	97%
	Usado	7%	9%	5%	7%	6%	3%
Videocassete	Novo	58%	55%	68%	62%	32%	70%
	Usado	42%	45%	32%	38%	68%	31%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

7.33 Forma de Obtenção dos Eletrodomésticos, por Divisões Regionais (*)

		2002/2003			2008/2009		
		Urbano	Rural	RM	Urbano	Rural	RM
Antena parabólica	Prazo	64%	65%	65%	56%	60%	49%
	Vista	36%	35%	35%	44%	40%	51%
Aparelho de som	Prazo	66%	59%	67%	52%	59%	49%
	Vista	34%	41%	33%	48%	42%	51%
Ar condicionado	Prazo	61%	68%	60%	48%	47%	42%
	Vista	40%	32%	40%	53%	53%	58%
Batedeira	Prazo	40%	38%	40%	35%	35%	26%
	Vista	60%	62%	60%	65%	65%	74%
Chuveiro	Prazo	8%	3%	8%	5%	5%	3%
	Vista	92%	97%	93%	95%	95%	97%
Computador	Prazo	67%	55%	64%	58%	54%	54%
	Vista	33%	45%	36%	42%	46%	46%
DVD	Prazo	63%	81%	64%	41%	46%	37%
	Vista	37%	20%	37%	59%	54%	63%
Ferro elétrico	Prazo	23%	25%	19%	18%	24%	13%
	Vista	77%	75%	81%	82%	76%	87%
Fogão	Prazo	63%	58%	61%	53%	55%	51%
	Vista	37%	42%	39%	48%	45%	49%
Freezer	Prazo	56%	49%	54%	45%	46%	34%
	Vista	44%	51%	47%	55%	54%	66%
Geladeira	Prazo	68%	55%	68%	61%	59%	59%
	Vista	32%	45%	32%	39%	41%	41%
Máquina de	Prazo	70%	64%	71%	65%	60%	63%

lavar roupas	Vista	30%	36%	30%	36%	40%	37%
Liquidificador	Prazo	34%	40%	26%	30%	38%	22%
	Vista	66%	60%	74%	70%	62%	79%
Microondas	Prazo	57%	51%	56%	51%	57%	47%
	Vista	43%	49%	44%	50%	43%	53%
Rádio portátil	Prazo	28%	20%	20%	25%	19%	22%
	Vista	72%	80%	80%	75%	81%	78%
TV em cores	Prazo	67%	60%	68%	62%	58%	60%
	Vista	33%	40%	32%	38%	42%	40%
Ventilador	Prazo	35%	43%	32%	34%	40%	29%
	Vista	65%	57%	69%	66%	60%	71%
Videocassete	Prazo	54%	55%	54%	20%	0%	12%
	Vista	46%	45%	46%	80%	100%	88%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

7.34 Forma de Obtenção de Veículos, por Regiões Geográficas (*)

	2002/2003						2008/2009					
	Automóvel		Bicicleta		Motocicleta		Automóvel		Bicicleta		Motocicleta	
	Prazo	Vista	Prazo	Vista	Prazo	Vista	Prazo	Vista	Prazo	Vista	Prazo	Vista
Norte	52%	48%	49%	51%	51%	49%	60%	40%	36%	64%	53%	47%
Nordeste	55%	45%	32%	68%	52%	48%	62%	39%	31%	69%	57%	43%
Sudeste	53%	47%	45%	55%	54%	46%	67%	33%	38%	62%	73%	27%
Sul	59%	41%	48%	52%	63%	37%	63%	37%	41%	59%	63%	37%
Centro Oeste	53%	48%	44%	56%	50%	50%	63%	37%	35%	65%	63%	37%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

7.35 Forma de Obtenção dos Veículos, por Divisões Regionais (*)

	2002/2003						2008/2009					
	Automóvel		Bicicleta		Motocicleta		Automóvel		Bicicleta		Motocicleta	
	Prazo	Vista	Prazo	Vista	Prazo	Vista	Prazo	Vista	Prazo	Vista	Prazo	Vista
Urbano	50%	42%	34%	46%	53%	47%	66%	34%	37%	63%	68%	32%
Rural	46%	54%	32%	68%	43%	57%	53%	47%	29%	71%	48%	52%
RM	58%	42%	35%	65%	56%	44%	70%	30%	30%	70%	70%	30%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

7.36 Estado de Aquisição dos Veículos, por Regiões Geográficas (*)

	2002/2003						2008/2009					
	Automóvel		Bicicleta		Motocicleta		Automóvel		Bicicleta		Motocicleta	
	Novo	Usado	Novo	Usado	Novo	Usado	Novo	Usado	Novo	Usado	Novo	Usado
Norte	33%	66%	58%	42%	54%	46%	40%	60%	50%	50%	55%	45%

Nordeste	34%	65%	41%	59%	45%	53%	43%	57%	42%	57%	57%	43%
Sudeste	26%	74%	65%	35%	34%	63%	35%	65%	64%	36%	60%	40%
Sul	21%	78%	65%	34%	42%	56%	27%	73%	41%	59%	63%	37%
Centro Oeste	25%	74%	60%	39%	44%	54%	27%	73%	60%	41%	45%	54%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

7.37 -Estado de Aquisição dos Veículos, por Divisões Regionais^(*)

	2002/2003						2008/2009					
	Automóvel		Bicicleta		Motocicleta		Automóvel		Bicicleta		Motocicleta	
	Novo	Usado	Novo	Usado	Novo	Usado	Novo	Usado	Novo	Usado	Novo	Usado
Urbano	27%	72%	60%	39%	45%	53%	36%	64%	58%	42%	61%	38%
Rural	11%	89%	40%	60%	26%	73%	19%	81%	42%	58%	38%	62%
RM	31%	68%	60%	39%	43%	56%	45%	55%	60%	40%	65%	34%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

7.38– Aquisição de Veículos – Evolução do preço médio por faixa de renda^(*)

	2002/2003			2008/2009		
	Automóvel	Bicicleta	Motocicleta	Automóvel	Bicicleta	Motocicleta
Até o 2º decil	4937	102	1994	6003	136	2708
Entre o 2º e o 5º decil	4107	136	2278	6454	162	2811
Entre o 5º e o 7º decil	4804	172	2351	7416	195	3075
Entre o 7º e o 9º decil	7610	185	2799	10692	240	3462
Acima do 9º decil	13264	230	4348	21436	409	4532
Total	8409	149	2618	12542	230	3503

(*)Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

7.39 – Aquisição de Veículos – Evolução do preço médio por Região Geográfica^(*)

	2002/2003			2008/2009 a preços de 2002/2003		
	Automóvel	Bicicleta	Motocicleta	Automóvel	Bicicleta	Motocicleta
Norte	8562	159	2774	14833	173	3681
Nordeste	8651	110	2532	15352	135	2827
Sudeste	8140	167	2495	11255	218	3096
Sul	8808	163	2859	12535	210	3592
Centro Oeste	8956	171	2739	13657	204	3470

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

7.40 – Aquisição de Veículos – Evolução do preço médio por Divisão Regional^(*)

	2002/2003			2008/2009		
	Automóvel	Bicicleta	Motocicleta	Automóvel	Bicicleta	Motocicleta
Urbano	8638	156	2683	12527	194	3213
Rural	5859	115	2422	12449	193	3188
RM	9221	154	2650	13251	195	3176

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.41 – Aquisição de Imóveis – Evolução do gasto médio por Região Geográfica^(*)

	2002/2003	2008/2009 a preços de 2002/2003
Norte	7298	9194
Nordeste	7748	13296
Sudeste	13870	21009
Sul	11355	27722
Centro Oeste	13190	19150

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.42 – Aquisição de Imóveis – Evolução do gasto médio por Divisão Regional^(*)

	2002/2003	2008/2009 a preços de 2002/2003
Urbana	8.947	12.526
Rural	4.629	6.481
RM	11.814	16.540

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

7.43 – Serviços e Taxas – Evolução da participação na renda por Região Geográfica^(*)

	2002/2003					2008/2009				
	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO
Aluguel monetário	8,5%	8,9%	9,8%	8,4%	11,0%	9,0%	9,8%	11,4%	9,7%	10,0%
Energia elétrica	3,6%	2,3%	2,7%	2,9%	2,8%	3,2%	2,5%	2,6%	2,7%	2,7%
Gás doméstico	2,1%	2,3%	1,1%	1,3%	1,6%	1,2%	1,5%	0,8%	0,8%	1,0%
Transportes Urbanos	4,2%	3,9%	2,3%	2,7%	3,2%	6,9%	5,8%	5,5%	4,0%	4,9%
Planos de Saúde	2,2%	2,7%	2,4%	2,3%	2,4%	2,8%	3,7%	3,8%	2,8%	3,1%
Cursos regulares	2,5%	3,3%	4,4%	3,5%	3,5%	2,5%	4,0%	5,3%	3,9%	3,1%
Cursos superiores	5,2%	5,4%	7,2%	6,1%	8,1%	6,6%	6,0%	7,6%	6,9%	6,2%

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.44 – Serviços e Taxas – Evolução da participação na renda por Divisão Regional^(*)

	2002/2003			2008/2009		
	RMs	Rural	Urbana	RMs	Rural	Urbana
Aluguel monetário	9,2%	7,8%	9,5%	11,3%	9,2%	10,7%

Energia elétrica	2,5%	3,2%	2,7%	2,4%	3,0%	2,6%
Gás doméstico	1,0%	2,6%	1,3%	0,8%	1,5%	0,9%
Transportes Urbanos	2,3%	6,7%	2,5%	5,6%	7,6%	5,2%
Planos de Saúde	2,3%	2,7%	2,4%	3,8%	3,2%	3,6%
Cursos regulares	4,3%	2,9%	3,9%	4,5%	3,5%	4,5%
Cursos superiores	6,6%	9,0%	6,8%	7,0%	7,1%	7,1%

(*)Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE

Tabela 7.45 – Serviços e taxas – gasto médio por faixa de renda^(*)

	2002/2003					2008/2009 a preços de 2002/2003				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Aluguel monetário	80	107	157	207	312	96	136	174	256	402
Energia elétrica	23	33	44	59	85	26	37	47	59	85
Gás doméstico	21	22	22	21	25	16	16	16	16	20
Transportes Urbanos	42	47	51	59	66	63	83	100	111	136
Planos de Saúde	59	42	53	79	141	60	53	70	113	208
Cursos regulares	28	44	86	157	270	57	64	103	173	311
Cursos superiores	371	171	192	300	431	202	158	187	252	363

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE e do IPCA - IBGE

Tabela 7.46 – Serviços e taxas – gasto médio por Regiões Geográficas^(*)

	2002/2003					2008/2009 a preços de 2002/2003				
	N	NE	SE	S	CO	N	NE	SE	S	CO
Aluguel monetário	101	108	200	168	169	148	121	238	204	183
Energia elétrica	23	33	44	59	85	45	29	56	51	50
Gás doméstico	23	23	21	22	24	16	17	17	16	16
Transportes Urbanos	54	45	55	50	56	88	67	112	78	85
Planos de Saúde	65	95	91	79	93	97	126	139	96	123
Cursos regulares	69	89	199	137	147	94	99	218	170	139
Cursos superiores	224	219	370	288	372	198	195	299	236	245

(*)Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE e do IPCA - IBGE

Tabela 7.47 – Serviços e taxas – gasto médio por Divisões Regionais^(*)

	2002/2003			2008/2009 a preços de 2002/2003		
	RM's	Rural	Urbano	RM's	Rural	Urbano

Aluguel monetário	225	82	176	255	107	202
Energia elétrica	57	25	48	57	28	50
Gás doméstico	21	20	22	17	15	17
Transportes Urbanos	55	50	52	115	64	97
Planos de Saúde	99	58	91	148	82	125
Cursos regulares	179	81	153	172	113	164
Cursos superiores	379	224	336	259	160	264

(*) Elaboração própria a partir dos microdados da POF-IBGE e do IPCA - IBGE